



RELATÓRIO E CONTAS 2023

Valorizar o Ambiente
é Cuidar do Futuro

FMP
W
e
W
X
H
A
U
P
H



ÍNDICE

1	MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
2	A EMPRESA - DESTAQUES	6
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
4	ENVOLVENTE	16
5	GOVERNO SOCIETÁRIO	29
6	ATIVIDADE	40
7	DESEMPENHO FINANCEIRO	66
8	PERSPETIVAS PARA 2024	73
9	FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO	75
10	CONSIDERAÇÕES GERAIS	77
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO RESULTADOS	79
12	CONTAS DO EXERCÍCIO	81
13	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	126
14	RELATÓRIO FISCAL ÚNICO/CONSELHO FISCAL	128

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE

FMP

lv

s

lv.

lv

lv

lv

lv

lv

lv

lv

FMP

lv

CRESCER COM SUSTENTABILIDADE, SEGURANÇA E INOVAÇÃO

Na Valorsul, abraçámos o ano de 2023 com firmeza e determinação, conscientes dos desafios que tínhamos pela frente, mas sempre com foco na inovação dos processos e na entrega de um serviço de excelência à população.

A atividade da empresa cresceu, tanto em número de colaboradores como em projetos, e desenvolveu-se, superou desafios e investiu na região, com a certeza de continuar a ser a empresa de referência do setor em Portugal. Se, por um lado, o ano de 2023 foi um ano em que o desenvolvimento, cuidadoso e sustentável, aconteceu na empresa, por outro lado também foi o ano em que o PERSU 2030 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos - foi aprovado e o ano em que o PAPERSU (plano de ação do PERSU) da Valorsul e dos municípios foram elaborados e entregues para aprovação pelo concedente, aprovação essa que se aguardará em 2024. Foi igualmente elaborado e submetido ao Concedente o Relatório de Aptidão Funcional dos Equipamentos (RAFA), documento regulatório que servirá de base aos investimentos de substituição do próximo período regulatório 2025-2027.

Apesar destes desenvolvimentos, as reformas do setor teimam em não acompanhar esta energia, e, nomeadamente no caso do SIGRE, cujas medidas ainda não viram a luz do dia. Desta forma, mantêm-se valores de contrapartida pelas embalagens recolhidas e triadas em valores comprovadamente insuficientes para cobrir os gastos das empresas, e que por isso se afastam cada vez mais do princípio essencial da responsabilidade alargada do produtor.

Do ponto de vista regulatório, o início do ano de 2023 foi marcado pela decisão da ERSAR relativamente às Contas Reguladas Previsionais 2022-2024 submetidas em novembro de 2021. As novas tarifas aprovadas trouxeram consigo a necessidade urgente de repensar o financiamento do setor e a justa contribuição de todos os agentes envolvidos, em particular do SIGRE, sistema que está totalmente desajustado à realidade do país.

Sobre o plano de investimentos, 2023 ficou marcado pela continuação, a bom ritmo, da implementação do Plano de Investimentos 2022-2024, no montante global de 56 milhões, dos quais 37 milhões já se encontram executados. Em relação ao investimento realizado em 2023, no montante global de 24 milhões de euros, destaca-se a requalificação da Central de Valorização Energética, em São João da Talha, necessária para a continuidade da atividade da instalação e modernização dos processos de tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área de Lisboa e zona Oeste. Salienta-se a grande intervenção de manutenção efetuada na turbina, substituição do gerador, dos sobreaquecedores e depuradores de gases.

De referir ainda o projeto Recolha Seletiva de Proximidade, alargado a todo o município da Amadora, e também a algumas freguesias de Loures e Odivelas, com reforço de contentorização e provas dadas na aproximação e na satisfação da população e no incremento de material reciclável; e ainda a adaptação do Ecoparque do Cadaval para rececionar biorresíduos, para uma melhor gestão deste fluxo de resíduos que ganhará nova força e expressão a partir de 2024.

O ano de 2023 também foi o ano em que o Grupo EGF viu reforçada a sua parceria com o BEI – Banco Europeu de Investimento, com o qual a Valorsul contratou no início do ano o valor de 12 milhões de euros, para investimento a realizar entre 2022 e 2024.

Numa vertente mais operacional, há a registar a diminuição de 1% da quantidade total de resíduos recebida, sendo que, igualmente, quanto à recolha seletiva multimaterial trifluxo, na Valorsul o ano de 2023 esteve em linha com os valores de 2022.

A recolha seletiva de biorresíduos alimentares, obrigatória a partir de janeiro de 2024, e já executada por todos os municípios da Região de Lisboa, foi iniciada em diversos municípios da Região Oeste, prevendo-se a sua expansão a outros municípios no decorrer do ano de 2024. Os resíduos do Oeste e rececionados no CTRO no Cadaval, têm agora uma nova infraestrutura de transferência – o entreposto - minimizando o acesso das viaturas em aterro.

Ainda de assinalar, o constrangimento operacional pelo término da partilha com a instalação de Tratamento Mecânico e Biológico da Valorlis, para a valorização orgânica dos resíduos indiferenciados decorrente da alteração do Título Único Ambiental (TUA) da Valorlis a partir de setembro 2023.

E é na sequência desta informação operacional que reafirmamos o compromisso para com a segurança dos trabalhadores e da comunidade – a Valorsul mantém o foco e o compromisso para com a segurança de todos, sendo este um valor inegociável e base de partida para qualquer ação.

Também a inovação teve particular destaque em 2023, com a implementação de teste piloto realizado na ETVO de um equipamento para separação de contaminantes de biorresíduos com potencial de substituição da linha de pré-tratamento. Por outro lado, avançou-se com a expansão da metodologia LEAN na empresa, com ganhos de eficiência; e a introdução de Inteligência Artificial nos processos de Operação, Recolha Seletiva e Logística – com projetos inovadores e já em andamento. Integrou-se ainda no sistema da Valorsul ferramentas digitais que visam a eficiência dos processos nomeadamente com a inclusão de programas padronizados no Grupo para as unidades de pesagem – Urbgesbas e de gestão documental – SimpleFow.

Destacam-se ainda parcerias importantes como a que foi estabelecida com a Tetra Pak, para o aumento da circularidade dos materiais, e com a Novo Verde e os supermercados Recheio, com um projeto-piloto que incentiva e premeia a devolução de resíduos de embalagem de plástico e metal (aço e alumínio) não reutilizáveis, através de um equipamento disponível na loja de Loures.

A comunicação com o cidadão aumentou a sua atividade em 2023, com uma maior participação de escolas, organizações e EcoEventos. Há a destacar a Linha da Reciclagem, com um aumento crescente de utilização e que em 2023 já assegurou o atendimento a mais de 50 mil pessoas em todo o país. Destaca-se ainda a campanha de comunicação “Uma Boa Ação muda o Mundo. Pratica a tua. Recicla”, promovida pela Valorsul no âmbito da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) Lisboa 2023, com o objetivo de procurar incentivar às boas práticas ambientais junto dos peregrinos, fazendo coincidir de forma única os valores da Valorsul e da JMJ. Salienta-se o aumento de 22% na receção de material reciclável do ecoponto amarelo (plástico e metal) nos seis dias de Jornadas.

Refira-se que em 2023 a Valorsul viu renovada a sua certificação segundo os referenciais ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2019 e confirmou, mais uma vez, o compromisso da empresa com a Qualidade, o Ambiente e a Segurança. A terminar, deixo um agradecimento especial a todos os trabalhadores, acionistas, municípios, entidades parceiras e autoridades, sem os quais não seria possível alcançar os bons resultados registados. Com a certeza de que unidos estaremos à altura dos novos desafios, rumo aos 30 anos.

António Manuel da Mota

Presidente do Conselho de Administração




2

A EMPRESA -
DESTAQUES

ff
hw.
X
Z
4
P
3
J.
FMP
FF
D
b
H

MISSÃO, VISÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO, VALORES

MISSÃO

Implementar e gerir um sistema integrado, tecnicamente avançado, ambientalmente correto e economicamente sustentável, para tratamento e valorização dos resíduos urbanos de 19 municípios das regiões de Lisboa e Oeste de Portugal.

VISÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICOS

Tratar e valorizar resíduos, na Valorsul, só é possível através de um moderno Sistema de Gestão Integrada de resíduos urbanos, adequado à respetiva evolução quantitativa e qualitativa. A Valorsul é responsável pela conceção e concretização deste Sistema de Gestão Integrada, que representa uma otimização das opções ambientais, sociais, económicas, técnicas e institucionais, ao mesmo tempo que prevê uma aposta na prevenção e na aplicação de diferentes opções de tratamento e valorização de acordo com os diferentes tipos de resíduos recolhidos.

VALORES

Ambição - ser uma empresa de excelência, sustentável e socialmente responsável.

Eficiência - potenciar valor para os nossos acionistas, clientes, colaboradores e população.

Transparência - evidenciar a transparência na nossa relação com as comunidades envolventes.

Ética - cumprir os mais elevados padrões de ética em todas as nossas atividades.

Competência - garantir elevados padrões de desempenho profissional em todos os setores da empresa, motivados pela excelência de serviço.

Inovação - garantir e inovar em todos os setores, na procura das melhores soluções.

ACIONISTAS

Acionista	%	Nº Ações	Capital
Empresa Geral do Fomento, S.A.	52,93%	2.667.885	13.339.425 €
Município de Lisboa	20,00%	1.008.000	5.040.000 €
Município de Loures	11,51%	580.263	2.901.315 €
Associação de Fins Específicos - AMO MAIS	5,25%	264.600	1.323.000 €
Município da Amadora	5,16%	259.958	1.299.790 €
Município de Vila Franca de Xira	4,61%	232.105	1.160.525 €
Município de Odivelas	0,54%	27.189	135.945 €
Total	100%	5.040.000	25.200.000€

SUMÁRIO EXECUTIVO

ÁREA DE INTERVENÇÃO E INSTALAÇÕES

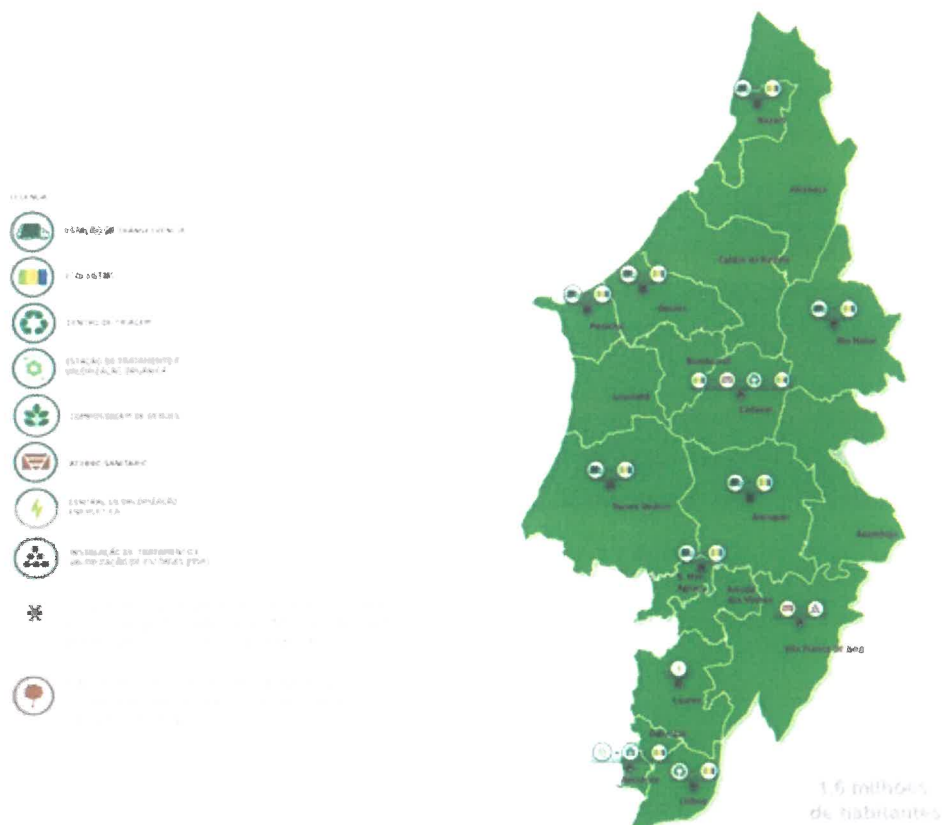


Figura 1 – Área de intervenção e instalações

O ano de 2023 ficou marcado pelo enorme trabalho e esforço da equipa da Valorsul para a elaboração e submissão ao regulador ambiental, APA, do Plano de Ação com vista ao cumprimento do estabelecido no PERSU 2030 (PAPERSU), documento que, após aprovação, será a base dos novos investimentos a propor ao Concedente e ao Regulador para o triénio 2025-2027.

Foi igualmente elaborado e submetido ao Concedente o Relatório de Aptidão Funcional dos Equipamentos (RAFA), documento que servirá de base aos investimentos de substituição do próximo período regulatório 2025-2027.

O ano de 2023 fica particularmente marcado na Valorsul pela paragem da Central de Valorização Energética (CVE), grande paragem programada realizada entre o fim de agosto e meados de dezembro. Salienta-se a grande intervenção de manutenção efetuada na turbina, substituição do gerador, dos sobreaquecedores e depuradores de gases.

Em 2023, ocorreu a suspensão da partilha da instalação com a Valorlis, para a valorização dos resíduos orgânicos resultantes do tratamento mecânico dos resíduos indiferenciados urbanos recolhidos, por via da alteração do Título Único Ambiental (TUA) da Valorlis no 3.º Trimestre, tendo a mesma sido revertida para biorresíduos recolhidos seletivamente, já no final do ano, após uma série de diligências promovidas pela Valorlis. O novo TUA implica, igualmente, a realização de investimentos a nível do pré-tratamento de águas residuais. O impacto de todas estas alterações deverá ser levado ao Concedente e Regulador e materializado no ano de 2024.

A concretização do investimento no ano de 2023 foi de 24ME€, ultrapassando largamente os montantes dos períodos regulatórios anteriores.

Quanto à recolha seletiva multimaterial, registou-se um processamento de resíduos de embalagem em linha com o ano de 2022, sendo de assinalar que, a pedido do Município da Amadora, a Valorsul alargou, durante o ano de 2023, a sua recolha a todo o município, tendo-se, igualmente, verificado a expansão do apoio da Valorsul na recolha trifluxe nos municípios de Loures e Odivelas, por contratação de prestações de serviço.

O tratamento de resíduos decorreu de forma adequada, tendo em conta o empenho e esforço colocado na conciliação da operação com as obras em curso. Na triagem de embalagens (trifluxe) foram processados e expedidos para reciclagem mais 1% de materiais que em 2022.

Na ETVO foram processadas 46 mil toneladas de resíduos, tendo sido efetuada a manutenção programada de abertura de mais um digestor.

No ano de 2023 foram injetados cerca de 233GWh no Sistema Elétrico, para os quais contribuiu igualmente a energia elétrica produzida a partir do aterro.

A comunicação com o cidadão manteve-se uma das prioridades da empresa, com um grande envolvimento com as escolas, organizações e municípios. Há a destacar a continuidade, com sucesso, da Linha da Reciclagem que, em 2023, assegurou o atendimento 2.789 contactos de cidadãos da área de abrangência da Valorsul. Destaca-se ainda a continuidade do programa de Toneladas de Ajuda.

Por último refira-se que, em 2023, foi renovada a sua certificação segundo os referenciais ISO9001, ISO14001 e ISO45001 e confirmou, mais uma vez, a manutenção da certificação, demonstrando o compromisso da empresa com a Qualidade, o Ambiente e a Segurança.

Na Valorsul, dedicamo-nos continuamente à incorporação de práticas sustentáveis em todas as nossas operações. Como integrantes do Grupo Mota-Engil, partilhamos uma visão unificada de sustentabilidade, visando impactar positivamente os nossos *stakeholders* diretos, mas também contribuir para um futuro sustentável à escala global. Para uma análise mais detalhada e completa sobre o nosso compromisso e desempenho em sustentabilidade, recomendamos a consulta do Relatório e Contas Consolidado do Grupo Mota-Engil. Este documento apresenta a informação de sustentabilidade consolidada e centraliza dados adicionais que abrangem as práticas sustentáveis implementadas nas empresas do Grupo.

PRINCIPAIS INDICADORES

QUADRO 1 - INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ELEMENTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS	2023	2022	2021
Investimento DUI	24 099 314	13 000 623	6 365 647
BAR*	89 222 285	74 167 227	67 813 402
Ativo Líquido	146 388 275	134 959 428	125 811 882
Volume de negócios	82 190 583	79 475 446	63 036 335
EBITDA	15 212 533	14 261 211	14 102 803
EBIT	6 460 968	3 210 814	5 561 579
Resultados Financeiros	-1 002 232	-628 655	-863 704
Resultado Líquido	4 828 410	1 959 225	3 520 491
Endividamento Líquido	9 617 657	-1 340 243	-7 400 931
Endividamento Líquido / EBITDA	0,63	-0,09	-0,52
Endividamento Líquido / BAR	0,11	-0,02	-0,11

* inclui bens em fim de vida e abates

QUADRO 2 - INDICADORES TÉCNICOS E DE ATIVIDADE

INDICADORES TÉCNICOS E FINANCEIROS	2023	2022	2021	UNIDADE
Municípios servidos	19	19	19	N.º
População servida	1,6	1,6	1,6	milhões de habitantes
RU municipais indiferenciados	652.024	660.400	653.204	toneladas
RU indiferenciados grandes produtores	5.522	5.527	6.448	toneladas
RU recolhidos seletivamente multi-material	105.274	104.842	95.393	toneladas
Venda de recicláveis fração embalagem	79.377	78.458	72.029	toneladas
Venda de recicláveis fração não embalagem	27.493	19.222	18.459	toneladas
Venda de Energia	233	254	350	GWh

h
W.
X
S
V.C. 4
W
F
P
V
A

ORGANOGRAMA

Na figura abaixo apresenta-se o atual organograma da Valorsul:

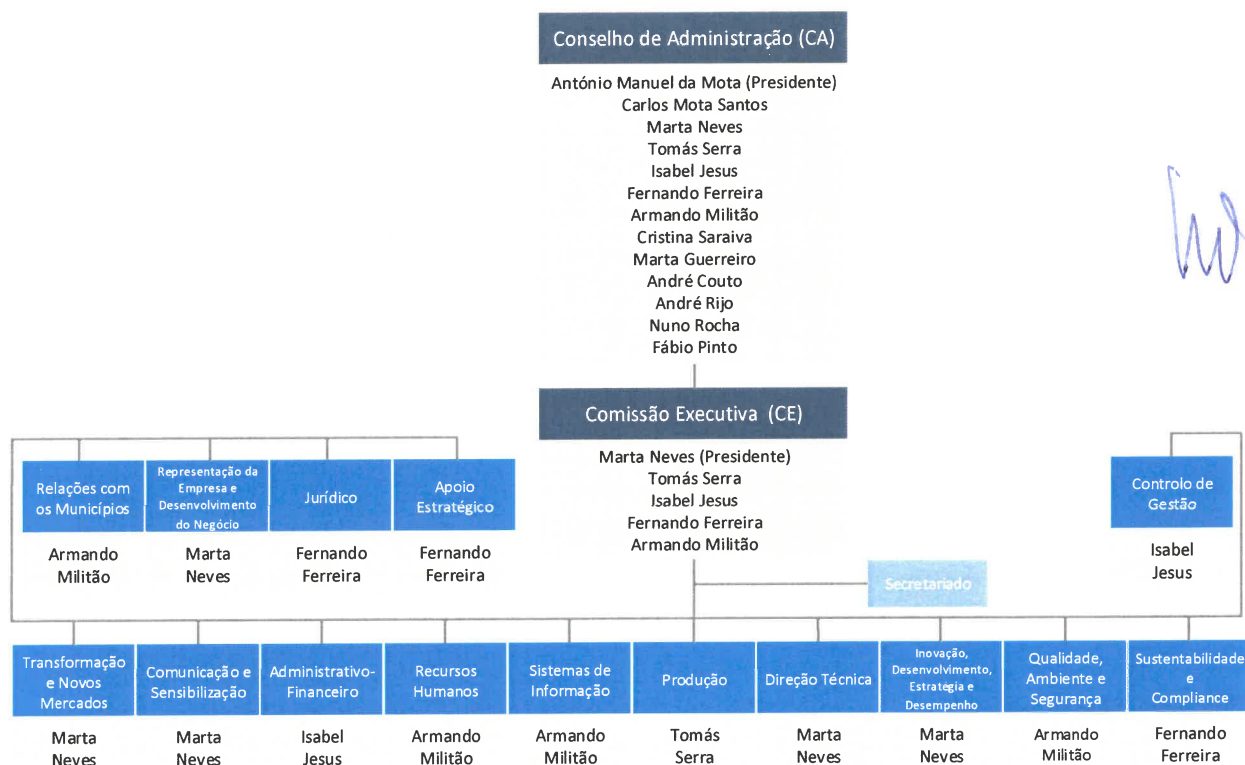


Figura 2 - Organograma da Valorsul

Passa-se a descrever a missão das áreas operacionais e das equipas de suporte, cujo mote é garantir uma qualidade de serviço elevada que supere as expectativas dos acionistas e clientes:

Produção

RECOLHA SELETIVA

Coordenar as recolhas seletivas de embalagens recicláveis, sendo responsável pela colocação, manutenção e recolha dos ecopontos.

CENTRO DE TRIAGEM E ECOCENTRO DO LUMIAR

Receber, triar e preparar para expedição os RU (resíduos urbanos) recolhidos seletivamente de acordo com as fileiras estabelecidas e receber, armazenar e expedir os resíduos entregues no Ecocentro.

CENTRO DE TRIAGEM DO OESTE

Receber, triar e preparar para expedição os RU recolhidos seletivamente, provenientes das Estações de Transferência ou depositados no Centro de Triagem do Oeste (CTO) diretamente, de acordo com as fileiras estabelecidas e receber, armazenar e expedir os resíduos.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

Contribuir para diminuir a deposição de resíduos orgânicos em aterro sanitário ou incineração através do seu tratamento de forma ambientalmente correta e sustentável e proceder à sua valorização através da produção de energia elétrica e de composto.

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (CTRSU)

Valorizar os RU através da recuperação otimizada do seu conteúdo energético.

INSTALAÇÃO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ESCÓRIAS

Valorizar as escórias brutas provenientes da central de incineração, recuperando os metais ferrosos e não ferrosos e obtendo escórias para cobertura de RU nos aterros.

ATERRO SANITÁRIO DE MATO DA CRUZ

Assegurar a adequada eliminação de resíduos, através da sua deposição acima ou abaixo da superfície natural, de modo a evitar ou reduzir os efeitos negativos sobre o Ambiente.

ATERRO SANITÁRIO DO OESTE

Assegurar a adequada eliminação de resíduos, através da sua deposição acima ou abaixo da superfície natural, de modo a evitar ou reduzir os efeitos negativos sobre o Ambiente.

MANUTENÇÃO

Contribuir para o cumprimento dos objetivos de disponibilidade e de eficácia de todos os equipamentos.

Administrativo-Financeiro

Assegurar que as operações da empresa que afetem ou sejam suscetíveis de afetar a situação económica e patrimonial, numa perspetiva orçamental, contabilística, administrativa e fiscal sejam devidamente evidenciadas, registadas e otimizadas.

Controlo de Gestão

Assegurar que as operações da empresa que afetem ou sejam suscetíveis de afetar a situação económica e patrimonial, numa perspetiva orçamental, sejam devidamente evidenciadas, registadas e otimizadas, quer do ponto de vista estatutário quer do ponto de vista regulatório;

Assegurar o apoio à Administração em matéria de gestão orçamental.

Recursos Humanos

Assegurar um sistema de gestão de recursos humanos que valorize o potencial humano e que, de acordo com os princípios e valores da Valorsul, garanta o desenvolvimento dos recursos necessários ao seu funcionamento.

Direção Técnica

Assegurar o Reporting, Controlo de Qualidade, Licenciamentos de Instalações, Monitorizações, e implementação das empreitadas previstas nos investimentos novos do Plano de Investimentos aprovado. Assegurar o apoio técnico para resposta a solicitações internas (Administração e unidades operacionais) e externas, na medida das competências da Área de Responsabilidade.

Inovação, Desenvolvimento, Estratégia e Desempenho

Apoiar os diversos centros de responsabilidade da empresa ao nível da Inovação, Desenvolvimento, Estratégia e Desempenho, na medida das competências da Área de Responsabilidade e das solicitações internas (Administração e unidades operacionais) e externas.

Transformação e Novos Mercados

Assegurar a implementação de processos de transformação na empresa: promoção da recolha seletiva; construção de indicadores de gestão; parcerias, novos mercados, observatório de indicadores e transformação digital.

Sistemas de Informação

Conceber, implementar e manter os sistemas de informação e de comunicações da Valorsul por forma a assegurar o seu normal funcionamento e evolução.

Qualidade, Ambiente e Segurança

Conceber, implementar e manter o Sistema de Gestão Integrada para assegurar a melhoria do seu desempenho e a obtenção/manutenção das respetivas certificações e assegurar a gestão das instalações, equipamentos e sistemas de gestão de suporte à atividade principal da empresa, de forma a assegurar o seu normal funcionamento.

Comunicação e Sensibilização

Assegurar a comunicação e imagem externa e interna da empresa, no cumprimento de orientações da Administração e de acordo com os objetivos definidos, assim como assegurar a promoção de campanhas, programas de sensibilização e outras iniciativas que incentivem à correta separação, entrega e valorização de resíduos, assim como a organização de eventos internos e externos e produção de conteúdos para media, websites, redes sociais, aplicações, suportes gráficos, entre outros.

4

ENVOLVENTE

Handwritten notes in blue ink, including the word "ENVOLVENTE" and various symbols and numbers.

3.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2023 ficou marcado pelos desafios ligados à inflação, que se manteve alta. O crescimento económico foi moderado, com os principais bancos centrais a nível global a subirem as taxas de juro de referência, tornando a política monetária mais restritiva. Foi um ano desafiador para as famílias que foram confrontadas com preços e juros mais altos, mas que beneficiaram da resiliência do emprego a nível global. Em termos geopolíticos, a guerra na Ucrânia continuou ao longo de 2023, sem perspectivas de resolução. Em inícios de outubro, surgiu um novo conflito militar de larga escala, desta vez no Médio Oriente, após o Hamas ter efetuado um inesperado ataque em Israel.

O crescimento abrandou em muitas economias avançadas, em especial na Europa, onde o endividamento é relativamente elevado e o impacto do aumento dos custos da energia tem sido particularmente forte. No entanto, o consumo dos agregados familiares manteve-se melhor do que o esperado nas economias avançadas e continuou a expandir-se de forma constante na maioria das principais economias dos mercados emergentes. Embora as taxas de desemprego tenham permanecido baixas, começaram a surgir sinais de abrandamento do mercado laboral em diversas economias, incluindo um abrandamento do crescimento do emprego, menos vagas e, em alguns casos, uma ligeira subida das taxas de desemprego. O crescimento dos salários nominais começou a abrandar em muitas economias, mas o crescimento dos custos unitários do trabalho continuou a ser elevado devido ao fraco crescimento da produtividade.

A inflação recuou em quase todas as economias, em grande medida devido a efeitos de base e evolução dos preços da energia, aliviando as pressões sobre os rendimentos das famílias, contudo, a inflação subjacente permaneceu relativamente elevada. A inflação dos serviços continuou a ser mais rígida do que a inflação dos bens, uma vez que os salários são geralmente o principal custo de produção nos serviços e porque persistiu uma preferência de consumo de serviços face a bens. A inflação relacionada com a expansão de margens fez-se sentir de forma mais perene nos bens não transacionáveis e serviços em geral. As condições financeiras apresentaram-se cada vez mais restritivas, com as taxas de juro reais a subirem nas principais economias avançadas ao longo do ano. O Japão fugiu a esta regra, tendo sido a única grande economia cujo banco central não chegou a restringir a sua política monetária, atuando apenas no controlo da curva de rendimentos.

A economia mundial expandiu-se a uma taxa anualizada de 3,1 % no 1º semestre de 2023, face a um registo de 2,8% no 2º semestre de 2022. De acordo com as mais recentes estimativas da OCDE, o crescimento do PIB mundial terá sido de 2,9% em 2023, abrandando ligeiramente face aos 3,3% do ano anterior.

ZONA EURO

Na Zona Euro, ao longo do ano de 2023, as repercussões económicas da invasão russa na Ucrânia foram-se atenuando. Mesmo assim, o produto estagnou no 2º trimestre e contraiu ligeiramente no 3º, gerando preocupações sobre se a economia iria entrar numa recessão técnica no 4º trimestre, enquanto os indicadores da indústria e serviços apontavam para uma contração da atividade económica. A incerteza aumentou ainda mais com o agravamento da situação geopolítica no Médio Oriente. Os indicadores de sentimento e confiança deterioraram-se, a produção industrial continuou a diminuir e a produção nos serviços enfraqueceu. Apesar da inflação subjacente ter vindo a recuar ao longo do ano, acabou por permanecer elevada, com a inflação nos serviços e os salários a constituírem um problema para o BCE. Os empréstimos bancários às empresas e às famílias continuaram a desacelerar, num contexto de taxas de juro mais altas, menor procura de empréstimos e critérios de concessão de crédito mais restritivos. Mas, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho manteve-se robusto, com a taxa de

oferta de emprego apenas ligeiramente abaixo do seu pico recente. A escassez de mão de obra refletiu-se num crescimento salarial acima da média em muitos países. As empresas europeias mostraram-se relativamente resilientes durante a crise energética, em parte devido à forte redução da procura por energia.

Durante o ano, observaram-se subidas nas taxas de juro de referência por parte do BCE, que elevaram a taxa de depósito para 4% e a taxa das operações principais de refinanciamento para 4,5%, ambas em máximos históricos, com a justificação de que a inflação estava “demasiado elevada durante demasiado tempo”. No final do ano, esperava-se que o BCE viesse a manter as taxas de juro de referência inalteradas ao longo do 1º trimestre de 2024, enquanto perdurassem os efeitos da política monetária restritiva implementada ao longo de 2023, com os primeiros cortes nas taxas de juro a ocorrer sobretudo na 2ª metade do ano.

Na Zona Euro, a economia cresceu 0,5% em 2023 indicando as mais recentes previsões da OCDE uma recuperação do PIB para 0,9% em 2024. A inflação média de 2023 fixou-se nos 5,5% em 2023, sendo previsto pela OCDE que se situe nos 2,9% em 2024. Esta organização prevê também que, em 2024, o consumo privado venha a ser apoiado por um mercado laboral apertado e pelo aumento dos rendimentos reais, à medida que a inflação recue. Ao mesmo tempo, os custos mais elevados de financiamento e a incerteza deverão afetar o investimento privado.

PORTUGAL

O crescimento da economia portuguesa abrandou em 2023 para 2,3%, apontando as previsões do Banco de Portugal para uma deterioração em 2024, enquanto a inflação média harmonizada foi de 5,3% e se prevê que seja 2,9% em 2024.

A evolução do crescimento económico ao longo de 2023 em Portugal foi caracterizada por uma estagnação da economia nos 2º e 3º trimestres e por um crescimento ligeiramente mais forte no 4º trimestre, tendo sido condicionada pelos efeitos da inflação, das condições financeiras mais restritivas e do fraco crescimento dos principais parceiros comerciais de Portugal. Em sentido inverso, a forte recuperação do sector do turismo e o aumento das despesas relacionadas com o PRR apoiaram a atividade. No entanto, a produção industrial abrandou e as exportações de bens desaceleraram significativamente. A inflação e o aumento das prestações bancárias reduziram a capacidade de consumo das famílias e de investimento. A subida de taxas de juro teve um impacto negativo mais rápido e mais visível no setor industrial, mas a resiliência registada no setor dos serviços acabou por justificar a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento que se veio a verificar no emprego, com a taxa de desemprego a fixar-se nos 6,6% em novembro.

O ano também ficou marcado por instabilidade política com a demissão do Primeiro-Ministro, no dia 7 de novembro, e a decisão do Presidente da República pela dissolução do Parlamento e pela marcação de eleições legislativas antecipadas em 10 de março de 2024.

O Banco de Portugal estima que o excedente orçamental de 2023 possa ter atingido 1,1% do PIB, acima dos 0,8% previstos no Orçamento do Estado. Apesar deste cenário de base positivo, o cenário macroeconómico menos favorável deverá colocar o saldo orçamental para 2024 em 0,1%, segundo o Banco de Portugal, valor próximo aos 0,2% considerados no OE2024. Em 2023, a melhoria do saldo orçamental decorreu do desaparecimento de várias medidas relacionadas com a pandemia e, em menor medida, do contributo positivo cíclico, mas com a inflação e consequente evolução do PIB nominal a ter também um papel importante. Quanto ao rácio da dívida pública, terá atingido 98,7% do PIB no final de 2023, o valor do rácio de dívida mais baixo desde 2009.

3.2 ENQUADRAMENTO DO SETOR

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2030 (PERSU 2030)

O ano de 2023 ficou marcado pela publicação do PERSU 2030 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março.

O PERSU 2030 determinou o prazo de 8 meses para a entrega do Plano de Ação das empresas EGF e demais Sistemas e Municípios, adiante denominado PAPERSU, prazo esse que posteriormente veio a ser revisto pelo Sr. Secretário de Estado e fixado em 31 de dezembro de 2023.

Assim, todas as empresas EGF apresentaram no decurso da última semana do ano de 2023 o seu Plano de Ação 2030, composto pelos seguintes elementos: Memória Descritiva, Ficheiro Excel Dados APA, Estudo da Região (realizado pela 3 Drivers), Estudo da Fração resto em Portugal (elaborado pela Ramboll) e Relatório da participação do público.

Dando cumprimento ao artigo 18º do Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR) e ao estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, cada empresa apresentou o seu Plano de Ação 2030, com as medidas e os valores de investimento associados às mesmas para cumprimento do PERSU 2030. Cada PAPERSU foi formalmente apresentado ao Conselho Consultivo da respetiva empresa na semana de 18 de dezembro.

Presentemente, é aguardada a aprovação do PAPERSU ao longo do ano de 2024 para posterior apresentação ao Concedente, nos 45 dias seguintes, do Plano de investimentos alinhado com o PAPERSU, seguindo-se o processo regulatório de acordo com a decisão que venha a ser tomada pelo Concedente em matéria de calendário aplicável aos Sistemas da EGF.

RELATÓRIO ANUAL DE CARATERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS (RASARP 2022) E RELATÓRIO ANUAL DE RESÍDUOS URBANOS (RARU 2022)

Em fevereiro de 2023, a ERSAR publicou o relatório anual de caracterização dos serviços de águas e resíduos em Portugal (RASARP 2022), que sintetizou a informação mais relevante referente à caracterização e evolução do setor, referenciada a 31 de dezembro de 2021, incluindo a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, o benchmarking do desempenho das entidades gestoras, a monitorização legal e contratual e o enquadramento económico-financeiro do setor. No final do ano, em outubro, foi publicado o Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2022) pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), onde foi caracterizada a gestão de resíduos urbanos pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) referente ao ano de 2022, e retratou o desempenho alcançado em termos nacionais e por cada um dos 23 SGRU existentes em Portugal Continental, relativamente à preparação para reutilização e reciclagem, e à deposição em Aterro. Este Relatório refere também as alterações estratégicas do setor preconizadas no PERSU 2030, dando enfoque à substituição do modelo baseado na recolha indiferenciada e o tratamento em instalações de TMB por outra solução que privilegie a recolha seletiva, mediante infraestruturas capazes de tratar resíduos recolhidos seletivamente.

PLANOS DE INVESTIMENTOS

No decurso de um calendário regular, as empresas EGF deveriam apresentar o seu Plano de Investimentos até ao dia 31 de janeiro de 2024. No entanto, por decisão do Concedente, foi conciliado o calendário regulatório com o de aprovação do PAPERSU, devendo o Plano de Investimentos ser submetido ao Concedente nos 45 dias posteriores à aprovação do PAPERSU.

TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (TGR)

Aguarda-se a publicação da alteração do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos), que de acordo com o diploma colocado sob consulta pública, vem propor o seguinte regime da TGR:

- Manter os valores de TGR em vigor até 2025, sendo que a partir de 1 janeiro de 2026, será alterada a fórmula de cálculo da TGR;
- Revogar o agravamento da TGR previsto no ponto 4 do artigo 111.º;
- Revogar o agravamento da TGR de aterro e de incineração prevista nos pontos 7 e 8 do artigo 111.º. Quanto às quantidades de biorresíduos recolhidos e separados na origem por parte dos Municípios. O referido documento inclui, ainda, o agravamento e desagravamento da Taxa de Gestão de Resíduos, a aplicar apenas em 2024, por referência a 2023.

PORTUGAL 2020 (POSEUR)

O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) é o instrumento nacional, inserido nas Estratégias “Europa 2020” e “Portugal 2020” para o campo da sustentabilidade e uso eficiente de recursos. A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

O POSEUR integra 3 eixos de atuação, sendo o Eixo III - “Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na utilização dos recursos”, aquele em que se integram as estratégias para o setor dos resíduos e nomeadamente as candidaturas de projetos que visem a concretização das metas nacionais e comunitárias inseridas no PERSU 2020. Para a globalidade do setor, e durante o período 2014-20, estão previstos apoios comunitários na ordem dos 306 M€.

No desenvolvimento da sua atividade, a Valorsul tem recorrido aos Fundos Europeus e Estruturais de Investimento (FEEI) para a execução de investimentos essenciais à prossecução do serviço público de gestão de resíduos urbanos, nomeadamente aos fundos ao abrigo do POSEUR, que representa e gere uma das quatro dimensões dos principais constrangimentos de natureza estrutural de Portugal.

Como os investimentos propostos por esta empresa a cofinanciamento comunitário são determinantes, quer para o cumprimento das obrigações de serviço público, quer para a melhoria contínua e para a qualidade desse serviço, quer ainda para o cumprimento das metas ambientais nacionais e comunitárias, a Valorsul apresentou, ainda neste quadro comunitário (2016-2020), oito candidaturas ao abrigo dos Avisos POSEUR-11-2015-18, POSEUR-11-2017-21, POSEUR-11-2019-25 e POSEUR-11-2019-26, das quais quatro receberam financiamento.

POSEUR-03-1911-FC-000013 – Projeto de Recolha Seletiva na região Oeste da Valorsul

Com este projeto, já concluído, a Valorsul aumentou a preparação de reutilização da reciclagem e da qualidade dos resíduos urbanos recicláveis na região Oeste, tendo delineado um conjunto de ações essencialmente focadas para a criação de condições que incrementassem a recolha seletiva e reciclagem de resíduos urbanos e respondessem à prioridade nacional de cumprimento das metas comunitárias de retomas de recolha seletiva e preparação para reutilização e reciclagem, nomeadamente:

- Aquisição de ecopontos;
- Aquisição de 3 viaturas de 19 t de peso bruto, com caixa de compactação de recolha traseira (inclui 3 PDA's e 3 Sistemas de Gestão de Frota);

- Aquisição de 14 viaturas de 7,5 t de caixa aberta;
- Realização de um estudo de localização de ecopontos.

POSEUR-03-1911-FC-000015 - Comunicação Ambiental Estratégica com vista à valorização de resíduos urbanos

Este é um projeto de sensibilização e educação ambiental, num consórcio das onze empresas participadas pela EGF, com vista ao aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente para reciclagem, direccionado a vários públicos - escolas, comércio e serviços, eventos e população em geral. Este ano, foi concretizado numa campanha de comunicação nacional intitulada "O Futuro do Planeta não é Reciclável".

POSEUR-03-1911-FC-000121 - Sensibilização para a prevenção da produção e preparação para reciclagem dos Resíduos Urbanos

Com esta operação, já concluída, promoveram-se ações de educação e sensibilização ambiental destinadas à melhoria dos comportamentos em matéria de prevenção da produção e separação dos resíduos, de âmbito supramunicipal, com enfoque nos primeiros patamares de gestão de resíduos:

- Dar a conhecer a 100.000 pessoas a existência de um programa de compostagem doméstica ao qual se podem candidatar;
- Fazer compreender a 2.000 famílias (cerca de 5.000 indivíduos) os benefícios ambientais da compostagem e promover a adoção do comportamento da compostagem doméstica,;
- Desviar 2.000 toneladas de resíduos do contentor do indiferenciado (ao fim de 5 anos) com benefícios de redução de resíduos urbanos recolhidos e tratados para os municípios e para o sistema, na deposição em aterro sanitário e na valorização energética.

POSEUR-03-1911-FC-000218 - Operação: Modernização e Ampliação de Instalações de Valorização de Resíduos Urbanos - CTE

Com a implementação desta operação, a Valorsul continua a fazer face ao aumento de quantidade de recicláveis a tratar, aumentando a capacidade de tratamento nesta Unidade e contribuindo, assim, para as metas de reciclagem. A instalação encontra-se a funcionar, tendo aumentado a sua capacidade de processamento.

Importa referir que 15.06.2023 foi publicado o despacho que procedeu à extinção da autoridade de gestão do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), sendo as suas atribuições e competências assumidas pela autoridade de gestão do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS (SIGRE)

As licenças das Entidades Gestoras do SIGRE foram prorrogadas até 30 de junho de 2024, mediante a publicação do Despacho conjunto da Economia e Mar e Ambiente e Ação Climática - Gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Ambiente n.º 13288-D/2023, de 29 de dezembro de 2023.

Pelo Despacho n.º 9830/2023, de 22 de setembro de 2023, foram atualizados os valores das contrapartidas financeiras devidos pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e respetiva triagem a pagar pelas entidades gestoras do Sistema

Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) aos sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU), a aplicar de 1 de outubro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, com base no índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) relativo aos últimos 12 meses de cada ano publicado no sítio do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2017 a 2022.

O Despacho n.º 13288-C/2023, de 29 de dezembro de 2023, veio prorrogar os referidos valores até 30 de junho de 2024.

Importa referir em matéria da revisão dos valores de contrapartida, o ano de 2023 foi marcado por duas consultas prosseguidas pela APA ao modelo de cálculo dos valores de contrapartida a vigorar em 2024 após o estudo da Ambirumo. No passado dia 17 de novembro de 2023, a APA comunicou um novo projeto de decisão solicitando, nessa medida, um novo momento de pronúncia às empresas do Grupo EGF, e que já tinha ocorrido em setembro de 2023.

Tendo em consideração que a definição de valores de contrapartidas financeiras à luz do novo modelo de cálculo está dependente da publicação e entrada em vigor do decreto-lei que procede à 10.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro (UNILEX), o qual prevê as novas regras para a aprovação do modelo de cálculo dos valores das contrapartidas financeiras, aguarda-se a publicação da alteração ao UNILEX, já aprovado em reunião do Conselho de Ministros de 29 de novembro de 2023, para que os novos valores de contrapartida sejam publicados.

Em 18.01.2023 a APA publicou as Especificações técnicas dos resíduos de embalagens provenientes da recolha seletiva e da recolha indiferenciada no sentido de garantir níveis mais elevados de qualidade e que nunca são acompanhados de atualização de preços. Relembramos que as especificações técnicas para retoma de recicláveis na sua vasta maioria está acima dos 90%. Em dezembro de 2023 a APA publicou a versão 2.2 do referido documento, onde prorroga para 1 de janeiro de 2025, a entrada em vigor de dois novos materiais, nomeadamente, o PET termoformado transparente e o PP rígido, dado que entendeu a necessidade de adaptação dos SGRUs, devido a constrangimentos ao nível de equipamentos, recursos humanos e de espaço das instalações.

LEGISLAÇÃO DO SETOR PUBLICADA EM 2023

Durante 2023 foram emitidos e publicados diversos diplomas legais a nível nacional e comunitário que regulam ou impendem sobre áreas específicas do setor dos resíduos ou ao mesmo associadas, sendo seguidamente apresentados os mais importantes para a atividade prosseguida:

Janeiro

03.01.2023 - Lei n.º 24-D/2023 - Orçamento do Estado para 2023.

18.01.2023 - APA publica as Especificações técnicas dos resíduos de embalagens provenientes da recolha seletiva e da recolha indiferenciada.

25.01.2023 - Decreto-Lei n.º 5/2023 - Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027.

Fevereiro

10.02.2023 - A ERSAR publica o Relatório Anual de Caracterização dos Serviços de Águas e Resíduos (RASARP 2022), que sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização e evolução do setor, incluindo a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, o benchmarking do desempenho das entidades gestoras, a monitorização legal e contratual e o enquadramento económico-financeiro do setor.

10.02.2023 - Decreto-Lei n.º 11/202, de 10 de fevereiro - Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

Março

24.03.2023 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023 - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030), que define a política de gestão de resíduos urbanos até 2030.

24.03.2023 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023 - Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030), que estabelece as orientações estratégicas da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação até ao horizonte temporal de 2030. São definidas as prioridades a observar, as metas a atingir e as ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos princípios da gestão de resíduos e o cumprimento dos objetivos e metas previstos no Regime Geral de Gestão de Resíduos.

14.03.2023 - Despacho n.º 3355-A/2023 - Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2023.

Abril

03.04.2023 - Lei n.º 13/2023 - Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno.

06.04.2023 - Lei 14/2023 - Revê o dever de informação previsto no regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor, alterando o Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho.

21.04.2023 - Regulamento (UE) 2023/839 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de abril de 2023, que altera o Regulamento (UE) 2018/841 no que diz respeito ao âmbito de aplicação, simplificação das regras de comunicação de informações e de conformidade e determinação das metas dos Estados-Membros para 2030, e o Regulamento (UE) 2018/1999 no que diz respeito à melhoria dos processos de monitorização, comunicação de informações, acompanhamento dos progressos e análise.

Maio

17.05.2023 - Recomendação n.º 4/2023 da ERSAR - visa a criação de estímulos à rápida implementação da separação, recolha seletiva na origem e tratamento dos biorresíduos.

Junho

29.06.2023 - Portugal submeteu, às Nações Unidas, o segundo Relatório Voluntário Nacional (RVN 2023) relativo aos ODS - Objetivos Desenvolvimento Sustentável.

30.06.2023 - Decreto-Lei n.º 49-A/2023, de 30 de junho - Prorroga até 31 de dezembro de 2023 a vigência do regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e procede à revisão do fator de compensação aplicável aos casos de revisão por fórmula.

15.06.2023 - Despacho n.º 6501/2023 - Extinção da autoridade de gestão do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), sendo as suas atribuições e competências assumidas pela autoridade de gestão do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade.

05.06.2023 - APA divulga o Relatório do Estado do Ambiente 2022.

Julho

03.07.2023 - Publicada a primeira versão da revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

05.07.2023 - Decreto-Lei n.º 53/2023 - Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno.

07.07.2023 - Recomendação (UE) 2023/1425 da Comissão, de 27 de junho de 2023, relativa à promoção do financiamento com vista à transição para uma economia sustentável.

07.07.2023 - no âmbito do Simplex Ambiental - APA conclui adaptação da plataforma SILiAmb.

Agosto

11.08.2023 - Lei n.º 42/2023 - Transposição das Diretivas (UE) 2022/211 e (UE) 2022/228, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro, relativas a matéria de proteção de dados pessoais.

28.08.2023 - Lei n.º 50/2023 - autoriza o Governo a proceder à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo e ordenamento do território. Visa rever, entre outros, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Setembro

22.09.2023 - Despacho n.º 9830/2023, de 22 de setembro de 2023 - Determina os valores de contrapartidas financeiras, devidos pela recolha seletiva, que visam cobrir os custos decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

29.09.2023 - Foi publicado o Plano Anual de Avisos do Portugal 2030, permitindo aos potenciais beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) saberem, com a devida antecedência, as datas de abertura de candidaturas aos Programas Operacionais.

Outubro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro de 2023. Define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte de entidades da administração direta e indireta do Estado.

20.10.2023 - C/2023/00267 - Comunicação da Comissão sobre a interpretação e aplicação de certas disposições jurídicas do Regulamento Delegado Taxonomia Climática da UE que estabelece critérios técnicos de avaliação aplicáveis às atividades económicas que contribuem substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e que não prejudicam significativamente o cumprimento de outros objetivos ambientais.

18.10.2023 - publicado o Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023).

Novembro

03.11.2023 - a APA publica o Relatório Anual de Resíduos Urbanos 2022 (RARU 2022).

16.11.2023 - Regulamento Delegado (UE) 2023/2497 da Comissão e o Regulamento Delegado (UE) 2023/2495 da Comissão, ambos de 15 de novembro de 2023, que vêm alterar os limiares de valores de aplicação das regras europeias.

Dezembro

29.12.2023 - Lei n.º 82/2023 - Orçamento de Estado para 2024.

29.12.2023 - Despacho n.º 13288-C/2023, de 29 de dezembro de 2023, veio prorrogar até 30 de junho de 2023 os valores de contrapartida financeiras, devidos pela recolha seletiva, que visam cobrir os custos decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

29.12.2023 - Despacho n.º 13288-D/2023, de 29 de dezembro de 2023, que prorroga até 30 de junho de 2023 as licenças das entidades gestoras do SIGRE.

3.3 RISCO CLIMÁTICO

(Artº 38º da Lei nº 98/2021 de 31 de dezembro)

Sob o propósito "Our legacy inspires and commits us to build a better world" o grupo Mota-Engil, e em particular a EGF e a Valorsul, elegeram a Sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento, corporizando essa visão no plano estratégico do grupo Mota-Engil - Building 26 for a Sustainable Future 2022-2026 - revisto e reforçado em agosto de 2023.

Neste contexto, a Valorsul prosseguiu em 2023 a estruturação das suas práticas de gestão de risco num contexto de harmonização dos procedimentos correspondentes entre todas as participadas do grupo EGF. Com a consciência de que o risco das alterações climáticas para o negócio é real e da necessidade de controlar o seu impacto no negócio, a EGF iniciou em 2023, e concluirá em 2024, o projeto de avaliação e quantificação dos riscos e oportunidades climáticos e, bem assim, de estruturação do Plano de Resiliência do grupo. Neste plano se verterá a estratégia da EGF para responder e mitigar os impactos das alterações climáticas no negócio e o seu reporte em conformidade com as recomendações da TCF (Taskforce for Climate-Related Financial Disclosures)

Ainda em 2023, prosseguiu-se a elaboração do Inventário de Emissões de GEE de Âmbito 1,2 e 3, no quadro das normas do GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol), abrangendo todas as empresas do grupo e toda a atividade que estas desenvolvem, cujos resultados integram o reporte de sustentabilidade do grupo Mota-Engil. Em 2024 concluir-se-á a elaboração do plano de ação da EGF para a consecução das metas de redução de emissões de GEE fixadas pelo Grupo Mota-Engil, no qual Valorsul se insere.

O reporte de informação não financeira da EGF e das suas participadas é integrado no Relatório de Sustentabilidade do grupo Mota-Engil.

3.4 OUTROS RISCOS

Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros estão refletidos nas notas anexas às demonstrações financeiras, nomeadamente na nota 30.

3.5 ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

A atividade de gestão de resíduos urbanos, desenvolvida pelas empresas concessionárias do Grupo EGF é um serviço público de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento da atividade económica e à proteção do meio ambiente e da saúde pública.

O Grupo EGF é composto por 11 concessionárias do serviço público, em regime de exclusividade, até 31 de dezembro de 2034, da exploração e gestão do sistema multimunicipal de recolha seletiva, de triagem, e de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Em termos regulatórios, as empresas regem-se pelo Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro e seus documentos complementares, nomeadamente:

- Documento complementar nº 1 - previsto no Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril no qual são definidas a informação e as regras de apresentação das contas previsionais;
- Documento complementar nº 2 - previsto no Regulamento n.º 86/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, de 4 de fevereiro, no qual são definidas a informação e regras de apresentação das contas reguladas reais a apresentar ao Regulador em abril de cada ano;
- Documento complementar nº 3 - previsto no Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho no qual se consagraram os mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas, sendo estes mecanismos de duas naturezas: (I) Incentivos, (i) pela superação de metas ambientais (ii) pela eficiência de investimentos, e (II) Majorações (i) pela eficiência de operações (II) pela partilha de infraestruturas.

Decorrente da alteração introduzida pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que determina que o plano de investimentos passa a ser aprovado pelo Concedente com parecer da ERSAR e da APA e que as alterações ao regulamento tarifário terão igualmente de ser aprovadas pelo Concedente, em 2021, foi publicado o despacho n.º 3465/2021, de 31 de março, republicado pelo Despacho n.º 6048/2021, de 21 de junho, e alterado pelo Despacho n.º 114/2022 de 5 de janeiro de 2022, que estipulou:

- Um calendário transitório para a apresentação da parte II do plano de investimento (considerando as metas futuras) em janeiro de 2022. Este prazo ficou comprometido, decorrente dos sucessivos atrasos da publicação do PERSU 2030.
- A aplicação de uma tarifa transitória para o ano de 2022 e o adiamento da decisão dos proveitos permitidos de 2022-2024 para o final do exercício de 2022.

Em dezembro de 2023, a ERSAR convocou o Conselho Tarifário para uma reunião ocorrida no início de janeiro de 2024, no qual foi apresentado o projeto de alteração do Regulamento Tarifário de Tratamento de Resíduos a ser proposto pela ERSAR ao Governo, sobre o qual o Grupo EGF apresentou os seus contributos. A ERSAR propõe a entrada em vigor desde novo regulamento em 2028.

Em março de 2023, foi publicada pela ERSAR a decisão final das CRP 2022-2024, com a definição do montante de proveitos permitidos previsionais para o período regulatório 2022-2024 e a definição da tarifa a faturar em 2023 que incorpora o ajustamento tarifário de 2021 aprovado.

Em dezembro de 2023, a ERSAR informou a Valorsul, da tarifa a faturar em 2024. O valor comunicado é o valor da tarifa de 2024 resultante da decisão das Contas Reguladas Previsionais 2022-2024, sem o ajustamento tarifário e recuperação do ajustamento da tarifa transitória referente ao ano de 2022 e a recuperação do saldo regulatório constituído em 2023, uma vez que a ERSAR não recebeu do Concedente a aprovação das alterações dos investimentos apresentadas nas Contas Reguladas Reais de 2022, havendo a expectativa que venha a ser incorporado na tarifa de 2025.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação do Regulador tem na esfera das empresas reguladas, torna-se uma matéria fulcral para as empresas concessionárias e para os seus acionistas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

No regime em vigor as tarifas são definidas pela ERSAR com base num modelo "revenue cap", através do qual faz apuramento do valor de "Proveitos Permitidos" para cada período regulatório de 3 a 5 anos. O período regulatório em curso é de três anos e abrange os anos de 2022 a 2024. Destacam-se ainda as seguintes características do modelo em uso:

- As disposições quanto ao modelo de determinação dos Proveitos Permitidos e tarifas aplicáveis, estão previstas no Título IV - Modelo e Determinação de tarifas, sendo de realçar que a determinação dos **Proveitos Permitidos**, nos termos daquele diploma se faz de acordo com a seguinte expressão:

Proveitos Permitidos = Custo de Capital + Custo de exploração - Receitas adicionais - Benefícios de Atividades Complementares + Ajustamentos + Incentivos - Variação do Saldo Regulatório

- O cálculo do **Custo de Capital**, que é efetuado em conformidade com a fórmula abaixo:

Custo de Capital = (BAR) Base de Ativos Regulados x (TRA) Taxa Remuneração dos Ativos + Amortizações do Exercício

- A **Base de Ativos Regulados** é constituída pelos ativos afetos à exploração das atividades principais. O RTR dispõe no n.º 3 do seu artigo 28º que os ativos que constituem a BAR, são valorizados ao menor valor entre o custo histórico contabilístico líquido de amortizações calculadas nos termos do artigo 33.º daquele mesmo diploma e de subsídios ao investimento, e o valor aprovado em sede de plano de investimentos, corrigido pelas amortizações e subsídios.

- Quanto ao apuramento da **Tarifa**, ele está referenciado no artigo 41º e 42º do RTR, onde se estabelece que "... as tarifas visam recuperar os proveitos permitidos totais fixados... em função da quantidade de resíduos entregues estimada...", " a tarifa variável única aplicável a entidades gestoras é definida em função da quantidade total estimada de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada, sendo definida pela ERSAR nos sistemas de titularidade estatal em regime de gestão concessionada..." assim está definido no Anexo I ao RTR que o cálculo tarifário é:

Tarifa do serviço de Gestão de Resíduos = Proveitos Tarifários / Quantidades de RU indiferenciados a receber, estimadas

- Quanto aos parâmetros regulatórios genéricos, estes incluem a **taxa de remuneração dos ativos** (TRA) e respetivas componentes (taxa de juro sem risco, estrutura de financiamento regulatória, beta dos capitais próprios, prémio de risco de mercado, taxa de remuneração dos capitais alheios e taxa de imposto) e as taxas de variação do IHPC.

A TRA estabelecida para o período regulatório 2022-2024, para a Valorsul foi de 6,51%.

REPORTE REGULATÓRIO 2023

Durante o ano de 2023, foi prestada a seguinte informação à ERSAR e ao Concedente:

- Contas Reguladas Previsionais (CRP) 2022-2024- Em fevereiro de 2023 a Valorsul submeteu à ERSAR a pronúncia das CRP 2022-2024 considerando o segundo projeto de decisão emitido pela ERSAR nesse mesmo mês. A comunicação da decisão final que inclui a aprovação da tarifa a faturar em 2023, foi emitida pela ERSAR em março de 2023.

- Contas Reguladas Reais (CRR) 2022- Em abril de 2023, a Valorsul entregou ao regulador as CRR do exercício de 2022 as quais incluíam um relatório sobre a execução dos investimentos no ano de 2022 (também enviado ao Concedente), sobre o qual se aguarda até à data o projeto de decisão sobre o mesmo.

- Reporte trimestral decorrente da revisão extraordinária de proveitos permitidos. Em junho, setembro e dezembro de 2023 a Valorsul, apresentou à ERSAR o reporting trimestral das contas reguladas no âmbito da monitorização da revisão extraordinária de proveitos permitidos ocorrida no exercício de 2021.

- Relatório de aptidão funcional dos ativos (RAFA) - em dezembro de 2023, a Valorsul entregou ao regulador e Concedente o relatório de aptidão funcional dos ativos de acordo com as regras estabelecidas no contrato de concessão e regulamento tarifário.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. Deste modo, a qualidade de serviço de gestão de resíduos urbanos prestado pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 4.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores de desempenho de qualidade do serviço. O "Guia de Avaliação da Qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 4.ª geração do sistema de avaliação" foi publicado pela ERSAR em 29 de dezembro de 2021.

Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Em fevereiro de 2023 foi publicado, e divulgado no sítio da ERSAR, o RASARP 2022, o qual sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2021.

REGULAÇÃO AMBIENTAL

As entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos do grupo EGF estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA desenvolve ainda atribuições no âmbito dos resíduos enquanto Autoridade Nacional de Resíduos. Destacando-se:

- Assegurar e acompanhar a execução da estratégia nacional para os resíduos;
- Competências próprias de licenciamento;
- Emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos;
- Desempenho de tarefas de acompanhamento das atividades de gestão de resíduos;
- Uniformização dos procedimentos de licenciamento;
- Validação da informação necessária à aplicação do regime económico e financeiro da gestão de resíduos e diligenciar no sentido da implementação do regulamento relativo à aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

Conforme detalhado no Capítulo Enquadramento do Sector de Resíduos Urbanos, em dezembro de 2023, a Valorsul apresentou o seu Plano de Ação de 2030 (PAPERSU).

5

GOVERNO
SOCIETÁRIO

ff
W.
X
A
?
*
S.L.
F.M.
M
R
.A

Nos termos do artigo 11º do contrato da sociedade, os Órgãos Sociais da sociedade, são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

Os Órgãos Sociais para o mandato 2021/2023 forem eleitos na Assembleia Geral de Acionistas, no dia 31 de março de 2021.

Em 24 de fevereiro de 2023 o vogal não executivo do Conselho de Administração Isabel Cristina Carvalho de Jesus passa a exercer o cargo de vogal executivo do Conselho de Administração. Em substituição do vogal do Conselho de Administração Nuno Alexandre, foi cooptado a 17 de maio de 2023, o vogal do Conselho de Administração Marta Cristina Loia Guerreiro.

Em 16 de março de 2023, Armando Nuno Teixeira da Silva renunciou ao cargo de Suplente do Conselho Fiscal, não tendo sido substituído até à presente data.

Em 07 de agosto de 2022 renunciou ao cargo de vogal executivo do Conselho de Administração Pedro Manuel Amaro Martins Vaz, tendo sido cooptado no dia 17 de maio de 2023, em sua substituição, o vogal executivo do Conselho de Administração Fernando Sousa Ferreira.

Em 27 de outubro de 2023, renunciou ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração Ana Paula Marques Teixeira, não tendo sido substituído até à presente data.

Em 28 de dezembro de 2023, renunciou ao cargo de Presidente da Comissão de Vencimentos Pablo Barreiro Blanco, não tendo sido substituído até à presente data.

Em 3 de janeiro de 2024, renunciou ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração Luís Fernando Adrada Guajardo, não tendo sido substituído até à presente data.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Paulo Miguel Olavo de Pitta e Cunha

Vice-Presidente: Marta Lopes Correia

Secretário: Tânia Cristina de Oliveira Vieira Rodrigues Rebelo Beleza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Presidente da Comissão Executiva: Marta Maria Dias Quintas Neves

Vogal Executivo: Tomás Joaquim de Oliveira Serra

Vogal Executivo: Isabel Cristina Carvalho de Jesus ²¹

Vogal Executivo: Fernando Sousa Ferreira ²

Vogal Executivo: Armando Manuel Pedroso Militão

Vogal: Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Vogal: Cristina Maria da Cunha Saraiva

Vogal: Marta Cristina Loia Guerreiro ³

Vogal: André Nunes de Almeida Couto

Vogal: Nuno Miguel Guarda da Rocha

Vogal: Fábio Emanuel Mousinho Pinto

Vogal: André Filipe dos Santos Matos Rijo

COMISSÃO EXECUTIVA



Presidente da Comissão Executiva: Marta Neves; Vogais: Tomás Serra, Isabel Cristina de Jesus, Fernando Ferreira e Armando Pedroso Militão

CONSELHO FISCAL

Presidente: Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos

Vogal: João Francisco Ferreira da Fonseca

Vogal: João Duarte Anastácio de Carvalho

Suplente: a designar

ROC

Efetivo: Pricewaterhousecoopers & associados - SROC, Lda

Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente: a designar

Vogal: Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

Vogal: Inês Duarte de Matos

CURRICULUM VITAE DOS ADMINISTRADORES

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Nasceu em Amarante a 11 de maio de 1954

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Civil (Vias de Comunicações), pela Faculdade de Engenharia Civil Da Universidade do Porto.

Carreira Profissional

1977 - 1979 - Estagiário (Obra de Regularização do Baixo Mondego "Leito Central") - Mota & Companhia, Lda.

1979 - 1981 - Atividade em diversas Direções (Setores Técnico, de Orçamentação, de Produção, Administrativo e Comercial) - Mota & Companhia, Lda.

1981 - 1987 - Diretor Geral de Produção - Mota & Companhia, Lda.

1987 - 1995 - Vice-Presidente do Conselho de Administração - Mota & Companhia, S.A.

1995 - 2003 - Presidente do Conselho de Administração - Mota & Companhia, S.A.

2000 - 2003 - Presidente do Conselho de Administração - Engil - Sociedade de Construção Civil, S.A.

2000 - 2003 - Presidente do Conselho de Administração - Mota-Engil Internacional, S.A.

2003 - 2006 - Presidente do Conselho de Administração - Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.

2000 - 2022 - Presidente do Conselho de Administração Mota-Engil, SGPS, S.A.

Desde 2015: Presidente do Conselho de Administração da Valorsul, S.A.

Funções Atuais

Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.

Sociedade Agrícola Moura Basto, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Auto-Sueco (Angola), SARL

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.

Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, Lda.

Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, S.A.

Membro do Conselho de Curadores e do Conselho Consultivo da Fundação Manuel António da Mota.

Membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Membro do Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo da Aicep Portugal Global, E.P.E.

Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto - "Casa dos 24"



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Marta Maria Dias Quintas Neves

Nasceu a 3 de março de 1972

Habilitações Académicas

Licenciada em Direito, com especialização em Direito Económico, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Pós-Graduação em Direito de Concorrência e Regulação.

Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira como advogada, num Gabinete de Advocacia, entre 1995 e 1999.

Em 2002 desempenhou funções de Diretora do Departamento Jurídico da PT Multimédia, S.A., tendo sido responsável pela fusão dos vários departamentos jurídicos existentes.

De 2003 a 2005 desempenhou as funções de adjunta do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia e, posteriormente, do Ministro das Atividades Económicas e do Trabalho, tendo, nomeadamente, transposto o pacote legislativo de liberalização do mercado energético português.

Entre 2006 e 2011, de regresso agora à PT Comunicações, S.A., ocupa o cargo de Diretora do Departamento de Regulação da PT Portugal, SGPS. Nesta função, liderou o processo de negociação junto do regulador setorial, Anacom, que viria a permitir a segmentação nacional do mercado de retalho, com desregulação da PT em mais de 40% do território nacional e, ainda, a compensação, pela primeira vez, da PT como prestadora do serviço universal.

De 2011 a 2013, regressa ao Governo de Portugal, como Chefe de Gabinete do Ministro da Economia, Trabalho, Transportes, Obras Públicas e Comunicações, um dos maiores ministérios da história de Portugal, em que acompanhou vários dossiers, entre eles a nova lei da concorrência e o acordo de concertação social relativo à alteração da lei laboral.

Em 2013 mantém o cargo de Diretora de Concorrência e Assuntos Regulatório, passando em 2015 a fazer parte da Comissão Executiva da PT Portugal, SGPS, S.A., tendo acompanhado vários processos de concentração junto da Autoridade de Concorrência e ainda a negociação com o regulador e a Comissão Europeia da não regulação da fibra.

Em 2016 é incorporada na sociedade EGF como Diretora do Gabinete de Regulação e Jurídico, e na qual liderou a implementação do primeiro período regulatório das empresas do Grupo.

Funções Atuais

Em 2017 foi nomeada Administradora Executiva da Empresa Geral do Fomento, S.A.

Foi também em 2017 nomeada pela EGF, vogal do Conselho de Administração das empresas Valnor, S.A. e Valorsul, S.A.

Em 2018 foi nomeada vogal do Conselho de Administração da Resiestrela, S.A.

Assumiu funções como Presidente da Comissão Executiva da Valorsul em março de 2020.

Em 2021 foi nomeada para a Direção do Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR), em representação da Mota-Engil, exercendo atualmente as funções de SubDiretora.

Tomás Joaquim de Oliveira Serra

Nasceu em Lisboa, a 13 de dezembro de 1965.

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Mecânica, Ramo Termodinâmica Aplicada, pelo Instituto Superior Técnico (1983/1988), complementou mais tarde a sua formação em gestão através de programas promovidos pelo IDCFC da Universidade Católica e pelo INDEG/ISCTE.

Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira profissional no grupo EDP em dezembro de 1988, onde desempenhou funções técnicas e de gestão em diversos projetos na área da energia e dos resíduos.

A partir de abril de 2001 passou a integrar o grupo Somague (AGS e Hidurbe) para implementação da Prestação de Serviços de Operação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, Madeira. Neste âmbito foi administrador de várias empresas, destacando-se a OTRS - Operação da ETRS da Meia Serra, onde foi também Diretor Geral durante mais de 6 anos. Entre maio de 2008 e fevereiro de 2012 exerceu funções de Administrador Executivo na Valorsul, período durante o qual fez ainda parte da direção da Avaler - Associação de Entidades de Valorização Energética de RSU, tendo mantido funções de Administrador não executivo até março de 2017.

De fevereiro de 2012 a julho de 2015 foi administrador da Empresa Geral do Fomento.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Resinorte (entre abril de 2012 e setembro de 2016), da Algar (entre setembro de 2015 e março de 2017), da Resiestrela (entre setembro de 2015 e março de 2017) e da Valnor (entre setembro de 2016 e março de 2017).

Foi Administrador não executivo da Valnor (entre setembro de 2015 e agosto de 2016), da Resinorte (entre outubro de 2016 e março de 2017), da Resulima (entre setembro de 2015 e março de 2017) e da Suldouro (entre setembro de 2015 e março de 2017).

Funções Atuais

Administrador não executivo da Valorlis, desde setembro de 2015;

Administrador executivo da Valorsul, desde abril de 2017.

É Presidente da Direção da Avaler, desde março de 2021.



Isabel Cristina Carvalho Jesus

Nasceu a 29 de setembro de 1977

Habilitações Académicas

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

Pós-Graduação em Performance e Controlo de Gestão pela Universidade Católica

Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira como Gestora de Projetos de Investimentos no IAPMEI de 2001 a 2004 com responsabilidade sobre análise de projetos de investimento e auditorias a projetos no âmbito do sistema de incentivos.

De 2004 a 2011 desempenhou funções de Controller de Gestão e Financeira na EGF-Empresa Geral de Fomento (grupo Águas de Portugal) onde efetuou a coordenação das políticas económico-financeiras e de controlo de gestão (12 empresas do Grupo), responsável pela elaboração do relatório de controlo de gestão, elaboração de estudos de viabilidade económico-financeira, realização e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários, bem como preparação e acompanhamento de financiamento ao Banco Europeu de Investimento.

De 2011 a 2017 desempenhou funções de Diretora Financeira da Amarsul-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA onde foi responsável pela gestão regulatória, económica e financeira da empresa, pela elaboração de estudos económicos, projetos de investimento e candidaturas a fundos comunitários bem como pela coordenação da contabilidade da empresa e obrigações fiscais e financeiras.

Desenvolveu ainda outros projetos de Assessoria técnica no projeto de privatização do Grupo EGF em 2014.

De 2017 a 2019 acumulou ainda na Amarsul a Responsabilidade da área das Compras e Gestão de Infraestruturas e Contratos.

De 2020 a 2022 vogal do Conselho de Administração da Valorsul- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA.

Funções Atuais

Diretora Financeira da Empresa Geral do Fomento, desde 2019 e Administradora Executiva desde 2022 do Conselho de Administração da Valorsul- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA.



Fernando Sousa Ferreira

Nasceu em Lisboa a 8 de outubro de 1963

Habilitações Académicas

1989 - Curso de Solicitador - Câmara dos Solicitadores

1993 - Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2004 - Pós-graduação em Direito das Autarquias Locais - FDL Universidade Lisboa

2016 - Curso Avançado de Gestão Pública - Instituto Nacional de Administração - INA

Carreira Profissional

2022-2023 - Assessor de Políticas Públicas de Ambiente na Câmara Municipal de Lisboa;

2020-2022 - Administrador da TratoLixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M, S.A.;

2019-2019 - Presidente Interino da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

2015-2020 - Membro do Conselho Estratégico Ambiental de Sintra;

2015-2020 - Vice-Presidente da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

2014-2015 - Administrador da SANEST, S.A. (Grupo ADP);

2014-2015 - Vogal da Comissão Diretiva do Plano Operacional Regional de Lisboa do Portugal 2020;

2012-2014 - Vogal da Comissão Diretiva do Plano Operacional Regional de Lisboa do QREN;

2010-2013 - Membro do Policy Committee da MWE - Municipal Waste Europe;

2010-2013 - Secretário-geral da EGSRA - Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos;

2005-2009 - Vereador da Câmara Municipal de Odivelas;

2004-2005 - Vice-Presidente da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

2002-2004 - Presidente do Conselho de Administração da Odivelcultur - EM;

2001-2004 - Vereador da Câmara Municipal de Odivelas;

1999-2001 - Vogal da Comissão Instaladora do Município de Odivelas;

1998-1999 - Presidente do Conselho de Administração do Centro de Actividades Económicas de Loures;

1998-1999 - Administrador-Delegado do MARL;



1998-1999 - Vereador na Câmara Municipal de Loures;
 1995-1997 - Vogal do Conselho de Administração do Centro de Formação Profissional do Sector das Pescas;
 1996 -1997- Gestor das empresas PLAM e Trigramma (Grupo Vidago);
 1990 -1995- Gestão Técnica de Seguros (Pearl Assurance e Global Seguros S.A.);
 1986- 1990- Gestor da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
Funções Atuais:
 Administrador Executivo da Valorsul, SA, desde maio 2023.

Armando Manuel Pedroso Militão

Nasceu em Camarate, Loures, em 23 de agosto de 1962

Habilitações Académicas

Curso de Relações Internacionais, variante de Políticas Económicas,
 no ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

Actividade Cívica e Política

Deputado Municipal, na Assembleia Municipal de Loures, de 1982 a 2009;
 Deputado à Assembleia da República de 1987 a 1991;
 Deputado Municipal, na Assembleia Municipal de Loures, de 2021 até à data.

Carreira Profissional

Administrador na FDM, SA de 1992 a 2000;
 Administrador da Coffee Nannini, Srl (Siena - Itália) de 2000 a 2006;
 Director da Alessandro Nannini Franchising Limited (Londres - Reino Unido) de 2000 a 2006;
 Presidente do Conselho de Administração da AM Capital SGPS, SA de 2003 até 2021;
 Presidente do Conselho de Administração da Mixmil, SA, de 2003 até 2021;
 Presidente do Conselho de Administração da Mimo & Momo, SA, de 2009 até 2021.
 Gerente da Armando Militão Capital - Consultoria, Lda.; de 2021 até 2022.
 Gerente da Bocca Lupo - Act. Hoteleiras e Restauração, Lda., de 2021 até 2022.
 Gerente da Mimo & Momo, Lda., De 2021 até 2022.
 Gerente da Mixmil, Lda., de 2021 até 2022.
 Gerente da Robustopulent, Lda., de 2021 até 2022.

Funções Atuais:

Administrador Executivo da Valorsul, SA, desde janeiro de 2022.



Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Nasceu no Porto, a 13 de maio de 1978.

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. *Master in Business Administration* pela Universidade do Porto.

Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira profissional na Mota Engil, Engenharia e Construção, S.A. em 2006 onde desempenhou funções de Adjunto da Administração.
 A partir de março de 2008 passou a integrar o Conselho de Administração da Mota Engil, Engenharia e Construção, S.A. Entre março de 2011 e maio de 2012 exerce igualmente as funções de vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, S.A.
 De agosto de 2012 a julho de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração - Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA., ocupando, depois, o cargo de Presidente do Conselho de Administração dessa empresa até fevereiro de 2016.
 A partir de fevereiro de 2019 foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 É atualmente Presidente do Conselho de Administração e CEO da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, S.A., bem como Presidente da Mota-Engil América Latina.



Funções Atuais

Desde agosto de 2009: Vogal do Conselho de Administração - Mota-Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Desde novembro de 2013: Presidente do Conselho de Administração - Mota-Engil América Latina, SAPI de CV (México).

Desde setembro de 2015: Vogal do Conselho de Administração - Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.

Desde agosto de 2021: Vice-Presidente do Conselho de Administração - ECB - Empresa Construtora Brasil S/A

Cristina Maria da Cunha Saraiva

Nasceu a 25 de maio de 1966

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE- Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa: 1984/89); Mini MBA (INDEG-ISCTE)

Carreira Profissional

1988/89 - Técnica do DAFSE - Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, com atividades na área de análise de dossiers de candidaturas.

1989/93 - Grupo IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA, com tarefas nas áreas de Controlo de Gestão, Consolidação de Contas, Controlo de Participadas, Planeamento Financeiro da Holding e do Grupo e avaliação de empresas.

1993/96, integrou a equipa da IPE Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA, nas funções de gestora de projetos, análise a avaliação de Investimentos, e posteriormente como responsável coordenadora da área de Marketing e da Gestão dos FRIE - Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial. Também em representação da IPE-Capital, foi Administradora da empresa Mailtec-Tecnologias de Informação, SA.

1996/2000, Diretora Financeira na Spel-Sociedade Portuguesa de Explosivos, SA, tendo sido também, durante parte desse período, membro do Conselho Fiscal do Ledap - Laboratório de Engenharia e Detónica.

2000/05, integrou os quadros da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), SA, como Diretora Administrativo-Financeira.

2005/19, foi Diretora Financeira na EGF - Empresa Geral de Fomento, SA e também, em representação da EGF, Administradora de várias empresas do Grupo, nomeadamente na Amarsul, SA, na Resinorte, SA e na Recigroup-Indústrias de Reciclagem, SGPS.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Amarsul SA., no mandato 2012/2015.

Foi Administradora-Delegada na Resinorte, SA de janeiro de 2019 a setembro de 2022.

Funções Atuais

É atualmente, desde agosto de 2022, Presidente da Comissão Executiva da Amarsul-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA;

Desde setembro de 2022 é, também, Administradora não executiva na Valorsul, S.A. e na Resinorte, SA.

**Marta Cristina Loia Guerreiro**

Nasceu em Lisboa, a 20 de abril de 1968.

Habilitações Académicas:

Licenciada em Engenharia do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1986/1991).

Master of Science in Soils and Environmental Pollution pela Universidade de Reading, Reino Unido (1995/1996).

Frequência do PAGE - Programa de Gestão Avançado para Executivos, Católica Lisbon School of Business & Economics (2008).

Carreira Profissional:

Iniciou a sua carreira profissional na SEIA - Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental em 1991, onde desempenhou funções técnicas e de direção de projeto na área dos resíduos urbanos e industriais, caracterização e tratamento de locais contaminados, diagnósticos ambientais da indústria e estudos de impacto ambiental.



A partir de outubro de 1996 passou a exercer funções de Diretora do Departamento de Resíduos na SEIA cuja atividade incluiu a realização de estudos e projetos no domínio dos resíduos sólidos urbanos e industriais.

Entre setembro de 2000 a julho de 2004 exerceu funções de Assistente convidada, na Universidade Lusófona, de Humanidades e Tecnologias, tendo sido responsável pela disciplina de «Poluição do Solo» incluída no 4º ano do curso de Engenharia do Ambiente.

De outubro de 2002 a julho de 2010 foi diretora da Resioeste, SA, sendo responsável pela Direção técnica e de exploração de todas as áreas operacionais da empresa.

De julho de 2010 até novembro 2011, manteve as funções de Direção operacional de todas as instalações da área Oeste pertencentes à antiga Resioeste que por fusão com a Valorsul passaram para a nova empresa.

De dezembro de 2011 até janeiro 2016 assumiu o cargo de Diretora da DRVO - Direção de Reciclagem e Valorização Orgânica da Valorsul, S.A., que incluía a gestão operacional da Estação de Tratamento e Valorização Orgânica (ETVO), do Centro de Triagem do Lumiar (CTE) e do Centro de Triagem do Oeste (CTO).

De janeiro 2016 a janeiro de 2018 assumiu a responsabilidade pela Direção de Engenharia da Empresa Geral de Fomento, EGF, S.A. cuja missão era prestar apoio técnico ao pelouro de Produção do Conselho de Administração da EGF assim como às empresas participadas da EGF, S.A.

Funções Atuais:

Desde 2 de janeiro de 2018 é Administradora-Delegada da Valorlis, S.A.

Desde 17 de maio de 2023 é, também, Administradora não executiva na Valorsul, S.A.

André Nunes de Almeida Couto

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da UL

Executive MBA, pelo INDEG-ISCTE

Carreira Profissional

Desenvolveu trabalhos diversos no sector da sustentabilidade ambiental.

Alguns deles levaram a Junta de Freguesia de Campolide a ser distinguida com vários prémios, como o European Public Sector Award (EPSA), em duas ocasiões, em 2015 e 2017, e o Eco-Freguesias XXI, em 2017. O "Celeiro Solidário" e o "Pago em Lixo", que conseguiram os EPSA, são alguns dos projectos de sucesso.

Foi consultor em projectos de desenvolvimento local, social e ambiental no AUDAX-ISCTE, entre 2017 e 2018.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Campolide e Deputado Municipal em Lisboa, entre 2009 e 2021.

Funções actuais

Administrador Não Executivo da Valorsul, desde 2018.

Administrador de empresas



André Filipe dos Santos Matos Rijo

Nasceu em Arruda dos Vinhos, a 9 de março de 1984.

Habilitações Académicas

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (clássica) em 2007.

Conclusão da Pós-Graduação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP - "Governança e Desenvolvimento Regional e Local" em 2023;

Mestrando em Administração Pública no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP - em 2023

Carreira Profissional

Advogado associado na Abreu e Associados, sociedade de Advogados RL, até outubro de 2013.

Membro da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos de 2005 a 2009.

Vereador na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos de 2009 a 2013.

Funções Atuais

Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos desde outubro de 2013.

Administrador não executivo da Valorsul desde agosto de 2014 em representação da AMO MAIS.

Presidente do Conselho Executivo da Associação de Fins Específicos AMO MAIS desde 2014.



Membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios de Portugueses desde 2013
 Vogal do Conselho de Administração da Oeste Sustentável
 Presidente do Conselho da Comunidade ACES Estuário do Tejo - Desde 2022.
 Presidente da Assembleia-Geral da Associação dos Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas - (AMIUC) - Desde 2022.
 Presidente da Assembleia-Geral da Associação dos Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas - (AMIUC) - Desde 2022.

Nuno Miguel Guarda da Rocha

Habilitações Académicas

Licenciatura em Gestão de Empresas
 Pós-Graduação em Contabilidade e Gestão Pública
 Contabilista Certificado pela Ordem dos Contabilistas Certificados

Carreira Profissional

Desde 2000 até 2013, Coordenador Técnico numa Software House, responsável pela gestão do produto e clientes.

Funções atuais

Desde dezembro de 2013, Contabilista Certificado e Consultor de Gestão, no âmbito do Setor Público Local.
 Desempenho de funções públicas desde 2009, como Tesoureiro da Junta de Freguesia Mina, atualmente Mina de Água, no Município da Amadora.
 Desde março de 2016, ocupa o cargo de vogal do Conselho de Administração da Valorsul, SA, nomeado pelo Município da Amadora.



Fábio Emanuel Mousinho Pinto

Nasceu em Lisboa, a 16 de novembro de 1987.

Habilitações Académicas

Licenciado em Psicologia, pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte)
 Mestre em Psicologia Social e das Organizações, pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte)
 Pós-Graduado em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade Técnica de Lisboa
 Doutorando em Gestão, pela Universidade Europeia (em fase de conclusão)

Carreira Profissional

De 2006 a 2010, exerceu funções na área do retalho.
 De 2017 a 2021, esteve como Presidente da Assembleia de Freguesia de Vialonga.
 De setembro de 2020 a julho de 2021 foi Professor Convidado no ISLA Leiria.

Funções Atuais

Desde 2012: Técnico Superior, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
 Desde 2021: Presidente da Assembleia de Freguesia de Vialonga;
 Desde 2022: Professor Assistente Convidado, no Instituto Politécnico de Santarém;
 Desde abril de 2022, ocupa o cargo de Administrador não executivo da Valorsul, S.A., nomeado pelo Município de Vila Franca de Xira.



6

ATIVIDADE

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature, a checkmark, and several smaller marks and initials.

5.1 ATIVIDADE OPERACIONAL

São descritas abaixo as atividades da empresa, dando destaque aos principais indicadores operacionais.

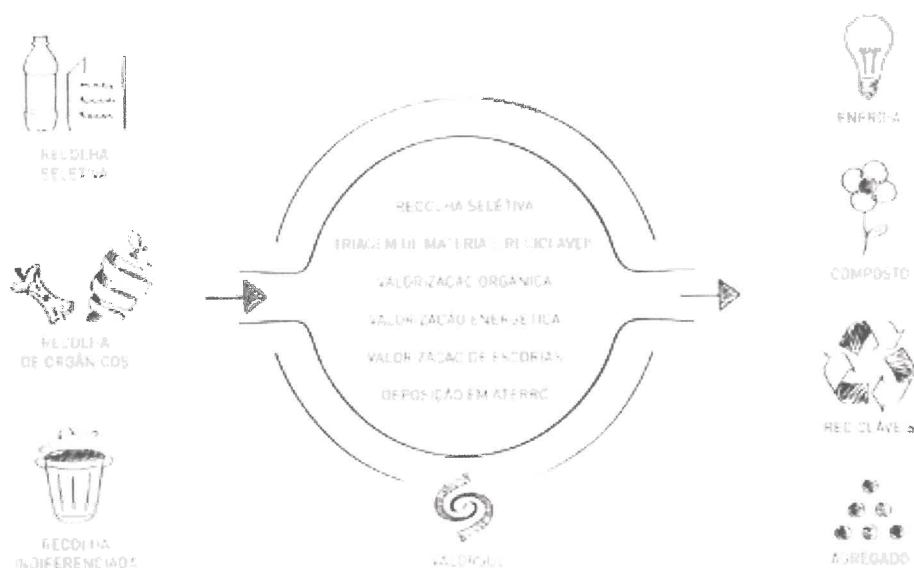


Figura 3- Atividade da Valorsul

RECOLHA SELETIVA

Na região de Lisboa

Nos cinco municípios integrantes da região Lisboa (Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira), a recolha seletiva multimaterial, dos fluxos vidro, papel/cartão, e embalagens de plástico e de metal, tem vindo a ser executada pelos municípios, conforme contratos de entrega e receção de resíduos estabelecidos. Os municípios realizam essa recolha e gerem a rede de contentorização instalada no seu território. Esta é diversa, e integra, consoante o município, recolha de proximidade e/ou recolha porta-a-porta. Refira-se que, desde 2020, e a pedido do Município da Amadora, a Valorsul iniciou a recolha seletiva na freguesia de Alfragide tendo alargado a sua recolha a todo o município até ao final de 2023. Por outro lado, e como consequência do período pandémico que atravessámos, também nos municípios de Loures e Odivelas houve apoio da Valorsul em 2020, que se manteve e expandiu desde aí, por contratação de prestações de serviço, para apoiar a recolha seletiva nesta zona.

Em 2023, a recolha seletiva multimaterial com origem nos municípios da Região de Lisboa registou um acréscimo de valores face ao ano anterior em particular no fluxo das embalagens plásticas e metálicas, tendo a recolha seletiva trifluxe um valor em linha com o ocorrido em 2022, tendo-se verificado que foram ultrapassados os níveis do período pré-pandemia (2019). Nesta região registou-se uma variação de 0% na entrega de vidro, de -1% na entrega de papel/cartão e de 4% na entrega de embalagens de plástico e de metal, face a 2022.

A recolha seletiva de biorresíduos é realizada na região de Lisboa pelos municípios da Amadora, Lisboa, Loures e Odivelas e Vila Franca de Xira. Esta atividade é feita, essencialmente, junto de estabelecimentos do setor HORECA, cantinas e mercados, tendo já sido iniciada junto do setor doméstico igualmente.

No ano 2023, foram tratados seletivamente cerca de 38 mil toneladas de biorresíduos alimentares, mais 7% que no ano anterior, o que em parte resulta da maior recolha realizada pelos municípios desta Região.

Na região do Oeste

A Valorsul efetua a recolha multimaterial dos materiais recicláveis nos 14 municípios do Oeste. Nesses municípios, são recolhidos os materiais dos ecopontos da zona oeste e das ilhas ecológicas no município de Óbidos e são também geridos os materiais entregues nos ecocentros existentes nas estações de transferência.

No final do ano de 2023 existiam cerca de 16.333 contentores para recolha seletiva trifluxo.

Em 2023, nos materiais recolhidos seletivamente pela Valorsul e pelos municípios do Oeste, constatou-se uma diminuição de 4% de entrega de vidro, aumento de 3% de papel/cartão e aumento de 2% de entrega de embalagens de plástico e metal, relativamente ao ano anterior. Ainda assim verifica-se que à semelhança da Região de Lisboa, também nesta Região foram ultrapassados os níveis do período pré-pandemia (2019).

Nos fluxos de papel/cartão e plástico/metall a recolha da Valorsul é complementada com recolha feita pelos municípios que utilizam, para tal, viaturas cedidas pela Valorsul.

CENTROS DE TRIAGEM

O centro de triagem do Lumiar (CTE) e o centro de triagem do Oeste (CTO) são unidades industriais que, através de processos automáticos e manuais, separam materiais para envio para reciclagem. Ambos os centros dispõem de ecocentros com vista à deposição seletiva de resíduos valorizáveis pelas populações. No final de 2023 conclui-se uma reformulação da linha de triagem de P/M do CTO, com a substituição de diversos equipamentos em fim de vida por novos equipamentos de maior capacidade e eficiência, tendo-se igualmente procedido à automação da etapa de enfardamento de materiais triados.

No mesmo sentido que o verificado na recolha seletiva trifluxo, verificou-se um aumento global na retoma de origem seletiva de 4% em relação ao ano anterior. Este aumento decorreu maioritariamente pelo esforço continuado na recolha seletiva, mas também por maior eficiência dos Centros de Triagem.

As quantidades de materiais trifluxo rececionadas diretamente nos Centros de Triagem, e respetivos ecocentros (no caso do vidro), bem como a variação relativamente ao ano anterior são apresentadas no quadro seguinte.

QUADRO 8 - ENTRADAS NOS CENTROS DE TRIAGEM

FLUXO MATERIAL	VARIAÇÃO 2023/2022	QUANTIDADE (t)		
		2023	2022	2021
Verde (vidro)	-1%	32.713	33.134	29.092
Azul (Papel/Cartão)	0%	42.074	42.180	39.208
Amarelo (embalagens)	3%	30.487	29.528	27.093

Importa ainda referir que, em 2023, foram entregues nos Centros de Triagem 105.274 t de material trifluxo recolhido seletivamente, quantitativo em linha com o que ocorreu em 2022, e que representa um crescimento efetivo relativamente ao ano de 2019 (pré-pandemia) de 12%.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

Na Estação de Tratamento e Valorização Orgânica (ETVO), os resíduos biodegradáveis recolhidos seletivamente são transformados em composto (corretivo agrícola orgânico) e biogás, através de um processo de digestão anaeróbia, seguido de uma estabilização aeróbica do material, na compostagem. O gás, produto da fermentação, é utilizado na produção de energia elétrica, exportada para a rede elétrica nacional.

A compostagem de verdes é outra valência da ETVO, unidade que transforma os biorresíduos verdes (ramagens, troncos, relvas) para produzir um composto de elevada qualidade.

Em 2023, foram recebidos na instalação 45.868 t de biorresíduos recolhidos seletivamente (38.088 t de biorresíduos alimentares e 7.780 t de resíduos verdes). Este valor corresponde a um acréscimo de 6% e 37%, respetivamente, face a 2022, muito pela maior receção com origem municipal.

A produção, exportação e consumo de energia elétrica na unidade está espelhada no quadro seguinte. Ainda que se tenha verificado um aumento de 6% da receção de biorresíduos, verificou-se um aumento na produção de energia elétrica de 27%, uma vez que o Motogerador A teve uma indisponibilidade superior no ano anterior.

QUADRO 9 - ENERGIA ELÉTRICA NA ETVO

ENERGIA	VARIAÇÃO 2023/2022	QUANTIDADE (MWh)		
		2023	2022	2021
Produção	27%	9.332	7.349	7.110
Exportação	27%	9.332	7.345	7.110
Consumo	3%	4.187	4.069	3.733

(valores obtidos por leitura de contadores)

A expedição de composto (corretivo agrícola orgânico Ricaterra), foi de 767 toneladas, o que corresponde a um aumento elevado face a 2022, quando foram expedidas 93 toneladas deste tipo de composto. Por outro lado, o composto com origem no processamento de resíduos verdes retornou um aumento de 43% face a 2022, tendo sido expedidas 1.253 toneladas.

O corretivo agrícola orgânico disponibilizado pela ETVO - Ricaterra - teve procura, tanto por utilizadores municipais pertencentes à área de intervenção da Valorsul, como por utilizadores particulares, sendo também cedido aos colaboradores da Valorsul.

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO (LEIRIA) - TMB

A TMB de Leiria recebeu, no âmbito do modelo técnico da Valorsul e do protocolo estabelecido, os resíduos de recolha indiferenciada e verdes provenientes das Estações de Transferência da Valorsul e do CTRO. É uma instalação de tratamento mecânico-biológico (TMB), que produz biogás, composto e materiais de embalagem para reciclagem. A gestão desta unidade está a cargo da Valorlis e a Valorsul tem o compromisso de entregar metade da capacidade da instalação, suportando 50% dos custos deduzidos dos respetivos proveitos.

Em 2023 concluiu-se a empreitada do aumento da capacidade de valorização orgânica daquela instalação, em 50%, com a construção do 3º digestor. Em setembro de 2023, a partilha de entrega de resíduos, que vigorava desde 2007 entre as empresas, foi suspensa, no seguimento da redação do novo título único ambiental (TUA) da instalação. Desde então, a Valorsul deixou de efetuar entregas naquela unidade, direcionando os resíduos para outras unidades do seu sistema.

Em 2023 foram entregues pela Valorsul, na instalação de Tratamento Mecânico e Biológico de Leiria, 34.445 t de RU indiferenciado e 934 t de resíduos verdes, num total de cerca de 35.379 t de RU. No âmbito do Protocolo entre as empresas, considerava-se que 50% das retomas de recicláveis e do biogás correspondiam à quota parte da Valorsul. Correspondeu, em 2023, a 578 t de retomas de recicláveis com origem na TMB (menos 29% que em 2022) e 2.738 MWh de energia exportada (menos 12% que em 2022).

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (CTRSU)

A CTRSU recebe os resíduos indiferenciados recolhidos pelos municípios e outras entidades e procede à sua valorização energética. Neste processo, o calor resultante da queima controlada dos resíduos é convertido em energia elétrica através de um sistema turbogerador. Essa energia é exportada para a rede nacional.

O desempenho desta instalação em 2023 foi inferior ao ano de 2022, tendo-se verificado uma menor disponibilidade da unidade, fundamentalmente devido à grande paragem programada com início no fim do mês de agosto e que ficou concluída já após o meio do mês de dezembro. Uma pequena paragem em abril e duas paragens motivadas por constrangimentos alheios à Valorsul, contribuíram igualmente para uma menor disponibilidade da instalação.

A grande paragem iniciada em agosto tinha como principais objetivos, efetuar a grande intervenção de manutenção e reparação da turbina na sequência da anomalia ocorrida em 2022, devolvendo-lhe o rendimento nominal e efetuar a instalação do novo gerador adquirido em 2022 e que aguardava a grande paragem de manutenção para ser instalado. Para além destes dois grandes trabalhos foram projetados para esta paragem um conjunto de trabalhos de manutenção e de substituição de equipamentos, dando cumprimento a um extenso programa de investimentos projetados para este período regulatório. Deste programa destacam-se pela sua importância a substituição dos 3 depuradores de gases, a substituição

dos 3 sobreaquecedores primários das caldeiras e ainda a modernização de equipamentos fundamentais no posto de corte de 60 kV, a partir do qual sai a energia entregue à rede elétrica nacional.

Esta paragem obrigou a um desvio total de RU para aterro sanitário durante o período em que perdurou. Esta situação levou a que fosse processada ao longo do ano de 2023 uma menor quantidade de resíduos transferidos tanto do ASO como do ASMC, aumentando drasticamente a deposição de resíduos em ambos os aterros sanitários.

Assim, durante o ano de 2023, a CTRSU processou cerca de 431.012 mil toneladas de resíduos (entradas diretas e transferências), correspondendo a uma diminuição de 18% face ao ano de 2022.

Em termos de energia, o ano terminou com decréscimos de 10% na energia produzida e de 9% na energia exportada. Houve, igualmente, um decréscimo da energia consumida de 16%.

QUADRO 10 – ENERGIA ELÉTRICA NA CTRSU

ENERGIA	VARIAÇÃO 2023/2022	QUANTIDADE (GWh)		
		2023	2022	2021
Produção	-10%	244	270	374
Exportação	-9%	214	235	327
Consumo*	-16%	30	37	47

(valores obtidos por faturação e leitura de contadores)

* A rubrica de consumo identificada no Quadro 9 representa o autoconsumo da energia elétrica produzida na CTRSU, não sendo identificado neste quadro a energia comprada para consumo nas instalações nomeadamente durante as paragens mencionadas.

Tratando-se da unidade da Valorsul com maior produção de energia e apesar da redução verificada, a receita económica proveniente da venda da energia da CTRSU representou, neste ano, cerca de 35% do volume de negócios da empresa.

INSTALAÇÃO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ESCÓRIAS

As escórias com origem na atividade da CTRSU são encaminhadas para a Instalação de Tratamento e Valorização de Escórias (ITVE), onde são parqueadas em lotes mensais e posteriormente tratadas e valorizadas, através da remoção de elementos grosseiros, contaminantes e metais ferrosos e não ferrosos, resultando as escórias valorizadas no final da linha de processamento. Os metais são encaminhados para reciclagem e as escórias valorizadas são submetidas a um processo de maturação que resulta na produção de um agregado artificial, com Marcação CE, aplicável em trabalhos de engenharia civil e na construção rodoviária. O agregado, para além de outras utilizações, é também utilizado na cobertura de aterros, permitindo evitar a utilização de terras de cobertura, ou outros recursos, em quantidade equivalente, todos os anos. A reutilização/reciclagem dos recursos ao invés da utilização de matérias-primas é muito relevante no contexto da economia circular, pelo que a Valorsul se orgulha de contribuir para este fim através da valorização das escórias provenientes da atividade da CTRSU, contribuindo, assim, para uma eficiente utilização de materiais (outrora resíduos), ao invés de outros recursos naturais.

A atribuição de Marcação CE a este produto implicou a realização de um conjunto de ensaios e a implementação de um Sistema de Controlo de Produção em Fábrica do Agregado 0/31,5, de acordo com os requisitos estabelecidos na norma harmonizada dos agregados, a NP EN 12620:2002+A1 2010. Este Sistema é auditado anualmente por um organismo certificado, sendo obtido o respetivo Certificado de Conformidade de Controlo de Produção em Fábrica, o que permite à Valorsul emitir a Declaração de Desempenho do Agregado 0/31,5 e colocar a Marcação CE no produto.

Em 2023, foram rececionadas nesta instalação 93.302 t de escórias inertes, o que corresponde a uma diminuição de 14% face a 2022, e que se justifica pelo menor processamento de resíduos na CTRSU em 2023, devido ao período de paragem programada desta instalação. Foram escoadas 74.025 toneladas de agregado artificial.

DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS EM ATERRO

A Valorsul dispõe de dois aterros, um no Município de Vila Franca de Xira e outro no Município do Cadaval.

Aterro Sanitário do Oeste (ASO)

Em 2023 foram depositados no Aterro Sanitário do Oeste 69.320 t de resíduos de origem municipal. Dada a paragem da CTRSU em 2023, bem como a não receção de resíduos na TMB da Valorlis desde meados de setembro de 2023, foi depositado em aterro uma quantidade de resíduos muito superior ao ano anterior (+115%).

Note-se que parte dos refugos que eram também encaminhados para a CTRSU foram depositados em aterro em 2023, acrescentando assim às quantidades depositadas.

A decomposição da matéria orgânica presente nos RU depositados no aterro produz biogás, o qual é encaminhado para a Central de Valorização Energética do Biogás (CVEB). Esta é constituída por três geradores síncronos, tendo dois a potência unitária de 1063 kW, e um a potência de 835 kW. De acordo com a licença de exploração, emitida pela DGEG, a injeção de energia na rede está limitada a uma potência total de 2900 kVA.

Em 2023 foram produzidos 4.920 MWh de energia elétrica, os quais foram injetados na rede elétrica nacional. Foi injetada uma menor quantidade de energia na rede, menos 13% face ao produzido no ano anterior. Apesar da quantidade de resíduos depositada ter sido superior, a produção de energia elétrica não se refletiu no presente ano, pois, devido à movimentação de máquinas sobre o aterro, não foi possível preparar o campo de gás.

Aterro Sanitário de Mato da Cruz (ASMC)

Desde 2021, a exploração do ASMC tem em consideração a possibilidade de utilização mais nobre de resíduos rececionados. Assim, foram desviados da frente de trabalho, resíduos verdes para serem processados na ETVO, resíduos com maior poder calorífico para serem processados na CTRSU e retirados REEE com potencial de valorização, para encaminhamento para reciclagem. Foram assim depositadas no ASMC, em 2023, 150.791 toneladas de resíduos de receção municipal.

Note-se que, decorrente da paragem programada da CTRSU para manutenção, a mais prolongada de sempre, houve necessidade de depositar uma maior quantidade de resíduos no ASMC.

A operação do sistema de aproveitamento energético do biogás no Aterro de Mato da Cruz, integrando dois grupos motogeradores de 834 kW, proporcionou a geração de 4.834 MWh de energia elétrica, que foram injetados na rede pública, o que corresponde a uma diminuição de 21% face a 2022, e que se justifica pela necessidade de desligar da rede de captação

e drenagem os poços de biogás localizados na zona da frente de trabalho para permitir a movimentação e descarga das viaturas municipais e das máquinas de arrumação e compactação de resíduos.

ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA (ET)

Na área de influência da Valorsul existem sete estações de transferência (Alenquer, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras), onde são rececionados os resíduos recolhidos pela maioria dos municípios da região Oeste. De salientar que, das sete estações referidas, a estação de transferência de Peniche pertence, e é gerida, diretamente pela Câmara Municipal. Refere-se ainda que a Estação de Transferência de Torres Vedras iniciou a sua operação em maio de 2022.

Os resíduos rececionados nas estações de transferência são transferidos para tratamento para a CTRSU, para a TMB da Valorsul, e para o CTRO.

ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL CARBURANTE (GNC)

A Valorsul dispõe de um posto de abastecimento de viaturas a gás natural carburante (PAGNC), localizado junto à sede da empresa em S. João da Talha.

O PAGNC, construído em 2007 no cumprimento das orientações recebidas da tutela no âmbito da política então seguida de incentivo aos combustíveis alternativos, é atualmente reconhecido pelos municípios que utilizam a CTRSU como uma infraestrutura relevante, não só em termos logísticos, mas também para a redução de custos associados à recolha de resíduos.

Em 2023, registou-se o abastecimento de 721.742 Nm³, correspondendo a um decréscimo de 11,4 %, relativamente a 2022.

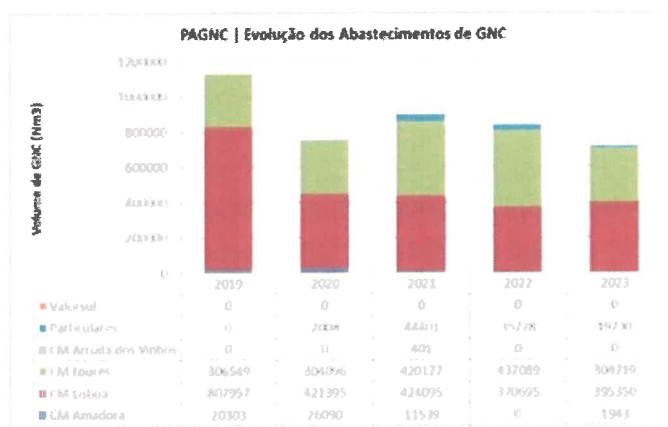


Figura 4 - Evolução dos abastecimentos de GNC

5.2 CUMPRIMENTO DE METAS PERSU 2030

O PERSU2030, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março, vem estabelecer uma meta específica de Preparação para Reutilização e Reciclagem (PRR) a nível nacional, indicando o contributo de cada um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), como a Valorsul, para esse mesmo cumprimento, a ser cumprido no ano 2030.

Também o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro estipulou, no seu artigo 8.º do anexo II ao Decreto -Lei n.º 102 -D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, uma meta com impacto no PERSU 2030, designadamente que até 2035 a quantidade de RU depositados em aterro deve ser reduzida para um máximo de 10 % da quantidade total de RU produzidos, por peso. No entanto esta mesma meta não estipula ainda o contributo de cada SGRU, razão pela qual apenas se apresenta o valor da meta PRR.

Historicamente, a VALORSUL tem atingido todas as metas que lhe são impostas. Refere-se que os fundamentos para o cálculo da meta PRR foram alterados por via da publicação das novas Diretivas reguladoras do setor, tornando mais difícil o cumprimento das metas. Por outro lado, em 2023, a VALORSUL viu a sua estratégia de cumprimento desta meta significativamente afetada devido à grande paragem programada com início no fim do mês de agosto e que ficou concluída já após o meio do mês de dezembro. Uma pequena paragem em abril e duas paragens motivadas por constrangimentos alheios à Valorsul, contribuíram igualmente para uma menor disponibilidade da instalação. Também a suspensão das entregas de resíduos da Valorsul na TMB partilhada da Valorlis veio contribuir para esta situação.

Apresenta-se no Quadro seguinte o desempenho da Valorsul no ano de 2023 quanto à meta específica de Preparação para Reutilização e Reciclagem aplicável em 2030.

METAS	Real	Meta
Preparação para a Reutilização e Reciclagem (%)	31%	59%

5.3 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE SERVIÇO PÚBLICO

O Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a Valorsul, define Objetivos de Serviço Público. De acordo com o estabelecido na cláusula 26º, cuja avaliação do seu cumprimento se espelha abaixo.

Metas Nacionais de RU			
Objetivo	Capitação SIGRE (Kg/hab/ano)	Material	Avaliação
1. Retomas de resíduos de embalagem nos termos do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagem (SIGRE)	Vidro		21,63 19,64
	Pástico		9,05 10,88
	Papel/Cartão/ECAL		12,75 17,97
	Metais		0,72 0,8
	Madeira		0,14 0
Objetivo	Deposição máxima de RUB em aterro permitida (% de RUB produzidos)		Avaliação
2. Redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro nos termos definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)	não aplicável dado que o PERSU 2030 apenas define meta nacional e não por sistema de gestão		
Objetivo	Preparação mínima para Reutilização e Reciclagem (% RU recicláveis)		Avaliação
3. Preparação para reutilização dos resíduos urbanos tratados, nos termos definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)	não aplicável dado que o PERSU 2030 apenas define meta nacional e não por sistema de gestão		

Continuidade de Serviço		
Objetivo	Indisponibilidade máxima de recepção de resíduos	Avaliação
4. Garantia da continuidade do serviço, em termos de número de dias de laboração adequados ao tratamento da totalidade dos resíduos recebidos para tratamento e número máximo admissível de horas de indisponibilidade de recepção de resíduos	Ecocentros: Nº de horas equivalentes a 3 dias de recepção definido no horário da Infraestrutura. Restantes Infraestruturas: Nº de horas equivalentes a 1 dia de recepção definido no horário da Infraestrutura.	Cumprido
Objetivo	Capacidade de encaixe mínima em aterro	Avaliação
5. Capacidade permanente para receber a totalidade dos resíduos urbanos entregue pelos utilizadores da Concessionária	Capacidade de encaixe em aterro $\geq$ volume de resíduos depositados nos 2 anos anteriores. Relatório de Aptidão Funcional dos equipamentos e instalações associados aos aterros sanitários, ou Contratação da capacidade de deposição	Cumprido
Objetivo	Capacidade de processamento	Avaliação
6. Garantia de operacionalidade plena de todas as infraestruturas e equipamentos	Garantia, ao longo de toda a vigência da concessão, de operacionalidade plena de todas as infraestruturas e equipamentos (incineradora, tratamento mecânico e tratamento mecânico e biológico, centrais de triagem, estações de transferência e ecocentros).	Cumprido

Prestação de serviço		
Objetivo	Taxa média anual mínima de baldeação Fluxo	Avaliação
7. Modo de prestação do serviço de recolha seletiva de ecopontos	Vidro Embalagens Papel/Cartão	6 7 37 51 32 48
Objetivo	Sensibilização ambiental	Avaliação
8. Modo de prestação do serviço a nível de sensibilização ambiental	Em cada ano todos os municípios do sistema devem ser abrangidos com pelo menos uma atividade de sensibilização	Cumprido
Objetivo	Certificações existentes	Avaliação
9. Garantia de certificação em matéria de qualidade, ambiente e segurança	Manutenção de certificação em matéria de qualidade, ambiente e segurança: ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001	Cumprido

5.4 RECURSOS HUMANOS

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O ano de 2023 foi um ano de contexto económico e social difícil e de grande imprevisibilidade, marcado por grandes desafios para a Valorsul.

A introdução e a implementação de vários projetos inovadores, a adaptação às novas diretivas nacionais, a ambição de querermos fazer mais e melhor ao serviço do ambiente e das populações, colocaram na linha da frente a importância que as nossas Pessoas têm para o atingimento dos nossos objetivos.

Foi neste sentido, que no decorrer deste ano e em linha com as políticas corporativas do Grupo, a Gestão de Recursos Humanos da Valorsul, manteve o seu compromisso para que todos se sintam valorizados, cresçam profissionalmente num ambiente seguro e contribuam para o sucesso coletivo.

EVOLUÇÃO DO Nº TOTAL DE COLABORADORES

Em relação à evolução do quadro de colaboradores, é notável um aumento de 3% em comparação com o ano anterior. A continuidade de diversos projetos de melhoria e divisão na recolha seletiva foi determinante para este acréscimo, possibilitando a integração de vários funcionários temporários nos quadros da Valorsul.

Evolução do nº total de trabalhadores

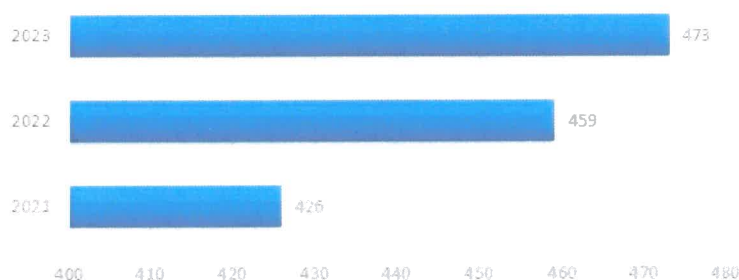


Figura 5 - Evolução do nº total de colaboradores

IDADE

Quanto à faixa etária dos colaboradores, observa-se uma predominância significativa na faixa dos 46 aos 55 anos, com uma média etária estabelecida em 45 anos.

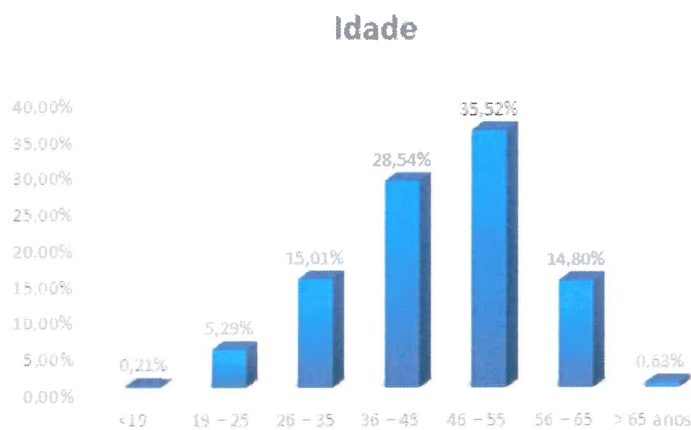


Figura 6 - Idade dos colaboradores

GÉNERO

A distribuição por género mantém-se consistente em comparação ao ano anterior, com uma proporção de 18% de colaboradoras do sexo feminino e 82% do sexo masculino.

Distribuição por Género

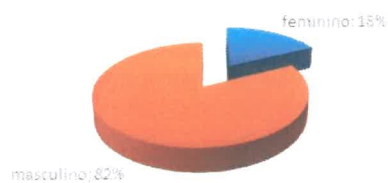


Figura 7 - Género

NACIONALIDADE

A nacionalidade é maioritariamente portuguesa, havendo, porém, outras nacionalidades pouco representativas.



Figura 8 - Nacionalidade

TIPO DE CONTRATO

Neste momento, a maioria dos colaboradores, totalizando 96%, integra o quadro permanente da Valorsul, enquanto apenas 1% dos funcionários estão em contratos de trabalho a termo certo.

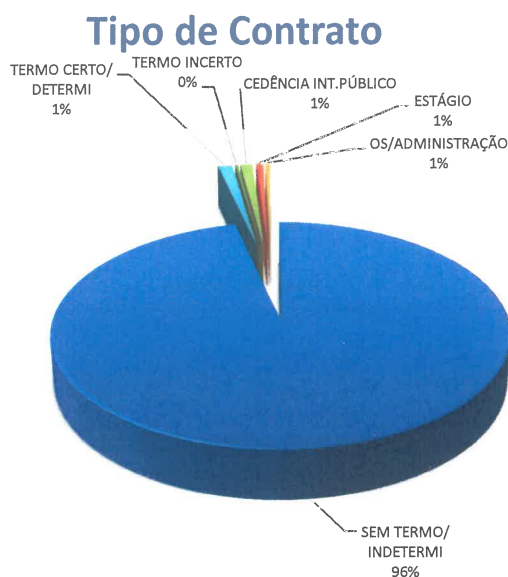


Figura 6- Tipo de contrato

ANTIGUIDADE

Em média, os colaboradores da empresa têm uma antiguidade de 12 anos, sendo que em 2023 houve um aumento significativo de colaboradores com menos de 5 anos de serviço, representando 39% do total, resultado das contratações recentes efetuadas.

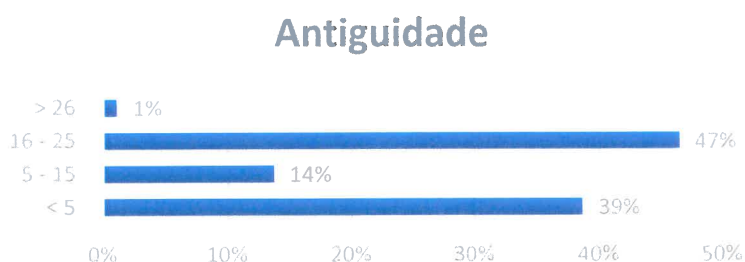


Figura 7 - Antiguidade dos colaboradores

HABILITAÇÕES

O nível de escolaridade permanece inalterado em comparação ao ano anterior, com destaque para 18% dos colaboradores que possuem formação superior.

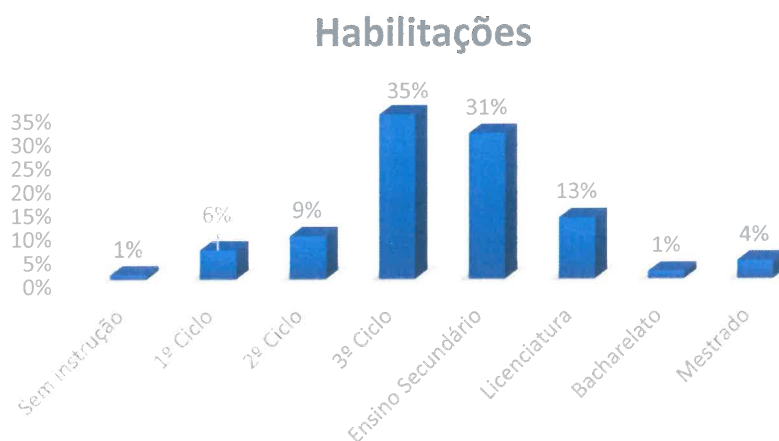


Figura 8 - Habilitações dos colaboradores

EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO

A formação tem desempenhado um papel crucial na evolução e no crescimento sustentável da Valorsul. Desde 2021, temos investido gradualmente no desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, reconhecendo a importância fundamental que a formação desempenha no fortalecimento do capital humano e no alcance dos objetivos organizacionais.

Destacamos especialmente a tendência desde 2022, na formação de enquadramento na organização/empresa, que visa não apenas aprimorar habilidades técnicas, mas também cultivar uma compreensão profunda da cultura corporativa, valores e objetivos estratégicos. Essa formação visa integrar os colaboradores, promovendo um alinhamento sólido com os princípios fundamentais da empresa.

Destaca-se igualmente a importância dada à segurança e higiene no trabalho, sendo esta a segunda área de formação mais predominante no ano de 2023. O investimento nesta área, garante não só a conformidade legal, mas também cria um ambiente laboral seguro e saudável. Essa abordagem não só previne acidentes, mas promove um espaço propício à produtividade e ao comprometimento dos colaboradores. As ações em sensibilização, informação e formação dos trabalhadores, como forma de potenciar a cultura de segurança na empresa.



Figura 12 - Evolução da formação (horas)

POLÍTICAS DE RH

O foco da Gestão de Recursos Humanos na Valorsul persiste no investimento e valorização do seu Capital Humano, promovendo a criação de um ambiente em que os colaboradores se sintam valorizados, respeitados e apoiados. No âmbito das práticas de Gestão de Recursos Humanos, destacam-se as seguintes iniciativas:

Formação

A formação de acolhimento destaca-se como uma iniciativa crucial implementada este ano, como uma das etapas do novo processo dos RH, integrando novos colaboradores e promovendo alinhamento com a cultura da empresa. Investir nestas ações, não só facilita a adaptação, mas também fortalece a coesão das equipas, criando um ambiente colaborativo desde o início.

Com a constante evolução do módulo de Formação/Aprendizagem no Success Factors, tem havido uma crescente padronização das formações em toda a empresa, com a realização de cursos em formato e-learning. Desta forma, pretendemos potenciar a partilha de conhecimentos e competências, impulsionando o desempenho nas funções e a excelência estratégica da empresa.

Recrutamento e Integração de Colaboradores

Com o novo projeto de Onboarding implementado desde julho deste ano, a integração começou a ser trabalhada antes do primeiro dia do colaborador, sendo enviado e-mail de boas-vindas a todos os novos colaboradores, assim como a comunicação interna das novas admissões, existe a formação inicial das áreas de Recursos Humanos, Qualidade Ambiente e Segurança e Comunicação e Sensibilização, sendo que a integração culmina em um evento com todas as admissões nos últimos 3 meses.

A implementação do Happy-Day - atividade no âmbito do acolhimento aos novos trabalhadores, por forma a tornar a sua integração mais fácil e valorizada. Nesta atividade, são realizadas várias dinâmicas de grupo entre os recém-chegados e os colaboradores mais antigos da casa, promovendo uma comunicação interna mais eficiente e mais direta. Resultando deste dia um feedback dado pelos intervenientes, assim como um vídeo resumo de todos os momentos e atividades, que posteriormente é partilhado com todos os colaboradores.

Este novo projeto alinou-se com algumas das estratégias definidas no programa MotivE, sendo que nos propusemos a uma integração mais humanizada e com atividades de teambuilding para impulsionar e desenvolver várias competências e sentimentos importantes à organização, entre os quais a motivação dos colaboradores, o espírito de união, o trabalho em equipa e a melhoria contínua no desempenho das suas funções.

Da mesma forma foi promovida a iniciativa de despedida e gratidão aos trabalhadores que se reformam ou concluem o seu vínculo laboral, através da atribuição de um passaporte da Valorsul. Sendo este constituído por mensagens dos ex-colegas, assim como referência a projetos e atividades em que o colaborador esteve envolvido durante a sua permanência na Valorsul.

Relativamente ao recrutamento para vagas em aberto, na Valorsul, privilegiamos o recrutamento interno, valorizando e promovendo os talentos internos. Esta abordagem não apenas reconhece as habilidades existentes, mas também fortalece o compromisso da equipa, criando um ambiente coeso e capacitado. Optamos por desenvolver e promover internamente, alinhando-nos ao nosso compromisso de reconhecer e valorizar o potencial interno.

Programa CTRSU - Mudança Central

Dando continuidade ao Programa iniciado em 2021 - Assessments e Avaliação de Potencial, de suporte à mobilidade interna na CTRSU, o ano de 2022 foi um ano de formação ON JOB dos elementos integrados neste programa, promovendo a aquisição de novas competências, assentes na performance, disponibilidade e compromisso.

MEXT

O ano de 2023 foi marcado pela criação da Mext, a qual desenvolveu as Mext Labs, o nosso capital humano foi convidado a participar, desde as áreas de Recursos humanos na vertente de Pessoas, assim como as áreas de comunicação, direção técnica e transformação e novos mercados, na vertente sustentabilidade.

No evento "Mota Engil innovation Awards", também coordenado pela Mext, no qual as pessoas da Valorsul foram nomeadas e galardoadas pelas melhores ideias de inovação entre todo o grupo Mota-Engil, sendo para a Valorsul e nomeadamente para o departamento de gestão de recursos humanos um orgulho ver as nossas pessoas a desenvolver ideias que impulsionam não só a empresa, como o grupo e acima de tudo as suas carreiras a nível individual. Foi um ano cheio de sucessos.

Programa People Plan - ValorizaRH

Prosseguindo com o Programa People Plan, no âmbito do projeto ValorizaRH, a Valorsul empenha-se em promover uma maior valorização e envolvimento dos seus colaboradores. Reconhecendo a importância do planeamento antecipado para alcançar as metas organizacionais, especialmente no que respeita aos recursos humanos. Esta abordagem combina uma visão corporativa, avaliando os recursos necessários para garantir a sustentabilidade do negócio, com uma perspetiva centrada nos colaboradores, refletida na sua jornada de trabalho, desenvolvimento e gestão de carreira, e equilíbrio entre vida profissional, pessoal e familiar.

Um exemplo concreto da implementação e desenvolvimento do People Plan centra-se na reestruturação da área de Comunicação e Sensibilização, tendo esta equipa sido reorganizada e renovada em termos de competências necessárias a uma boa comunicação interna e externa.

10ª Edição do Programa START@ME: Corporate Trainee Program.

Com o propósito de acompanhar o crescimento sustentável e atrair jovens talentosos com potencial de liderança e ambição para encarar novos desafios, a Valorsul recebeu 3 estágios integrados na 10ª edição do programa START@ME.

Este programa oferece uma experiência completa, que inclui o contacto com diversas áreas de negócio, a aprendizagem de metodologias inovadoras, a criação de redes de contactos com profissionais influentes e o desenvolvimento de competências em contexto internacional. Estes estágios visam proporcionar aos participantes uma formação e crescimento profissional enriquecedores.

Atualização da Tabela Salarial

A pensar nos nossos trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho, a Valorsul, no âmbito do diálogo social, realizou um aumento salarial de 4,7%.

Atribuição Prémio Suplementar

Este prémio suplementar, atribuído em agosto de 2023 visou reconhecer o esforço e o empenho de todos os trabalhadores num ano de contexto económico e social difícil e de grande imprevisibilidade, e tem ainda em consideração o esforço adicional e o importante papel que a Valorsul e os seus trabalhadores desempenharam durante o evento da Jornada Mundial de Juventude (JMJ) Lisboa 2023, que, pelo interesse nacional que apresentou, teve implicações no aumento da produção de resíduos.

Ginástica Laboral | Consultas Psicologia

A Ginástica laboral e as consultas de psicologia, são iniciativas que surgem no âmbito do reconhecimento da importância da saúde física, saúde mental e da sua contribuição no bem-estar no trabalho.

A ginástica laboral, é uma atividade dirigida para quem pratica tarefas mais repetitivas, nomeadamente operadores e técnicos de laboratório.

Para além destes novos benefícios, como a ginástica laboral e as consultas de apoio psicológico, a Valorsul manteve, sem alteração, todos os benefícios que já existiam, como por exemplo, o seguro de saúde para o trabalhador e o agregado familiar, o seguro de vida, o subsídio para aquisição de livros escolares para os filhos dos trabalhadores, a atribuição de dias de férias no trabalho por turnos e no dia de aniversário, entre outros.

Evolução Assiduidade e Integração com SAP

A Gestão de Assiduidade constitui um fator fundamental para uma gestão rigorosa de todas as ações complementares associadas a este processo: presenças, atrasos, faltas, férias, horários de trabalho, horas extraordinárias, créditos/saldos de horas para justificação de atrasos.

Esta evolução é fundamental para melhorar o desempenho de todos os intervenientes no processo da gestão da assiduidade (RH, Chefias, colaboradores); simplificar os processos assegurando a exatidão e conformidade; facilitar a tomada de decisões com base em dados (incluindo a aprovação das HE); eliminar completamente a necessidade do uso de papel.

Este projeto foi iniciado no fim do ano de 2023, com continuidade para o ano de 2024.

A redução de custos com a Segurança Social

Aproveitamento dos benefícios legais à celebração de contratos de trabalho sem termo de jovens, seja por via da contratação inicial ou da conversão do contrato de trabalho.

5.5 QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

Em 2023, salientam-se as seguintes atividades:

- Recertificação do SGI nas vertentes da Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, segundo as normas NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, para todos os produtos, serviços, atividades e locais da empresa;
- Manutenção da certificação do Sistema de Controlo de Produção em Fábrica do Agregado para a construção rodoviária (agregado artificial proveniente de escórias de incineração de resíduos urbanos), segundo a norma EN 13242:2002+A1:2010;
- Apoio às atividades KLEAN;
- Publicação dos Requisitos Legais e Outros aplicáveis na Biblioteca Partilhada EGF;

- Apoio na área da Qualidade, Ambiente e Segurança às empresas do Grupo EGF;
- Apoio às Empreitadas realizadas nas diferentes instalações da Valorsul;
- Apoio a Paragens Programadas para Manutenção das instalações da Valorsul;
- Acompanhamento da implementação dos Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn) / Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE) nas diferentes instalações da Valorsul e de outras medidas de eficiência energética;
- Implementação das recomendações para a melhoria do SGI da empresa indicadas na Revisão pela Gestão, com destaque para o plano de revisão e atualização do SGI.

GESTÃO DA QUALIDADE

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Em 2023, o grau de satisfação global dos clientes manteve-se com valores indicadores de uma boa qualidade de serviço (4,01).

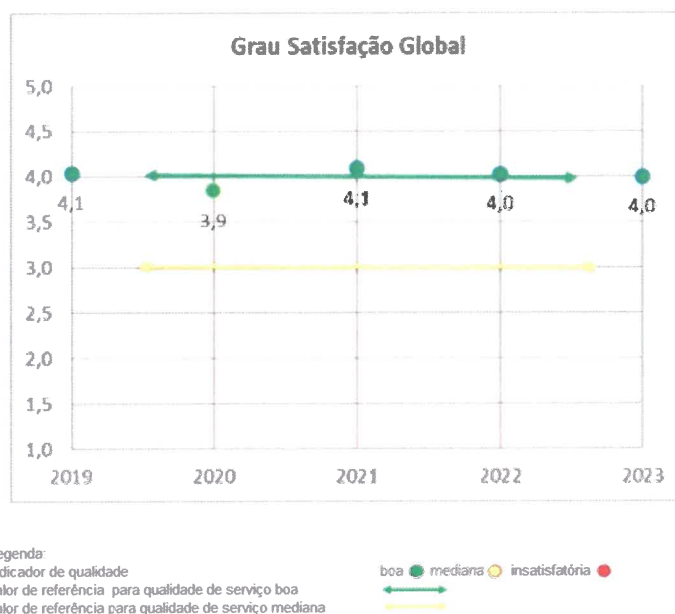
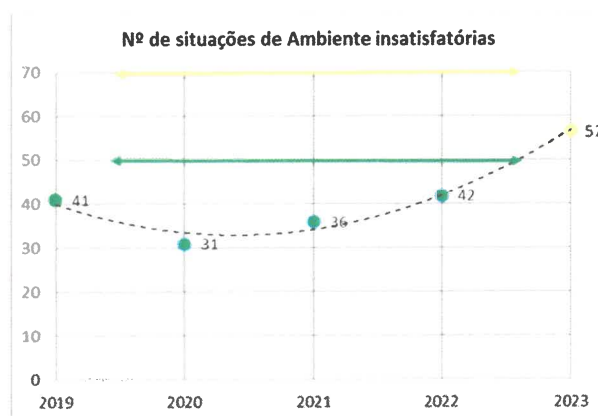


Figura 9 - Inquéritos de Satisfação dos Clientes

GESTÃO AMBIENTAL

Nº de situações de Ambiente de conformidade insatisfatória

Em 2023, registou-se um acréscimo do nº de situações de Ambiente de conformidade insatisfatória relativamente a 2022, + 15 situações insatisfatórias, relacionadas essencialmente com monitorizações e outras obrigações de conformidade legal.



Legenda:

valor de referência para qualidade de serviço boa

valor de referência para qualidade de serviço mediana

Figura 10 - Número situações de conformidade insatisfatória

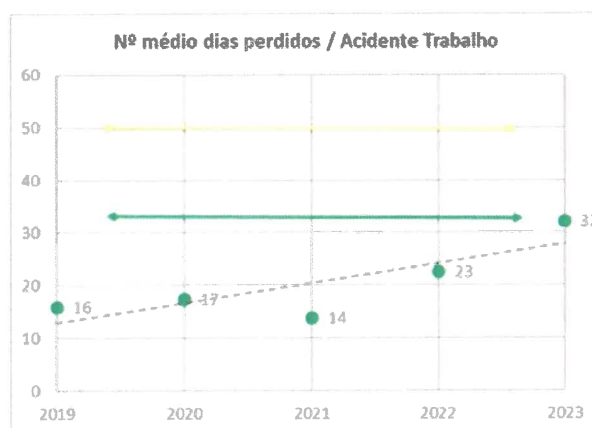


Handwritten notes and signatures in blue ink.

GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Sinistralidade

Em 2023, manteve-se o indicador nº médio de dias perdidos por acidente de trabalho (32) abaixo do valor de referência (33), apesar do acréscimo verificado relativamente a 2022 (32 vs 23 dias perdidos por acidente de trabalho).



Legenda:

valor de referência para qualidade de serviço boa

valor de referência para qualidade de serviço mediana

Figura 11 - Sinistralidade



Handwritten notes and signatures in blue ink.

5.6 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MARKETING, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 2023, a Valorsul manteve a sua missão de promoção de boas práticas ambientais, levando a cabo um conjunto de iniciativas e campanhas de sensibilização na área de intervenção da empresa, zona de Lisboa e Região Oeste, no sentido de promover e consciencializar para a redução, a reutilização e a reciclagem de materiais.

No total, foram envolvidas e abrangidas cerca de 500 organismos e instituições, realizadas cerca de 600 ações de sensibilização, que permitiram chegar a uma estimativa de 2 milhões de pessoas e recolher perto de 2.2 mil toneladas de material para reciclagem.

O ano ficou marcado por várias iniciativas de grande dimensão, nomeadamente pela participação da Valorsul como entidade parceira da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) Lisboa 2023 para a área da Sustentabilidade e de, nesse âmbito, se ter desenvolvido uma campanha de comunicação que procurou incentivar às boas práticas ambientais, fazendo coincidir de forma única os valores da Valorsul e da JMJ. Para o efeito, foram produzidos diversos materiais de comunicação, nomeadamente a implementação de uma empena de grandes dimensões e de sinalética no exterior da sede da Valorsul, um vídeo promocional e outros suportes digitais.

Também continuámos a desenvolver a nossa atividade em parceria com os vários municípios da nossa área de intervenção, inovando e integrando Inteligência Artificial nos nossos processos de Operação, Recolha Seletiva, Logística e Estrutura. Arrancámos a segunda fase do projeto de Recolha Seletiva de Proximidade, desta feita nas freguesias de Bobadela e do Prior Velho e Sacavém, no município de Loures, na freguesia de Odivelas, e nas freguesias de Águas Livres, Falagueira-Venda Nova e Encosta do Sol, no município da Amadora.

Internamente desenvolvemos a newsletter mensal “Somos Valorsul”, que é enviada a todos os trabalhadores e disponibilizada em todas as instalações, e visa partilhar informações e momentos marcantes da empresa nesse mês. Foram ainda desenvolvidas campanhas como a “Caixa Solidária” e o “Marca aqui” que tiveram como objetivo estimular o espírito solidário e de união dos trabalhadores em prol de associações de solidariedade, apoiando quem mais precisa.

Campanha “Loures + Verde” e “Amadora + Verde”

A Valorsul continuou, em 2023, a aumentar a área de recolha seletiva da empresa. Depois de o projeto ter arrancado em algumas freguesias da Amadora, em 2022, a Valorsul iniciou também a recolha seletiva em algumas freguesias dos municípios de Loures e Odivelas, no ano passado, uma competência anteriormente dos respetivos municípios e dos SIMAR.

Este projeto de recolha seletiva de proximidade, através da renovação do parque dos ecopontos e do reforço de contentorização, tem como objetivo prestar um serviço mais próximo à população, promovendo e sensibilizando para a correta separação dos materiais recicláveis.

Durante o último ano foram colocados cerca de 300 novos ecopontos nos 3 municípios visados, para os três fluxos de embalagens: azul (papel/cartão), verde (vidro) e amarelo (plástico/metal), com capacidade até 2.500 litros, aberturas mais acessíveis e sensores de enchimento, o que permite aumentar a capacidade de deposição de resíduos e uma gestão mais eficaz da sua recolha. Por outro lado, a introdução de circuitos georreferenciados e dinâmicos da Valorsul irá melhorar ainda mais a qualidade do serviço. Como complemento, decorreram ainda várias campanhas de sensibilização junto dos moradores e comerciantes nas freguesias em que decorreu este reforço de contentorização, com a entrega de material informativo e ecobags, promovendo e apelando à correta separação dos materiais recicláveis.

TODOS OS R's- Conversas entre municípios sobre resíduos e circularidade

A Valorsul deu continuidade, no ano de 2023, aos webinars “TODOS OS R's - Conversas entre municípios sobre resíduos e circularidade”, tratando-se de uma série de encontros técnicos dedicados a temas relevantes para o setor dos resíduos, na qual foram envolvidas várias áreas da empresa.

O primeiro webinar de 2023, realizado a 22 de março, foi dedicado às “Boas práticas de compostagem doméstica e comunitária”. No dia 19 de março realizou-se um novo encontro técnico sobre a “Digitalização na Recolha Seletiva”. Nestas conversas foram apresentadas experiências de vários municípios, pelos próprios ou por empresas que prestam serviço no âmbito dos temas, com o objetivo de partilha de conhecimento e de boas práticas.

Os técnicos de todos os municípios da área de intervenção da Valorsul marcaram presença assídua e, dada a adesão e interesse dos participantes, o programa “TODOS OS R’s” terá continuidade em 2024.

Valorsul e Lipor promovem evento sobre a captura de carbono

A Valorsul e a Lipor organizaram, a 15 de maio de 2023, uma Conferência para debater, com os principais especialistas internacionais, a problemática da Captura, do Armazenamento e a Utilização de Carbono gerado nas Centrais de Valorização Energética, tendo por objetivo atingir a neutralidade carbónica até 2050.

O debate realizou-se em Lisboa e contou com a presença do Ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro. A sessão contou ainda com as presenças de José Manuel Ribeiro, Presidente do Conselho de Administração da Lipor, Marta Neves, Presidente da Comissão Executiva da Valorsul, e Nuno Lacasta, Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente. Em debate estiveram os caminhos, as soluções e os compromissos para colocar em prática por Organizações e Estados nos próximos anos.

Contentão

Ainda em 2023, deu-se continuidade ao projeto “Contentão, um contentor com um grande coração”, nas freguesias de Odivelas e Bucelas (Loures). Trata-se de um equipamento de recolha seletiva que beneficia financeiramente uma associação local e que pode assim dinamizar e mobilizar a população para a ajudar neste objetivo. Durante o ano de 2023, foi possível recolher 15 toneladas de material reciclável nos dois equipamentos, em que participaram mais de 71.177 pessoas.

Visitas e Ações de Sensibilização

Durante o ano de 2023, as visitas institucionais às diversas instalações da empresa ganharam novo destaque, assim como a realização de Ações de Sensibilização da Valorsul que permitem dar a conhecer a gestão dos resíduos urbanos produzidos diariamente por cerca de 1,6 milhões de habitantes, desde a recolha ao destino final, passando pelos diferentes tratamentos e valorizações.

No último ano, a Valorsul realizou um total de 82 ações, nas quais participaram mais de 2.100 pessoas

INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO DO GRUPO

Linha da Reciclagem

A Linha da Reciclagem está disponível para os cidadãos da área de abrangência da Valorsul desde dezembro de 2022, e tem-se revelado um serviço fundamental de atendimento público, na resposta a dúvidas, pedidos de informação, sugestões, reclamações, elogios e pedidos de serviço.

Em 2023 foram registados mais de 3.000 tickets, sendo que, destes, 1.900 referiam-se a pedidos de informação e 252 a sugestões. Todos os municípios que fazem parte da área de abrangência da Valorsul têm desde há um ano a possibilidade de dar resposta a pedidos de esclarecimento relativos à gestão dos resíduos urbanos de uma forma mais próxima aos seus munícipes.

Sendo um serviço EGF, é nacional, gratuito, com atendimento das 09h00 às 20h00, através do número 800 911 400, contando com operadores experientes para responder a todas as dúvidas e questões relacionadas com os resíduos e funcionamento das concessionárias. Também é possível utilizar o website com informações úteis e de contacto mais fácil e direto, que permitem resolver com eficácia todas as questões.

Visitas virtuais

Para assinalar o Dia da Reciclagem, a 17 de maio de 2023, e contribuir para uma maior sensibilização ambiental da população, a Valorsul passou a disponibilizar no seu website a possibilidade de os cidadãos acederem às suas instalações e diferentes unidades de tratamento e valorização de resíduos urbanos através de Visitas Virtuais.

Procurando alertar o cidadão para o seu papel enquanto gestor de recursos, as Visitas Virtuais pretendem partilhar a experiência nos diferentes processos, valorizando o percurso do tratamento de resíduos, desde que o lixo é recolhido até à sua transformação. Ao longo das Visitas Virtuais do Grupo EGF é possível conhecer todo o processo de tratamento e valorização de resíduos, desde a recolha nos ecopontos de rua ou porta a porta, passando pelo seu tratamento nas diferentes unidades e, posteriormente, à sua triagem, reciclagem e transformação em novos produtos, promovendo a economia circular.

Disponíveis com locução em Português e Inglês, as Visitas Virtuais dão a conhecer diversas instalações que foram filmados em 360° e permitem viajar por cinco diferentes centrais de tratamento de resíduos, nomeadamente: central de valorização energética da Valorsul, centros de triagem, centrais de valorização orgânica e de tratamento mecânico e biológico e aterros sanitários.

Valorsul na Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023

A Valorsul, enquanto parceiro da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) Lisboa 2023 para a área da Sustentabilidade, lançou no início de agosto de 2023 a campanha de sensibilização “Uma boa ação muda o mundo. Pratica a tua Recicla!”, procurando sensibilizar tanto os peregrinos como a população da área de intervenção da Valorsul para a sustentabilidade. A campanha, que tinha como protagonistas os trabalhadores da Valorsul, procurou associar uma intervenção na fachada da Valorsul (colocação de tela de grandes dimensões) com dinâmicas digitais nos principais canais da empresa, através de vídeo e imagem, que procuravam incentivar às boas práticas ambientais, fazendo coincidir de forma única os valores da empresa e da JMJ.

No final do evento, que reuniu mais de um milhão de peregrinos, foi possível contabilizar os materiais rececionados no Centro de Triagem do Lumiar, durante a semana da JMJ, de 1 a 8 de agosto, tendo a Valorsul registado um aumento significativo de 16% na receção de embalagens de plástico e metal, face ao mesmo período do ano passado, nos cinco municípios da Grande Lisboa (Lisboa, Loures, Odivelas, Amadora e Vila Franca de Xira). Quando analisados apenas os municípios de Lisboa e Loures, palco dos grandes eventos da JMJ com maior afluência de peregrinos, apurou-se um aumento de 22% na receção de material reciclável do ecoponto amarelo (plástico e metal). Resultados apenas possíveis graças ao trabalho prévio de cooperação entre várias entidades, nomeadamente com os municípios de Lisboa e de Loures e com o Comité Organizador da JMJ, na gestão e contenção da produção de resíduos, assim como na sensibilização para a correta separação dos resíduos.

Recycle BinGo

A aplicação Recycle BinGo é a aplicação móvel da EGF, financiada pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente, que continua a dar prémios a quem mais reciclar. O objetivo é divertir e educar as famílias portuguesas em torno da temática da Reciclagem, recompensando pelas boas práticas ambientais. Em 2023, foram angariados mais de 18 mil utilizadores, com

mais de 49 mil ecopontos registados, em que foram realizadas mais de 660 mil check-in. Também em 2023 foram atribuídos mais de 25 mil prémios, recompensando os cidadãos que atingiram as metas consideradas no jogo. Esta APP continua em expansão e a premiar quem mais recicla

Comunicação integrada nas redes sociais

A EGF e as concessionárias continuam a ter uma comunicação regular, intensa e criativa nestes meios de comunicação. A holding assegura a publicação regular nas 42 redes sociais ativas (Facebook, Instagram, LinkedIn, Youtube, Vimeo), em articulação com as várias concessionárias, que também desenvolvem e publicam conteúdos mais regionais e locais.

No último ano, a página do LinkedIn da Valorsul cresceu 21% em número de seguidores, a página do Facebook 10% e do Instagram 32%. O Instagram é a plataforma onde temos mais interações com o público, com 3.19% de interação.

Campanha de comunicação corporativa com projeção nacional, em parceria com o artista Quim Barreiros

O artista português Quim Barreiros foi o protagonista da campanha da EGF “Com o Quim toca a reciclar”, destinada a um universo muito específico, procurando promover boas práticas ambientais e o incentivo à reciclagem.

A campanha “Com o Quim toca a reciclar” está disponível no site institucional e nas redes sociais da EGF e das suas 11 concessionárias, de Norte a Sul do país, bem como na aplicação Recycle Bingo, com destaque para a música “Lixo Zero” que promove bons comportamentos ambientais. Na aplicação, o cidadão vai encontrar o Quim Barreiros como nova personagem e mestre da reciclagem, e um sábio que se chama “Lixo Zero” e com os quais os utilizadores poderão jogar em realidade aumentada.

Procurando alcançar de forma abrangente vários públicos através da música, a campanha “Com o Quim Toca a Reciclar” teve como objetivo alertar para a necessidade de se implementar boas práticas ambientais no dia-a-dia, desafiando os cidadãos a reciclarem sempre e em qualquer lugar.

Comunicação com projeção nacional e regional

Com o propósito de sensibilizar e inspirar através da comunicação ambiental, foram promovidas ações de âmbito nacional que estimulam a descoberta e incentivam, não só as boas práticas de reciclagem, mas também hábitos de consumo sustentáveis e equilibrados. Foram ainda desenvolvidas outras parcerias de comunicação com projeção nacional e regional, nomeadamente numa parceria com o Jornal de Negócios, através da participação em algumas conferências nacionais e artigos publicados online e em papel, além do investimento publicitário por parte da holding em média nacionais e regionais

Eventos do setor e outros com a presença da Valorsul

No decorrer da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (SEPR) 2023, procurando sensibilizar os cidadãos e entidades para a correta utilização e valorização das embalagens de plástico, que representam atualmente 36% dos resíduos sólidos urbanos, Susana Silva, Diretora de Comunicação e Sensibilização da Valorsul, participou no webinar “Embalagens e Resíduos de Embalagens”, da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, focando a atividade da Valorsul e o modo como recolhemos, triamos, valorizamos e encaminhamos para reciclagem as embalagens que chegam aos nossos centros de triagem do Lumiar e do Cadaval, dando-lhes uma nova vida e minimizando o impacto negativo no ambiente.

Ao nível corporativo, a campanha “Escola Electrão”, focada na recolha de pilhas e equipamentos elétricos usados, passou a estar associada ao concurso “Recicla e Ganha”, no âmbito do Programa Ecovalor, direccionada para a recolha de embalagens nos estabelecimentos de ensino. Electrão e EGF unem assim esforços para reforçar as ações de sensibilização junto da comunidade e impulsionar a reciclagem.

A EGF e a Escola Amiga da Criança promoveram pela primeira vez, em 2023, um estudo inovador que avaliou a felicidade e o bem-estar de alunos e professores nas escolas portuguesas, intitulado de "Bem-estar e felicidade nas escolas portuguesas" que se baseou na realização, no último ano letivo, de inquéritos a mais de cinco mil professores e a mais de três mil alunos de todos os níveis de ensino.

Mais, a EGF também se aliou à Fundação do Futebol - Liga de Portugal, que renovaram o protocolo de cooperação para a área da Sustentabilidade, reconhecendo que a parceria de sucesso permitiu ao Futebol Profissional dar passos sólidos na gestão de resíduos. A parceria, em vigor desde 2022, já promoveu a colocação de 72 contentores para a separação seletiva de resíduos junto aos bancos das equipas técnicas, nos 36 estádios onde se disputam jogos das competições organizadas pela Liga Portugal.

Nas 13.ª Jornadas, Técnicas Internacionais de Resíduos, em Bragança, promovidas pela APESB, em que Valorsul e a EGF marcaram presença, Diana Tomázio Diretora de Inovação e Desenvolvimento da Valorsul, apresentou o projeto "Biodegradação de bioplásticos: comportamentos dos bioplásticos em compostagem e digestão anaeróbia".

Na Conferência Biorresíduos, organizada pelo Jornal Água&Ambiente, que teve lugar em Santa Maria da Feira no dia 27 de junho, a Valorsul marcou presença fazendo-se representar através de Sérgio Lopes, Coordenador de Produção da Estação de Tratamento e Valorização Orgânica, que falou sobre a valorização dos biorresíduos.

Em setembro, no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos da 'Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa', a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Área Metropolitana de Lisboa, com a colaboração do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, promoveram uma reunião temática dedicada ao eixo estratégico "Valorização dos Resíduos Orgânicos Alimentares", que teve lugar no auditório da sede da Valorsul.

De destacar ainda o encontro realizado pela Apemeta - Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais, o Seminário "PERSU 2030 - Desafios Futuros para o Setor dos Resíduos em Portugal", que decorreu em 2023 e que registou a presença de várias entidades e organizações do setor dos resíduos urbanos do nosso País. Este evento, em que foram debatidos temas incontornáveis para a gestão de resíduos urbanos, contou com o apoio da EGF.

Por fim, ressaltar que na Conferência de Energia e Economia circular de 2023 promovido pela Associação Smart Waste, esteve presente o administrador da EGF, Emídio Pinheiro, no debate "PNGR2030 e PERSU2030: Como Operacionalizar?".

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2023

Programa Ecovalor

O Programa Ecovalor é um programa de sensibilização ambiental para a comunidade escolar que atualmente envolve os 19 municípios da área de influência da empresa. No ano letivo de 2022/2023, participaram 274 escolas, num total de cerca de 78.864 alunos e várias instituições. No âmbito deste programa, a Valorsul ofereceu ações de sensibilização ambiental online; e dois grandes concursos interescolares de separação de embalagens. Nos concursos foram recolhidas 1.241 toneladas de materiais recicláveis. O concurso prevê a oferta de prémios pelo desempenho de todas as escolas. Neste ano letivo, os prémios ascenderam a perto de 62.634,39 euros.

Em 2023, no âmbito do Programa Ecovalor, a Valorsul apostou na formação para a prevenção e desenvolveu campanhas e ações de sensibilização ambiental, promoveu visitas às instalações da empresa, deu continuidade ao concurso “Recicla e Ganha” que dá prémios, e recentemente estabeleceu uma parceria com a Escola Electrão e outra com a Escola Amiga da Criança.

Toneladas de Ajuda

A campanha “Toneladas de Ajuda” é um projeto de responsabilidade social que visa ajudar quem mais precisa, com um programa de retribuição financeira a instituições e associações sem fins lucrativos pelos recicláveis entregues nos centros de triagem e ecocentros da Valorsul. Em 2023, foi possível enviar para reciclagem 775 toneladas de material, proveniente de 75 instituições, que permitiram alcançar 138.174,75 Euros de valores de contrapartida. As quantidades de materiais entregues superaram a campanha da anterior edição em mais de 100 toneladas.

EcoEventos

Os EcoEventos são um programa da Valorsul, que desafia os municípios e os seus eventos a assumirem um compromisso de sustentabilidade e de redução do impacto ambiental. Em 2023 a Valorsul apoiou apenas 38 EcoEventos. Foram eles: Meo Kalorama (Lisboa), Carnaval de Torres Vedras (T. Vedras); Feira de S. Pedro (T. Vedras), Meo Pro Peniche (Peniche), Festas de Chão de Sapo (Cadaval), Festival da Pêra Rocha (Bombarral), Dia Mundial da Árvore (Alcobaça), Euro Winners Cup 2023 (Nazaré), só para mencionar alguns. Nestes 38 EcoEventos foi possível recolher cerca de 33 toneladas de embalagens plásticas e metálicas, de papel e cartão e de vidro. Participaram nestes EcoEventos mais de 1.7 milhões de pessoas.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Aniversário Valorsul - 29 Anos

A Valorsul completou em 2023, o seu 29º aniversário. A celebração de uma história dedicada à valorização e ao tratamento de resíduos na zona de Lisboa e região Oeste e também de inovação e sensibilização, com uma responsabilidade para com os mais 1,6 milhões de habitantes de 19 municípios. Foram desenvolvidas algumas iniciativas, entre elas ações de comunicação externa e interna, como a entrega de uma lembrança a todos os trabalhadores, que estiveram reunidos ainda num momento de comemoração e corte de bolo.

Valorsul - Plantação de árvores no âmbito da iniciativa - “Valorsul Walk The Talk”

Na Valorsul trabalhamos diariamente com o objetivo de valorizar o meio ambiente, e fazemo-lo também através de ações concretas e iniciativas de team building, como a plantação de árvores, dando um fôlego à nossa missão de proteção do nosso Planeta.

Em fevereiro de 2023, um grupo de voluntários da Valorsul reuniu-se no Parque Natural de Sintra-Cascais, com o apoio da Associação Plantar Uma Árvore, para a plantação de algumas centenas de árvores, contribuindo desta forma para a recuperação da vegetação autóctone e a regeneração da floresta. A iniciativa repetiu-se outubro, com um novo grupo de trabalhadores, mas desta vez na zona de Colares, Sintra, num verdadeiro momento de colaboração e trabalho de equipa.

Esta atividade inseriu-se numa ação interna mais alargada - “Valorsul Walk The Talk”, de celebração dos 28 anos da Valorsul, através da qual os trabalhadores foram convidados a fazer quilómetros, a andar ou a correr, num esforço de equipa de 24 horas que permitiu converter os 1.528 quilómetros percorridos na plantação de 1.500 árvores.

Jornadas Técnicas com os Municípios

A Valorsul convidou os profissionais dos 19 Municípios das Regiões de Lisboa e do Oeste a participarem num Grupo de Trabalho no âmbito da elaboração do Plano de Ação para a aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU). Este grupo reuniu-se em algumas ocasiões para debater várias temáticas com foco na Recolha Seletiva no sistema da Valorsul e ainda nos objetivos intercalares para biorresíduos e multimaterial, incluindo o preenchimento de folhas de investimento, tendo em consideração que os próximos anos serão de grande importância para a Valorsul e para os seus Municípios, pelas definições estratégicas que se avizinham no setor dos resíduos e pela implementação do PERSU 2030. As reuniões realizaram-se em julho e outubro na Sede da Valorsul.

PRÉMIOS CORPORATIVOS RECEBIDOS EM 2023

Menção Honrosa | Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Eixo II - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Prémio atribuído pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

g
We.
M
A
4
7
5
A.
THP
M
H
h

DESEMPENHO FINANCEIRO

VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios da Valorsul compreende os rendimentos obtidos com a venda de energia e de recicláveis, as receitas das prestações de serviços de tratamento de resíduos e do abastecimento de gás natural carburante. O volume de negócios totalizou 82 M€, representando um aumento de 2,7 M€ face ao ano anterior, refletindo um aumento de 3,42%.

Em 2023 a Valorsul refletiu nas suas prestações de serviços:

- 9,4 M€ de consumo do desvio tarifário de 2021 com base nas quantidades reais de RU entregues pelos Municípios em 2023 deduzido do desvio de quantidades de 2017 a 2019;
- 1,8 M€ de ajustamentos estimados relativos ao ano de 2023.

Os rendimentos provenientes do tratamento de RU, incluindo clientes municipais e particulares, totalizaram 40 M€. Esta rubrica apresentou um aumento de cerca de 8,9 M€ em relação ao ano anterior, reflexo do desvio tarifário cuja variação ascendeu a 5 M€.

O total dos rendimentos da venda de energia cifrou-se em 22 M€, inferior em 6,7 M€ quando comparado com o ano de 2022. A razão desta variação deve-se ao facto, de se ter realizado a maior paragem programada (PP) de sempre da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU).

De salientar que 20 M€ foram provenientes da CTRSU, representando a energia produzida nesta unidade cerca de 25% do volume de negócios total da empresa. As receitas da venda de energia proveniente do aproveitamento do biogás do aterro sanitário de Mato da Cruz (ASMC) e do aterro sanitário Oeste do Cadaval (ASO) atingiram, cerca de 577 mil € e 543 mil €, respetivamente. A venda de energia da estação de tratamento e valorização orgânica ascendeu a 803 mil €.

Por último, a venda de materiais recicláveis ascendeu a 17,8 M€, aumentando 615 mil € face ao ano de 2022, ou seja, 4% refletindo a melhoria da performance registada nos Centros de Triagem. De realçar, as quantidades retomadas no fluxo de papel cartão com um crescimento de cerca de 4,9%, inversamente o vidro teve uma quebra de 2,7% e as embalagens com um aumento de 2,57%. No último trimestre de 2023 foi efetuada uma atualização dos preços com um impacto positivo.

A estrutura do volume de negócios apresenta-se no gráfico seguinte:

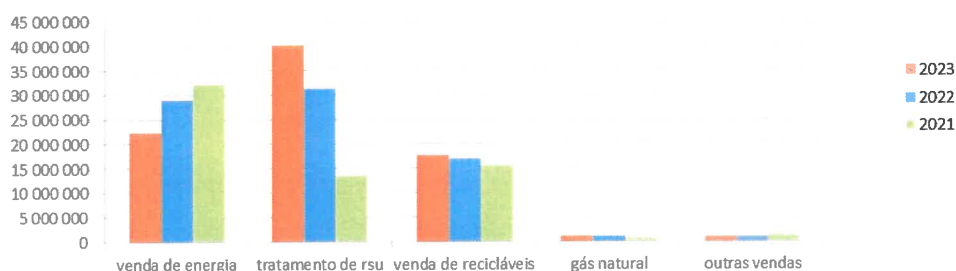


Figura 12 – ESTRUTURA DO VOLUME DE NEGÓCIOS (VALORES EM EUROS)

GASTOS E RESULTADOS OPERACIONAIS

A Valorsul registou no ano de 2023 um cashflow operacional (EBITDA) de 15,2 M€ de euros, conforme se apresenta no quadro seguinte:

QUADRO 3 – RESULTADOS OPERACIONAIS E RUBRICAS ASSOCIADAS (VALORES EM EUROS)

rubrica	2023	2022	2021
Volume de negócios	82 190 583	79 475 446	63 036 335
Variação nos inventários da produção	308 287	14 235	-139 489
FSE	-37 884 762	-36 738 476	-23 889 214
Custo das vendas	-8 993 613	-9 287 536	-7 659 633
Gastos com pessoal	-20 191 569	-18 454 493	-16 699 615
Provisões e Reversões/Perdas por Imparidade	88 381	102 388	5 956
Outros gastos	-25 015 933	-14 555 573	-7 539 509
Outros rendimentos	24 799 450	13 807 608	6 993 928
Cash flow operacional (EBITDA)	15 212 533	14 261 111	14 102 803
Amortizações/depreciações	-11 223 181	-13 592 901	-11 153 161
Subsídios ao investimento	2 471 616	2 440 116	2 605 981
Resultados Operacionais (EBIT)	6 460 968	3 210 814	5 561 579

O CMVMC diminuiu cerca de 294 mil €, este decréscimo resulta fundamentalmente da redução dos custos associados ao aumento das quantidades de recicláveis recolhidos pelos municípios da região de Lisboa (112 mil €), assim como da redução dos custos associados à aquisição de gás natural vendido no PAGN, que registou uma diminuição de 406 mil €, face a 2022.

A rubrica de FSE regista um acréscimo de 1,1 M€ relativamente a 2022, ou seja, mais 3,12%, destacando-se a rubrica de conservação e reparação que em 2023 registou um aumento de 3 M€, fruto da paragem programada referida anteriormente e, a rubrica consumos do processo com um decréscimo muito significativo no preço e consumo de gás natural no montante de 3,7M €.

Os Gastos com Pessoal apresentam um aumento 1,7 M€ face ao ano de 2022, correspondendo a 20,2 M€, que se justifica com o aumento do quadro de pessoal, aumento do seguro de saúde, aumento de benefícios atribuídos nomeadamente ginástica laboral e consultas de psicologia. Foi ainda distribuído prémio suplementar a todos os trabalhadores, atribuído em agosto de 2023 como reconhecimento do esforço e empenho durante o evento Jornada Mundial de Juventude (JMJ) Lisboa 2023.

Como reflexo do anteriormente referido, o EBITDA aumenta 951 mil €, o que traduz um crescimento de 6,7%.

O gasto com as Amortizações, teve um decréscimo de valor face ao ano de 2022, apresentando uma diminuição de 2,4 M € face ao ano anterior, correspondendo a 11,2 M€, e é justificado essencialmente pela diminuição de amortizações decorrentes dos investimentos que terminaram a sua vida útil.

O EBIT totalizou 6,5 M€, superior em cerca de 3 M€ quando comparado com 2022, ou seja, um aumento de 101%.

RESULTADOS FINANCEIROS

A Valorsul apresentou no ano de 2023 um resultado financeiro negativo de 1 M€.

O aumento de 374 mil € face a 2022 é essencialmente justificado pelo aumento dos juros suportados dos empréstimos bancários e de operações de leasing.

RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (RAI)

A Valorsul apresentou no ano de 2023 um RAI de 5,5 M€ que quando comparado com um RAI de 2,6 M€ em 2022, refletindo uma evolução positiva de 2,9 M€, correspondendo a um aumento de 111%.

RESULTADO LÍQUIDO

A Valorsul apresenta um resultado líquido positivo de 4,8 M€. A sua decomposição ilustra-se no quadro seguinte:

QUADRO 13 - RESULTADOS (VALORES EM EUROS)

Resultados	2023	2022	2021
Resultado antes de impostos	5 458 736	2 582 159	4 697 875
Imposto do exercício	-17 893	-50 907	-1 988 664
Insuficiência / Excesso de estimativa	503 426	22 160	30 973
Imposto diferido	-1 115 859	-594 188	780 306
Resultado líquido do exercício	4 828 410	1 959 225	3 520 491

TARIFÁRIO

A tarifa municipal que vigorou no ano de 2023, foi de 42,14 euros/tonelada para os clientes municipais, definida pela ERSAR.

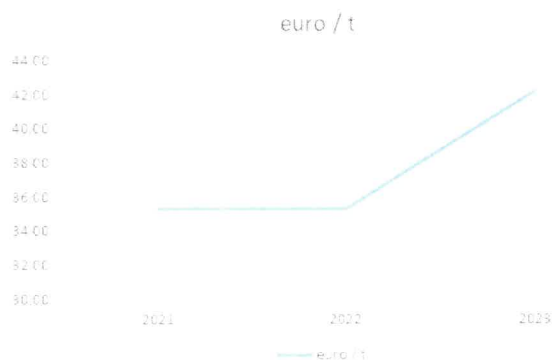


Figura 13 - EVOLUÇÃO DA TARIFA

2021 - Último ano do segundo período regulatório, onde a tarifa implícita é de 31,78€/t, sendo a tarifa praticada de 35,30€/t, refletindo os ajustamentos tarifários do ano de 2019 e a utilização do saldo regulatório conforme aprovado pela ERSAR.

2022 - Primeiro ano do terceiro período regulatório, onde a tarifa implícita é de 32,61€, sendo a tarifa praticada de 35,30€/t, tarifa transitória conforme definido pela ERSAR.

2023 - Segundo ano do terceiro período regulatório, onde a tarifa implícita é de 63,94€, sendo a tarifa praticada de 42,14€/t, tarifa definida pela ERSAR.

INVESTIMENTOS EFETUADOS

Em 2023, o investimento realizado, ao longo do ano, ascendeu a 24 M€ sendo de destacar:

- Depuradores de gases incineração (3.440.000 Euros);
- Sobreaquecedores primários de incineração (3.155.861 Euros);
- Ecopontos (2.371.257 euros);
- Construção de Entreposto e requalificação Centro Tratamento de resíduos do Oeste (2.226.746 Euros);
- Requalificação das condutas de água do rio - incineração (1.950.402 Euros);
- Equipamentos fixos para a linha triagem - Centros de triagem (1.800.325 Euros);
- Sistema Denox - incineração (1.124.990 Euros);
- Sensores de enchimento de ecopontos (623.700 Euros);
- Equipamentos móveis para o Oeste (525.700 Euros);
- Gerador e sistema de proteções - incineração (515.112 Euros);
- Pressas de papel cartão e embalagens para os Centros de Triagem (302.915 Euros);
- Parque de estacionamento de contentores e semi-reboques do Centro de tratamento resíduos do Oeste (293.636 Euros);
- Compactador de resíduos para aterro sanitário (290.000 Euros);
- Requalificação dos sistemas de controlo - incineração (254.552 Euros);
- Requalificação das estruturas de betão da tomada de água - incineração (213.144 Euros);
- Viatura combinada sucção e transporte de lixiviados (208.305 Euros);
- Cabos das pontes rolantes (206.312 Euros).

ESTRUTURA DO BALANÇO

A estrutura de capitais da Valorsul encontra-se equilibrada, uma vez que os ativos não correntes estão totalmente cobertos por origens de médio e longo prazo.

O Capital Próprio inclui o valor de 7.606.303 Euros de subsídios ao investimento.

QUADRO 44 - BALANÇO (VALORES EM EUROS)

Balanço	2023	2022	2021
Ativos Não Correntes	99 028 308	90 287 990	89 502 582
Ativos Correntes	47 359 967	44 671 438	36 309 300
Total Ativo	146 388 275	134 959 428	125 811 882
Capital Próprio	62 679 622	59 717 282	60 682 549
Passivos Não Correntes	38 980 330	32 090 498	37 932 628
Passivos Correntes	44 728 323	43 151 648	27 196 705
Total Passivo e Capital Próprio	146 388 275	134 959 428	125 811 882

DÍVIDA DE CLIENTES

No final de 2023 a dívida de clientes era de 12 428 401 € inferior em 3 553 181 € face a 2022.

QUADRO 15 - DÍVIDA DE CLIENTES (VALORES EM EUROS)

Dívida de Clientes	2023	2022	2021
Dívida Total Clientes	12 428 401	15 981 582	11 387 765
Dívida Vencida Clientes	2.322.255	1.168 417	506 473
Dívida Total Municípios	7 463 105	3 915 069	4 561 350
Dívida Vencida Municípios	1.903.778	240 833	186 102
Dívida Vencida de Particulares e Outros	418.477	927 585	320 370

ENDIVIDAMENTO

O endividamento da Valorsul atinge, em finais de 2023, o valor de 29 790 216 €, um aumento de 6,2 M€ face a 2022, resultado da utilização do empréstimo de médio/longo prazo na CGD assinado em 2021.

QUADRO 16 - ENDIVIDAMENTO (VALORES EM EUROS)

Endividamento	2023	2022	2021
Empréstimos de médio longo prazo	24 552 073	19 747 830	10 600 286
Empréstimos de curto prazo	2 729 252	2 004 095	2 623 559
Locações financeiras de médio longo prazo	1 906 862	1.455 605	456 653
Locações financeiras de curto prazo	602 029	364 558	83 225
Total Empréstimos	29 790 216	23 572 088	13 763 723

As principais fontes de financiamento externo são: financiamentos bancários de médio/longo prazo, incentivos financeiros ao investimento, créditos bancários de curto prazo (contas correntes) e leasings financeiros.

Relativamente a empréstimos bancários de médio/longo Prazo a 31 de dezembro de 2023 encontravam-se por liquidar os seguintes:

Banco Português de Investimento (BPI): 184.732 Euros;
Banco Comercial Português (Millennium BCP): 4.487.711 Euros;
Novo Banco (NB): 4.251.172 Euros;
Caixa Geral de Depósitos (CGD): 7.260.013 Euros; e
Banco Europeu de Investimento (BEI): 11.097.697 Euros.

Em dezembro de 2022 foi assinado um novo contrato com o BEI, para financiamento dos investimentos das empresas do Grupo EGF, com um montante de 12 milhões de euros destinado à Valorsul, não tendo, até ao final de 2023, ocorrido qualquer pedido de desembolso.

Em termos de linhas de crédito de curto prazo a Valorsul tem 5 milhões de euros disponíveis no BPI, que não estavam a ser utilizados a 31 de dezembro de 2023.

O saldo relativo a locações financeiras a 31 de dezembro de 2023 era de cerca de 2,5 milhões de euros. Esta fonte de financiamento tem sido utilizada para, maioritariamente, adquirir viaturas para transportes de resíduos e de recolha seletiva, assim como máquinas de apoio à operação (empilhadores e pás carregadoras).

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including "W", "X", "A", "N", "L", "FMP", and others.

[Handwritten notes in blue ink, including signatures and initials, located in the top right corner of the page.]

Em 2024 a Valorsul dará continuidade à sua missão, cumprindo as orientações estratégicas dos acionistas e fomentando as melhores práticas no setor para o tratamento e valorização dos resíduos, tal como o tem feito até ao presente.

Será o ano onde o tratamento dos biorresíduos recolhidos seletivamente pelos Municípios marcará uma nova etapa na atividade operacional de empresa (e do País) no cumprimento da estratégia definida para o setor dos resíduos urbanos.

Tendo como prioridade toda a atividade operacional e a gestão otimizada dos seus meios e quadro de pessoal para melhor responder às necessidades dos seus clientes e parceiros acionistas, a Valorsul dará continuidade na procura de maior eficiência e eficácia e na execução do restante Plano de Investimento aprovado para o triénio 2022-2024 onde se destaca o sistema denox, a substituição dos painéis tubulares da CVE, bem como continuidade na colocação de ecopontos.

Logo que seja aprovado pela APA o Plano de Ação com vista ao cumprimento do estabelecido no PERSU 2030 (PAPERSU), submetido no final de 2023, a Valorsul dará seguimento à finalização e submissão ao Concedente do Plano de Investimentos 2025-2027, contendo as medidas necessárias e que foram aprovados para o cumprimento das metas às quais se encontra obrigada. No Plano de Investimentos 2025-2027 serão igualmente inscritos os investimentos de substituição do próximo período regulatório 2025-2027, que decorrem do Relatório de Aptidão Funcional dos Equipamentos (RAFA), entregue ao Concedente e ERSAR no final de 2023.

O ano de 2024 será ainda marcado pela submissão à ERSAR das Contas Reguladas Previsionais (CRP) para o triénio 2025-2027, sendo que, numa primeira fase e face ao calendário previsto de aprovação do PAPERSU posterior a 30 de abril, será provavelmente definida uma tarifa para aplicar em 2025.

Sob o propósito "Our legacy inspires and commits us to build a better world" o grupo Mota-Engil e, em particular, a EGF e a EMPRESA elegeram a Sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento, corporizando essa visão no plano estratégico do grupo Mota-Engil - Building 26 for a Sustainable Future 2022-2026. Neste contexto, a empresa prosseguirá, em 2024, na estruturação das suas práticas de gestão de risco e sustentabilidade num contexto de harmonização dos procedimentos no grupo.

A Valorsul irá continuar a apostar em campanhas de sensibilização e comunicação, visando a mobilização dos cidadãos do Sistema para a melhoria do comportamento ambiental e prevenção da produção de resíduos, procurando manter sempre a qualidade e níveis de serviço, cumprindo os objetivos de serviço público, indo ao encontro dos clientes municipais e das populações servidas, o qual será um desafio constante e continuo a que se procurará dar uma resposta adequada.

Será ainda garantida a qualificação dos recursos humanos através de ações de formação direcionadas e a implementação das melhores tecnologias disponíveis em toda a atividade da empresa.

Por último, refira-se que a Valorsul continuará a fomentar uma proximidade elevada com os Municípios e um espírito de equipa que nos permita ultrapassar com sucesso os desafios mútuos, atuais e futuros, nos quais se inclui a recolha e o tratamento dos biorresíduos, mantendo o elevado profissionalismo, eficiência e excelência.

ho.
K
1
R.
ll.
S
imp
A
A
A
A

Não existem factos relevantes subsequentes a reportar.

wa - 1
 X
 A
 4
 P
 5
 A.
 FMP
 A
 B
 Y
 A

AL
ho.
B
A
A
S
ll
FMP
W
A
b

Ao concluir este relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais o apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos.

De forma muito especial, queremos:

- Agradecer aos acionistas a confiança e o apoio, designadamente aos municípios que simultaneamente são, como clientes, a principal força motivadora do nosso trabalho;
- Expressar uma palavra de reconhecimento aos nossos trabalhadores e demais colaboradores, que, com disponibilidade, interesse, competência e lealdade exerceram com entusiasmo as suas funções neste projeto, que é, ao mesmo tempo, um grande desafio profissional para todos eles.

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the acronym "FMP" in blue.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word "FMP" and various initials.

O Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de resultados:

- 4.828.409,57 euros correspondentes ao Resultado Líquido de 2023;
- 1.959.224,94 euros relativos às Reservas Livres de 2022.

Total de dividendos: 6.787.634,51 euros

São João da Talha, 11 de março de 2024

Para Hon. Ass. de L.

Isabel Jesus

Três anos de um ano

Amadeu

João de Fátima

Ork

N. - José R.

e. A. F.

Fátima José R.

Alto de S. de L.

A. F.

André Costa

1 - Contas

VALORSUL-VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, SA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	6	92 677 339	79 803 267
Outros ativos financeiros		60 478	53 248
Créditos a receber	9	-	3 551 840
Ativos por impostos diferidos	11	6 290 491	6 879 635
Total do ativo não corrente		99 028 308	90 287 990
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	7	448 925	140 638
Clientes	8	12 428 401	15 981 582
Estado e outros entes públicos	12	3 936 423	1 033 045
Créditos a receber	9	8 455 620	693 146
Diferimentos	10	1 918 040	1 910 695
Caixa e depósitos bancários	4	20 172 559	24 912 332
Total do ativo corrente		47 359 967	44 671 438
Total do ativo		146 388 275	134 959 428
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	25 200 000	25 200 000
Reserva legal	13	5 040 000	5 040 000
Outras reservas	13	15 112 125	13 152 900
Resultados transitados	13	4 892 785	4 892 785
Outras variações no capital próprio	13	7 606 303	9 472 373
Resultado líquido do período	13	4 828 410	1 959 225
Total do capital próprio		62 679 622	59 717 282
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	14	204 685	204 685
Financiamentos obtidos	15	26 458 935	21 203 435
Passivos por impostos diferidos	11	10 603 545	10 682 377
Diferimentos	10	1 713 165	-
Total do passivo não corrente		38 980 330	32 090 498
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17	22 493 859	12 568 578
Estado e outros entes públicos	12	7 505 351	5 412 424
Accionistas		-	337
Financiamentos obtidos	15	3 331 281	2 368 653
Outras dívidas a pagar	18	7 691 566	9 334 426
Diferimentos	10	3 706 267	13 467 229
Total do passivo corrente		44 728 323	43 151 648
Total do passivo		83 708 653	75 242 146
Total do capital próprio e do passivo		146 388 275	134 959 428

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten signature of the Certified Accountant]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

ff
ho.
B
A
A.
A.
S
FMP
A
A

VALORSUL-VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

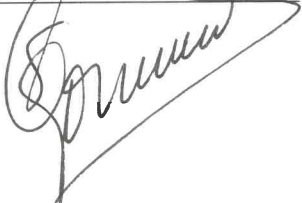
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

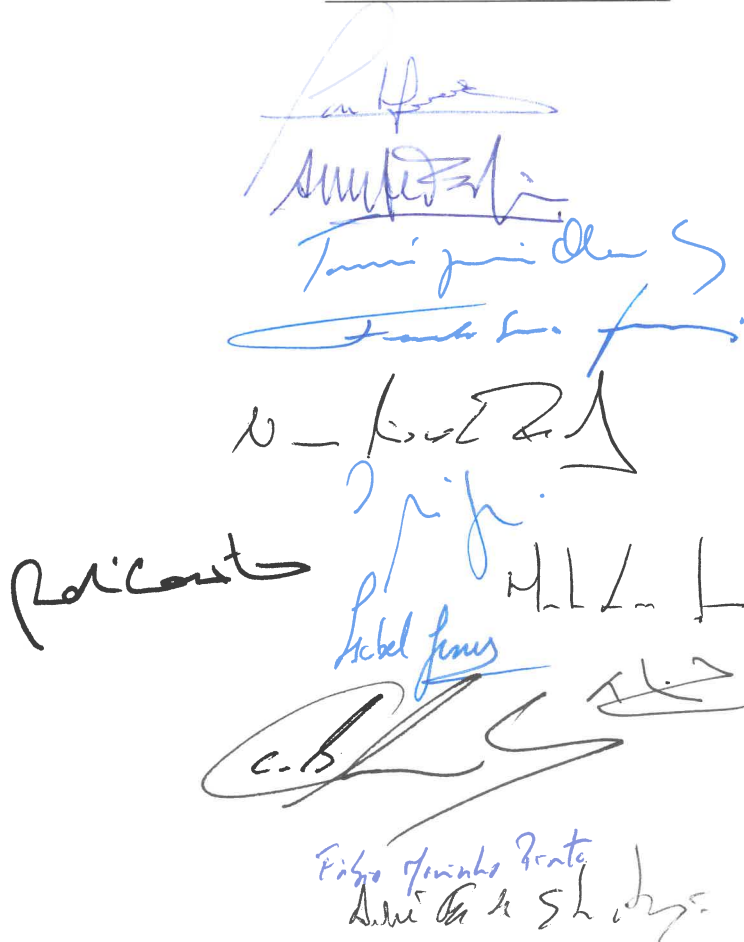
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício 2023	Exercício 2022
Vendas e serviços prestados	20	82 190 583	79 475 446
Variação nos inventários da produção	7	308 287	14 235
Subsídios de exploração	24	68 590	81 642
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(8 993 613)	(9 287 536)
Fornecimentos e serviços externos	22	(37 884 762)	(36 738 476)
Gastos com o pessoal	23	(20 191 569)	(18 454 493)
Imparidade de dívidas a receber	9	-	102 388
Outros rendimentos	24	24 730 951	13 725 966
Outros gastos	25	(25 015 933)	(14 555 573)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 212 533	14 363 599
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(11 223 181)	(13 592 901)
Subsídio ao investimento	13	2 471 616	2 440 116
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 460 968	3 210 814
Juros e rendimentos similares obtidos	27	678 136	124 467
Juros e gastos similares suportados	27	(1 680 369)	(753 122)
Resultado antes de impostos		5 458 736	2 582 159
Impostos sobre o rendimento do período	11	(630 326)	(622 934)
Resultado líquido do período		4 828 410	1 959 225
Resultado por ação	29	0,96	0,39

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

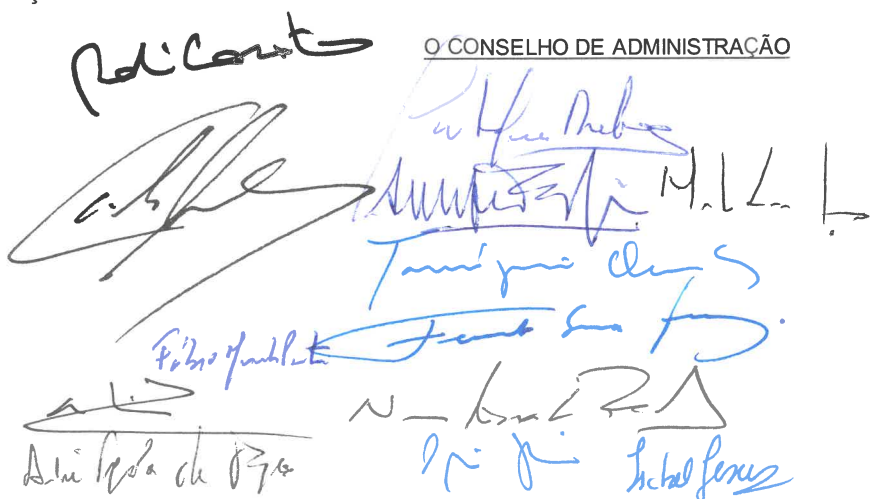
	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		87 331 665	81 766 273
Pagamentos a fornecedores		(50 537 828)	(46 529 623)
Pagamentos ao pessoal		(11 560 859)	(11 664 932)
Fluxos gerados pelas operações		25 232 978	23 571 718
Pagamento do imposto sobre o rendimento		1 536 471	(3 045 589)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(13 647 175)	(12 467 404)
Fluxos das atividades operacionais (1)		13 122 273	8 058 725
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(21 728 720)	(11 887 383)
Subsídios ao investimento		-	(62 054)
		(21 728 720)	(11 949 436)
Recebimentos provenientes de:			
Alienações a interesses minoritários		93 603	135 509
Ativos intangíveis		-	99 317
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		93 603	234 826
Fluxos das atividades de investimento (2)		(21 635 117)	(11 714 611)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 250 000	11 000 000
Recebimentos - juros e rendimentos similares		313 288	-
		7 563 288	11 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 395 379)	(2 842 227)
Juros e gastos similares		(1 394 501)	(754 209)
Dividendos		(337)	-
		(3 790 217)	(3 596 436)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		3 773 071	7 403 564
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(4 739 773)	3 747 678
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	24 912 332	21 164 654
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20 172 559	24 912 332
Caixa e depósitos bancários no fim do exercício		20 172 559	24 912 332

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

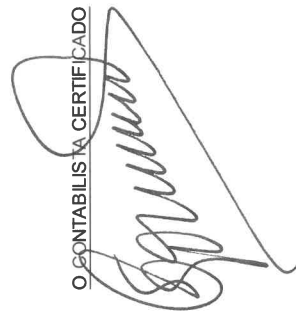
(Montantes expressos em Euros)

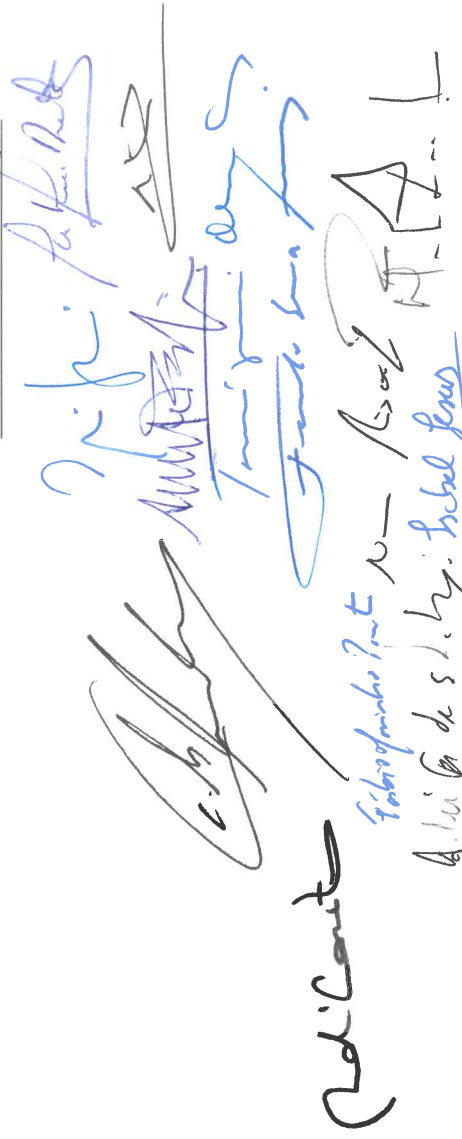
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio (Nota 13)	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2022	13	25 200 000	5 040 000	9 632 409	4 892 785	12 396 865	3 520 491	60 682 549
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021		-	-	3 520 491	-	-	(3 520 491)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022		-	-	-	-	-	1 959 225	1 959 225
Subsídios ao investimento obtidos/(reconhecidos) no exercício		-	-	-	-	(3 873 499)	-	(3 873 499)
Impostos diferidos referentes a subsídios reconhecidos no período	11	-	-	-	-	949 007	-	949 007
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	25 200 000	5 040 000	13 152 900	4 892 785	9 472 373	1 959 225	59 717 282
Saldo em 1 de janeiro de 2023		25 200 000	5 040 000	13 152 900	4 892 785	9 472 373	1 959 225	59 717 282
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022		-	-	1 959 225	-	-	(1 959 225)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	4 828 410	4 828 410
Subsídios ao investimento obtidos/(reconhecidos) no exercício	13	-	-	-	-	(2 471 616)	-	(2 471 616)
Impostos diferidos referentes a subsídios reconhecidos no período	11	-	-	-	-	605 546	-	605 546
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	25 200 000	5 040 000	15 112 125	4 892 785	7 606 303	4 828 410	62 679 622

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





VALORSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, SA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (adiante designada por “Valorsul” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto –Lei n.º 68/2010, em 15 de Junho, com sede social em São João da Talha - Loures, e tem como objetivo social exclusivo, em regime de concessão de serviço público, a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva de resíduos urbanos, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste integrando como utilizadores originários os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lisboa, Loures, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo privatizou a Empresa, que anteriormente permanecia como uma sub-holding da Empresa Águas de Portugal para o setor dos resíduos. A alienação do capital social da EGF à Suma Tratamento, S.A. (“Suma Tratamento”, empresa detida maioritariamente pelo Grupo Mota-Engil), teve como consequência a alteração do enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos. Neste quadro, o Governo reviu o regime jurídico aplicável à atuação das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos.

Desta forma, através do Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram aprovadas as bases da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados. Foi também aprovado um novo Regime Remuneratório, tendo sido publicado pelo regulador o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR), com um novo modelo regulatório a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016. O contrato de concessão foi objeto de reconfiguração, com vista à adaptação do seu conteúdo às novas bases da concessão, tendo o período da respetiva concessão sido alargado até 2034.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de março de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral. É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenhos financeiros e fluxos de caixa.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature at the bottom right.

1.1. IMPACTO DAS DECISÕES DA ERSAR - AJUSTAMENTOS 2023

Em março de 2023, foi publicada pela ERSAR a decisão final das CRP 2022-2024, com a definição do montante de proveitos permitidos previsionais para o período regulatório 2022-2024 e a definição da tarifa a faturar em 2023 que incorpora o ajustamento tarifário de 2021 aprovado.

Em dezembro de 2023, a ERSAR informou a EMPRESA, da tarifa a faturar em 2024. O valor comunicado é o valor resultante da decisão das Contas Reguladas Previsionais 2022-2024, sem os ajustamentos referentes ao ano de 2022, uma vez que a ERSAR não recebeu do Concedente a aprovação das alterações dos investimentos apresentas nas Contas Reguladas Reais de 2022, havendo a expectativa que venha a ser incorporado na tarifa de 2025.

No que respeita ao ajustamento contabilizado no ano 2023 (com capitalização), o montante é de 1.930.107 Euros, deduzido do desvio de quantidades referente ao desvio tarifário de 2021 no montante de 216.942 Euros, ascendendo a um montante de 1.713.165 Euros (nota 10).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e as Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e o quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF" ou "SNC".

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como as normas adotadas pela União Europeia ("IFRS"), de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços ("IFRIC 12").

2.2. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2. Ativos intangíveis

Ativos da concessão – IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Os ativos adquiridos/construídos pela Empresa, ao abrigo do contrato de concessão, são ativos afetos à concessão, correspondendo à respetiva infraestrutura concessionada.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela Concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão da Empresa encontra-se abrangida no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- a Empresa possui um contrato de concessão de serviço público celebrado com o Estado Português ("Concedente") e por um período pré-definido;
- a Empresa efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas, conforme definido em detalhe nas Notas 6 e 30;
- o concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador (ERSAR);
- os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços reverterem para o concedente no final do contrato de concessão.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- i. Modelo do ativo financeiro – quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.
- ii. Modelo do ativo intangível – quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura, deverá reconhecer um ativo intangível.
- iii. Modelo misto – este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Deste modo e atendendo aos termos do contrato de concessão, nomeadamente no que se refere ao modelo remuneratório, foi entendido que as operações da Empresa são enquadráveis no modelo do ativo intangível, em virtude, essencialmente, das concessionárias terem o direito incondicional de cobrar aos utilizadores e assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento da concessão.

Nesse enquadramento e em relação ao valor residual dos ativos afetos à concessão (de acordo com o contrato de concessão, a Empresa tem o direito de ser ressarcida no final da concessão com base no valor líquido contabilístico dos ativos concessionados), este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Atendendo ao enquadramento acima descrito, os ativos afetos à concessão (ativos intangíveis) encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, foi tido em consideração o método que reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Empresa. Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a Empresa considera que o método de amortização que melhor reflete o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros do ativo intangível é

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials and a signature.

a amortização em função das taxas de amortização definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao Regulamento Tarifário.

Importa ainda referir que o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão, consiste na possibilidade de a Empresa cobrar tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento de tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração.

Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição/construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos, estes são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

No âmbito do contrato de concessão em vigor enquadrável, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a Valorsul não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Subsídios ao investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com a aquisição de ativos intangíveis, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, juntamente com os respetivos ajustamentos por impostos,

ff

W-

X

W

4

0.7

5

li.

Imp

#

W

W

sendo posteriormente reconhecidos numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

3.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

* Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo, ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "FMP" and various initials.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Créditos a receber;
- Fornecedores;
- Outras dívidas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários com vencimento inferior a três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis ou com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo. As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é refletida em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controle dos ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controle sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa reconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos.

O rédito proveniente da venda de energia e produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A tarifa encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço da venda se encontra definido.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR) determinada pelos proveitos permitidos em função da quantidade de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) Retorno no valor médio contabilístico dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador;
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

Desvios Tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e contemplam nessa fórmula de cálculo o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios são recuperados.

Desta forma, a Empresa apura, em cada data de relato e de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSAR, os desvios apurados entre os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados.

ff
W-
fz
A
D
f
S
Ch
M
b

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor acima descrito, os desvios tarifários apurados pela Empresa em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

Nas situações em que as concessionárias têm um Desvio Tarifário Ativo, a tarifa foi inferior à definida pela ERSAR, é constituído um acréscimo de rendimentos na medida em que a transação já foi realizada, existe o direito de recuperar, mas a mesma não foi faturada.

Nas situações inversas, ou seja, nos casos em que o Desvio tarifário é Passivo, a tarifa foi superior à definida pelo regulador, este diferencial é tratado como um diferimento, na medida em que este “excesso de tarifa” foi faturado, mas a sua regularização não irá dar origem a um pagamento futuro por parte da concessionária nem à emissão de notas de crédito, sendo este diferencial realizado via redução de faturação subsequente.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, não se conhece a decisão final das CRR 2022 e não foram ainda submetidas as Contas Reguladas Reais referentes ao ano de 2023, que serão submetidas à ERSAR até 30 de abril de 2024.

3.8. Imparidade de ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "IMP" and various initials.

3.9. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Os impostos correntes sobre o rendimento são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.10. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio para o registo do consumo.

Os subprodutos, produtos acabados e intermédios são valorizados ao seu custo de produção, no entanto, nas situações em que o valor do custo/produção é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na demonstração dos resultados por naturezas.

3.12. Encargos Financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição ou construção de infraestruturas são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.13. Ativo regulatório/ Passivo regulatório

Em 1 de janeiro de 2016 e tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, as concessionárias aferiram quanto à existência de uma responsabilidade para com o concedente ("Saldo regulatório"), sendo esta determinada tendo por referência os montantes dos acréscimos de gastos referentes a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe estava associado e do valor contabilístico líquido de amortização e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integraram a base de ativos regulados relevante para efeito de apuramento dos proveitos permitidos. Nos casos em que aquele montante foi negativo, aquela responsabilidade, "Passivo Regulatório", foi registada no passivo, quando positivo, foi registado um "Ativo Regulatório, ou Direito Contratual". Subsequentemente, quando é estimada uma variação anual de tarifas superior a 2% aos proveitos anualmente permitidos às concessionárias, o excedente àquele valor pode ser deduzido ao Passivo Regulatório, quando este exista. No final das concessões, caso ainda exista Passivo Regulatório, o correspondente montante será deduzido ao valor residual da Base de Ativos Regulados (BAR) a que as concessionárias terão direito. Nos casos em que foi determinado um "Ativo Regulatório", o mesmo é amortizado ao longo do período da concessão.

3.14. Juizados de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anuais foram as seguintes:

- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Recuperabilidade dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais;
- Reconhecimento e valorização de provisões;
- Estimativa de desvio tarifário a repercutir em tarifas futuras e especialização de receita tendo por base o modelo regulatório da ERSAR;
- Recuperabilidade dos ativos intangíveis.

3.15. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.16. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, ou para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de financiamentos obtidos.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis, se aplicável.

As atividades de financiamento abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os componentes da rubrica de caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Caixa	3 500	3 500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	669 059	1 508 832
Outros depósitos bancários	19 500 000	23 400 000
Caixa e equivalentes	20 172 559	24 912 332
Caixa e depósitos bancários	20 172 559	24 912 332

Os outros depósitos bancários no montante de 19.500.000 Euros correspondem a depósitos a prazo, sendo os mesmos imediatamente mobilizáveis.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nem foram reconhecidos erros materiais ou alterações significativas das estimativas contabilísticas relativas a exercícios anteriores.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Classes	Valor líquido contabilístico	
	2023	2022
Incineração	35 756 185	27 672 985
Aterros Sanitários	11 751 386	9 250 508
Valorização Orgânica e Biológica	11 369 200	12 036 213
Triagem e ecocentros	13 070 769	10 235 951
Biogás de aterros	1 203 636	1 347 882
Recolha Seletiva	7 649 243	5 394 421
Transferências e Transportes	7 981 859	7 579 174
Estrutura	653 628	886 532
	<u>89 435 907</u>	<u>74 403 666</u>
Investimentos em curso		
Incineração	1 275 763	2 320 919
Aterros Sanitários	443 232	492 571
Valorização Orgânica e Biológica	-	61 742
Triagem e ecocentros	922 109	2 208 180
Biogás de aterros	13 588	-
Transferências e Transportes	30 785	93 035
Estrutura	399 490	52 467
	<u>3 084 967</u>	<u>5 228 915</u>
	<u>92 520 874</u>	<u>79 632 581</u>

Os principais investimentos realizados no decorrer do exercício findo, em 31 de dezembro de 2023, foram os seguintes:

- Depuradores de gases incineração (3.440.000 Euros);
- Sobreaquecedores primários de incineração (3.155.861 Euros);
- Ecopontos (2.371.257 euros);
- Construção de Entrepasto e requalificação Centro Tratamento de resíduos do Oeste (2.226.746 Euros);
- Requalificação das condutas de água do rio – incineração (1.950.402 Euros);
- Equipamentos fixos para a linha triagem – Centros de triagem (1.800.325 Euros);
- Sistema Denox – incineração (1.124.990 Euros);
- Sensores de enchimento de ecopontos (623.700 Euros);
- Equipamentos móveis para o Oeste (525.700 Euros);
- Gerador e sistema de proteções – incineração (515.112 Euros);
- Prensas de papel cartão e embalagens para os Centros de Triagem (302.915 Euros);
- Parque de estacionamento de contentores e semi-reboques do Centro de tratamento resíduos do Oeste (293.636 Euros);
- Compactador de resíduos para aterro sanitário (290.000 Euros);
- Requalificação dos sistemas de controlo – incineração (254.552 Euros);
- Requalificação das estruturas de betão da tomada de água – incineração (213.144 Euros);
- Viatura combinada sucção e transporte de lixiviados (208.305 Euros);
- Cabos das pontes rolantes (206.312 Euros).

	2023				
	Direito de Utilização de Infra Estruturas	Ativo Regulatório	Investimentos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<u>Ativo bruto:</u>					
Saldo inicial	379 117 035	270 201	5 228 915	9 460 951	394 077 102
Adições	13 748 376	-	10 350 937	-	24 099 314
Redução	(11 139 508)	-	-	-	(11 139 508)
Alienações	(1 064 166)	-	-	-	(1 064 166)
Outros movimentos	12 494 885	-	(12 494 885)	-	-
Saldo final	393 156 622	270 201	3 084 967	9 460 951	405 972 741
<u>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</u>					
Saldo inicial	304 713 369	99 515	-	9 460 951	314 273 835
Amortizações do exercício (Nota 26)	11 297 341	14 221	-	-	11 311 562
Redução	(11 137 447)	-	-	-	(11 137 447)
Alienações	(1 064 166)	-	-	-	(1 064 166)
Regularizações (Nota 26)	(88 381)	-	-	-	(88 381)
Saldo final	303 720 715	113 736	-	9 460 951	313 295 403
Valor líquido	89 435 907	156 465	3 084 967	-	92 677 339
	2022				
	Direito de Utilização de Infra Estruturas	Ativo Regulatório	Investimentos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<u>Ativo bruto:</u>					
Saldo inicial	371 381 757	270 201	4 798 670	10 802 896	387 253 524
Adições	6 582 021	-	6 418 601	-	13 000 623
Redução	(3 811 212)	-	-	-	(3 811 212)
Alienações	(1 023 888)	-	-	-	(1 023 888)
Outros movimentos	5 988 356	-	(5 988 356)	(1 341 945)	(1 341 945)
Saldo final	379 117 035	270 201	5 228 915	9 460 951	394 077 102
<u>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</u>					
Saldo inicial	299 064 135	85 294	-	5 963 004	305 112 433
Amortizações do exercício (Nota 26)	10 080 732	14 221	-	3 497 947	13 592 901
Redução	(3 415 156)	-	-	-	(3 415 156)
Alienações	(1 016 343)	-	-	-	(1 016 343)
Saldo final	304 713 369	99 515	-	9 460 951	314 273 835
Valor líquido	74 403 666	170 686	5 228 915	-	79 803 267

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Direito contratual subjacente ao investimento realizado nos ativos que integram as infraestruturas utilizadas na prestação do serviço era conforme segue:

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials and a signature at the bottom.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de inventários é composta, essencialmente por embalagens provenientes do processo de recolha seletiva.

	2023	2022
Produtos acabados:		
Embalagens	393 194	112 664
Papel	41 973	21 414
Vidro	10 800	2 560
Outros	2 958	4 000
	<u>448 925</u>	<u>140 638</u>

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Saldo inicial	140 638	126 403
Saldo final	448 925	140 638
Variação dos inventários da produção	<u>308 287</u>	<u>14 235</u>

8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os clientes têm a seguinte composição:

	2023			2022		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes municipais	7 463 105		7 463 105	3 915 069	-	3 915 069
Outras entidades	5 854 321	(889 025)	4 965 296	12 955 538	(889 025)	12 066 513
	<u>13 317 426</u>	<u>(889 025)</u>	<u>12 428 401</u>	<u>16 870 607</u>	<u>(889 025)</u>	<u>15 981 582</u>
	<u>13 317 426</u>	<u>(889 025)</u>	<u>12 428 401</u>	<u>16 870 607</u>	<u>(889 025)</u>	<u>15 981 582</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas a receber de clientes incluem saldos com partes relacionadas nos montantes de 7.482.973 Euros e 3.979.687 Euros, respetivamente (Nota 19).

O movimento nas perdas por imparidade de clientes, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi conforme segue:

	2023	2022
Saldo inicial	889 025	889 025
Reforços	-	-
Reversões	-	-
Utilizações	-	-
Saldo final	<u>889 025</u>	<u>889 025</u>

Em 31 de dezembro de 2023, encontra-se então constituída uma perda por imparidade no montante de:

- 790.240 Euros, referente a valores de contrapartida financeira pela retoma das embalagens secundárias e terciárias do último trimestre do ano de 2019. Este valor não é reconhecido pelas entidades gestoras do SIGRE, alegando não estarem abrangidas, naquele período, pelas suas licenças SIGRE;
- 98.785 Euros, referente a dívidas de clientes de cobrança duvidosa.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas a receber têm a seguinte composição:

	2023	2022
<u>Não corrente:</u>		
Desvio tarifário de 2022	-	3 551 840
	-	<u>3 551 840</u>
<u>Corrente:</u>		
Devedores por acréscimo de rendimentos	5 750	299 828
Majoração Vidro	-	286 495
Outros acréscimos de rendimentos	5 750	13 333
Desvio tarifário de 2017	-	32 548
Desvio tarifário de 2018	-	6 154
Desvio tarifário de 2019	-	187 996
Desvio tarifário de 2022 e 2020	3 507 830	-
Partes relacionadas (Nota 19)	78 902	113 500
Outros créditos a receber	37 259	53 119
Saldo regulatório	4 825 880	-
	<u>8 455 620</u>	<u>693 146</u>
	<u>8 455 620</u>	<u>4 244 986</u>

Os montantes relativos a desvios tarifários decorrem da diferença entre os proveitos faturados, com base na tarifa deliberada pela ERSAR, e os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais.

No exercício de 2023 foi constituído um saldo regulatório no montante de 4.825.880 Euros.

Em 2021, foi constituída uma perda por imparidade de contas a receber no montante de 102.388 Euros, referente ao valor da inflação dos valores de contrapartida de resíduos recicláveis, contabilizados em 2018 e anulada em 2022, face à não atualização dos valores pela APA até á presente data.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de diferimentos ativos e passivos apresentam os seguintes detalhes:

	2023	2022
<u>Ativo corrente:</u>		
Seguros	1 668 561	1 328 109
Combustíveis e materiais consumíveis	175 230	345 572
Encargos de financiamento	25 385	28 401
Partes relacionadas (Nota 19)	48 865	-
Saldo regulatório	-	208 613
	<u>1 918 040</u>	<u>1 910 695</u>
<u>Passivo não Corrente</u>		
Desvio tarifário de 2023	1 713 165	-
	<u>1 713 165</u>	<u>-</u>
<u>Passivo Corrente</u>		
Desvio tarifário de 2020	-	44 010
Desvio tarifário de 2021	-	9 439 750
Saldo Regulatório	3 628 821	3 837 434
Outros	77 446	146 035
	<u>3 706 267</u>	<u>13 467 229</u>
	<u>5 419 431</u>	<u>13 467 229</u>

Os montantes relativos a desvios tarifários, decorrem da diferença entre os proveitos faturados com base na tarifa deliberada pela ERSAR e os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais.

O desvio tarifário de 2023 no montante de 1.930.107 Euros deduzido do desvio de quantidades do desvio tarifário de 2021 no montante 216.942 Euros, deverá ser refletido na tarifa em 2025.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% para a matéria coletável, podendo acrescer uma taxa de derrama municipal que varia entre 0,5% a 1,5 % sobre o lucro tributável, resultando num intervalo da taxa de imposto agregada entre 21,5% e 22,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87ºA do código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável está condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

De acordo com a Lei n.º 24-D/2022, que aprovou o Orçamento de Estado para 2023, os prejuízos fiscais apurados passaram a ser reportáveis por um período ilimitado. Esta alteração é também aplicável aos prejuízos fiscais apurados em período de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 e cujo período de dedução ainda se encontre em curso àquela data.

A dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a um montante correspondente a 65% do lucro tributável apurado no período de tributação em questão, mantendo-se o acréscimo de 10 pontos percentuais quando esteja em causa a dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa tem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 13.982.411 Euros, sendo que 6.643.987 Euros foram gerados no decurso do referido exercício. Em 31 de dezembro de 2023 encontram-se constituídos ativos por impostos diferidos no montante de 2.936.306 Euros referente à totalidade dos prejuízos fiscais.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

	2023	2022
Imposto corrente (Nota 12)	17 893	50 907
Imposto diferido reconhecido no exercício	1 115 859	594 188
(Excesso)/insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	(503 426)	(22 160)
	<u>630 326</u>	<u>622 934</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Valorsul tem prejuízos fiscais conforme mapa seguinte:

Ano	Montante
2016	1 161 418
2022	6 177 006
2023	6 643 987
	<u>13 982 411</u>

a) Movimentos nos ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

2023				
	Saldo inicial	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões para riscos e encargos	50 148	-	-	50 148
Desvio tarifário	2 323 521	(1 903 796)	-	419 725
Ativos intangíveis	962 814	(125 478)	-	837 336
Saldo Regulatório	889 061	-	-	889 061
Prejuízo fiscal reportável	1 355 565	1 580 742	-	2 936 306
Bens em fim de vida	1 298 526	(140 612)	-	1 157 914
	<u>6 879 635</u>	<u>(589 145)</u>	<u>-</u>	<u>6 290 491</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Ajustamento de transição	5 342 475	(445 206)	-	4 897 269
Desvio tarifário	925 742	(66 324)	-	859 418
Saldo Regulatório	-	1 182 341	-	1 182 341
Subsídio ao investimento (Nota 13)	3 073 816	-	(605 546)	2 468 270
Outros	1 298 526	(140 612)	-	1 157 914
Ativo regulatório	41 818	(3 484)	-	38 334
	<u>10 682 377</u>	<u>526 714</u>	<u>(605 546)</u>	<u>10 603 545</u>
2022				
	Saldo inicial	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões para riscos e encargos	50 148	-	-	50 148
Perdas por imparidade de clientes	50 775	(50 775)	-	-
Desvio tarifário	4 218 472	(1 894 951)	-	2 323 521
Ativos intangíveis	1 263 430	(300 616)	-	962 814
Saldo Regulatório	-	889 061	-	889 061
Prejuízo fiscal reportável	222 072	1 133 493	-	1 355 565
Bens em fim de vida	1 522 640	(224 114)	-	1 298 526
	<u>7 327 537</u>	<u>(447 902)</u>	<u>-</u>	<u>6 879 635</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Ajustamento de transição	5 787 681	(445 206)	-	5 342 475
Desvio tarifário	106 651	819 091	-	925 742
Subsídio ao investimento (Nota 13)	4 022 824	-	(949 007)	3 073 816
Outros	1 522 640	(224 114)	-	1 298 526
Ativo regulatório	45 302	(3 484)	-	41 818
	<u>11 485 098</u>	<u>146 286</u>	<u>(949 007)</u>	<u>10 682 377</u>

Em dezembro de 2017, foi obtida a resposta do pedido de informação vinculativo submetido à Administração Tributária pela EGF, como representante das concessionárias, relativo à dedução fiscal do desreconhecimento dos ativos não afetos à BAR, o que originou a correção do prejuízo fiscal reportável referente ao exercício de 2016, passando parte substancial dos ativos desreconhecidos na sequência da alteração do modelo regulatório, a ser recuperada no futuro através da sua amortização fiscal.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as diferenças temporárias denominadas “Ajustamentos de transição” resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, por força da alteração do POC para os IFRS (sendo que posteriormente o grupo passou a adotar o SNC). Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante o período remanescente dos contratos de concessão.

As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro (conforme modelo regulatório em vigor até 31 de dezembro de 2015), do registo de subsídios ao investimento em capital próprio e da movimentação de desvios tarifários.

Sem prejuízo do histórico de prejuízos fiscais ocorridos nos últimos anos, a Administração registou Imposto diferido ativo decorrente de prejuízos fiscais tendo por base o modelo de concessão inerente ao negócio da Empresa quanto à estimativa de resultados tributáveis positivos até ao final da concessão. Adicionalmente, refira-se que estes prejuízos fiscais decorrem essencialmente dos Desvios tarifários reconhecidos no ano versus a sua tributação no momento da respetiva faturação, sendo que tendencialmente e face ao modelo regulatório, se espera que os mesmos sejam imateriais.

b) Reconciliação da taxa de imposto

	2023	2022
Resultado antes de impostos	5.458.736	2.582.159
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	1.146.335	542.253
Diferenças permanentes	(81.605)	(12.133)
Diferenças temporárias	(358.865)	(209.563)
Tributação autónoma	17.893	50.907
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto (I)	(503.426)	(22.160)
Outros	409.994	273.631
Imposto sobre o rendimento	630.326	622.934
Taxa efetiva de imposto	12%	24%

(1) A Valorsul apresentou em maio de 2022 candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), relativa ao Exercício de 2021. A candidatura foi aprovada na íntegra pela Agência Nacional de Inovação (ANI) em 08 de março de 2023, resultando num crédito fiscal de 460.784 euros.

Consequentemente procedeu-se à substituição da Modelo 22 do exercício de 2021 o que originou um excesso de estimativa.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC:				
Pagamentos por conta	-	-	1 083 952	-
Retenções na fonte	104 429	-	-	-
Estimativa de imposto (Nota 11)	(17 893)	-	(50 907)	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 849 887	-	-	326 785
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:	-	-		
Retenções de impostos sobre o rendimento	-	193 475	-	237 419
Taxa de Gestão de Resíduos (i)	-	6 915 311	-	4 474 789
Contribuições para a Segurança Social	-	390 801	-	364 207
Outros impostos	-	5 765	-	9 224
	<u>3 936 423</u>	<u>7 505 351</u>	<u>1 033 045</u>	<u>5 412 424</u>

- (i) A taxa de gestão de resíduos (TGR) corresponde a valores faturados a clientes e que serão devolvidos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), cujo valor em 2023 é de 25 Euros/tonelada e em 2022 foi 22 Euros/ton, para aterro e 5 Euros/ton em 2023 e 4,40 Euros/ton em 2022 para incineração.

13. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 5.040.000 ações com o valor nominal de cinco Euros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital da Empresa era detido como segue:

Acionistas	Número de ações	Montante	Percentagem de participação
EGF - Empresa Geral de Fomento, SA	2 667 885	13 339 425	52,93%
Município de Lisboa	1 008 000	5 040 000	20,00%
Município de Loures	580 263	2 901 315	11,51%
Associação de Fins Específicos - Amo Mais	264 600	1 323 000	5,25%
Município da Amadora	259 958	1 299 790	5,16%
Município de Vila Franca de Xira	232 105	1 160 525	4,61%
Município de Odivelas	27 189	135 945	0,54%
	<u>5 040 000</u>	<u>25 200 000</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva legal já atingiu o valor correspondente a 20% do capital (5.040.000 Euros).

Outras reservas

Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante desta rubrica era de 15.112.125 Euros.

Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos em base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de subsídios ao investimento foi o seguinte:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	16 419 689
Regularizações	(1 433 383)
Rendimentos reconhecidos	(2 440 116)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12 546 189
Rendimentos reconhecidos	(2 471 616)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10 074 573
Imposto diferido (Nota 11)	(2 468 270)
	7 606 303

Aplicação do resultado líquido do exercício

De acordo com a Assembleia Geral de Acionistas de 30 de março de 2023, o resultado líquido positivo do exercício de 2022 no montante de 1.959.224,94 Euros foi transferido para Reservas Livres.

Relativamente ao resultado líquido do exercício de 2023, no montante de 4.828.409,57 Euros, propõe-se que distribuídos na sua totalidade.

14. PROVISÕES

Esta rubrica respeita a provisões para processos judiciais e durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiram movimentos.

Na opinião do Conselho de Administração, com base na avaliação do risco que fazem dos processos judiciais e fiscais em curso, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, as quais correspondem à melhor estimativa de desembolsos resultantes daqueles processos naquela data.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	2023		2022	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Empréstimos bancários - ("BEI")	11 000 000	97 697	11 000 000	-
Empréstimos bancários - banca comercial	13 552 073	2 631 555	8 747 830	2 004 095
Locações financeiras (Nota 16)	1 906 862	602 029	1 455 605	364 558
	<u>26 458 935</u>	<u>3 331 281</u>	<u>21 203 435</u>	<u>2 368 653</u>

Relativamente aos *covenants* financeiros para o ano 2023, o Conselho de Administração entende que não existe qualquer incumprimento das obrigações decorrentes, dos mesmos mencionados abaixo:

- BEI II e III: Dívida Líquida/BAR, EBITDA /Juros vencidos e Dívida Líquida/ EBITDA;
- Novo Banco: Dívida Total/EBITDA;
- Millennium BCP: Dívida Líquida/BAR, Dívida Líquida/ EBITDA.

Relativamente à CGD os *covenants* são:

- CGD: Dívida Líquida/ EBITDA, Dívida Líquida/BAR, Dívida Líquida/ EBITDA para distribuição de dividendos, NET CAPEX e Autonomia Financeira.

No entanto, o valor de 48.000.000 Euros, referente ao rácio NET CAPEX, não foi cumprido pelo que foi solicitado Waiver à CGD em 11 de dezembro de 2023.

Tendo por base as interações tidas com as instituições financeiras a Administração conclui quanto ao não incumprimento dos *covenants* à data de 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos bancários e suprimentos tinham a seguinte composição:

	2023		2022		Vencimento	Taxa de juro
	Valor nominal	Valor de Balanço	Valor nominal	Valor de Balanço		
Banco BPI 004	184 184	184 732	920 920	922 704	16/03/2024	7,14%
Millennium BCP	4 462 879	4 487 711	5 578 598	5 603 450	03/12/2027	7,15%
Novo Banco	4 100 767	4 251 172	4 100 767	4 171 349	01/01/2031	6,90%
CGD	7 250 000	7 260 013	-	-	23/06/2032	6,22%
BEI 89870	11 000 000	11 097 697	11 000 000	11 054 423	28/04/2034	5,16%
	<u>26 997 830</u>	<u>27 281 325</u>	<u>21 600 286</u>	<u>21 751 925</u>		

O plano de pagamentos dos empréstimos bancários obtidos e suprimidos é o seguinte:

	2023	2022
Até 1 ano	2 729 252	2 004 095
Até 2 anos	2 554 485	1 592 816
Até 3 anos	3 848 602	1 701 544
Até 4 anos	3 848 602	2 995 661
Até 5 anos	2 732 883	2 995 661
Mais de 5 anos	11 567 501	10 462 148
	<u>27 281 325</u>	<u>21 751 925</u>

16. LOCAÇÕES

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2023			2022		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Direito de utilização de infraestruturas	3 409 524	(451 245)	2 958 279	2 177 874	(173 983)	2 003 891
	<u>3 409 524</u>	<u>(451 245)</u>	<u>2 958 279</u>	<u>2 177 874</u>	<u>(173 983)</u>	<u>2 003 891</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2023	2022
Até 1 ano	602 029	364 558
Entre 1 a 5 anos	1 906 862	1 420 232
Mais de 5 anos	-	35 373
	<u>2 508 891</u>	<u>1 820 164</u>

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Fornecedores apresenta a seguinte composição:

No último trimestre de 2023 foi efetuada grande paragem programada na central de valorização energética verificando-se um aumento significativo na aquisição quer de bens quer de serviços face ao ano de 2022. Foram igualmente substituídos diversos equipamentos de requalificação e /ou melhoria da produção.

	2023	2022
	Corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	9 946 733	5 673 755
Fornecedores gerais	9 295 970	5 104 498
Partes relacionadas (Nota 19)	3 249 837	1 776 778
Fornecedores, faturas em receção e conferência	1 319	13 547
	<u>22 493 859</u>	<u>12 568 578</u>

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica outras dívidas a pagar, tem a seguinte composição:

	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar	2 289 601	-	2 181 614	-
Outros	6 725	-	16 904	-
Partes relacionadas (Nota 19)	3 928 559	-	2 593 632	-
Outras dívidas a pagar	1 466 681	-	4 542 276	-
	<u>7 691 566</u>	<u>-</u>	<u>9 334 426</u>	<u>-</u>

Na rubrica Partes relacionadas, em 2023 e 2022 respetivamente, 2.725.216 Euros e 1.597.320 Euros são referentes à recolha de resíduos orgânicos dos Municípios de Lisboa, Amadora e Loures.

19. PARTES RELACIONADASIdentificação das partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota 13, a Empresa é detida maioritariamente pela EGF, que é detida maioritariamente pela Suma Tratamento. Pelo que, são consideradas como partes relacionadas todos os acionistas da Empresa, bem como todas as empresas e partes relacionadas dos Grupos EGF, Suma, Mota-Engil e Urbaser, assim como todos os seus acionistas, administradores e empresas com influência significativa.

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2023							
	Vendas e prestação de serviços	Custo das Merc.Vend.e das Matérias Cons.	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares suportados	Juros e rendimentos similares obtidos	Ativos Intangíveis
Órgãos de Gestão:	-	-	-	418 403	-	-	-	-
Accionistas:								
Empresa Geral do Fomento, SA	-	-	1 699 714	-	87 462	201 351	-	37 838
Município de Lisboa	10 172 097	6 627 412	927 896	2 001	3 238	-	-	-
Município de Loures	21 030	-	205	194	-	-	-	-
Município de Odivelas	55 076	-	-	-	-	-	157	-
Município da Amadora	2 415 540	136 085	120 000	-	-	-	-	-
Município de Vila Franca de Xira	1 972 506	658 913	44	766	313	-	-	-
Outras partes relacionadas:								
Valorlis -Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	-	-	1 762 313	-	9 527	-	-	-
Amarsul - Valoriz. e Trat. de Resíduos Sólidos, SA	-	-	16 756	-	35 006	-	-	-
Município de Alcoobaça	995 241	-	13	-	-	-	-	-
Município de Alenquer	737 725	-	-	-	-	-	-	-
Município de Arruda dos Vinhos	242 907	-	-	-	-	-	862	-
Município de Azambuja	449 162	-	-	-	-	-	-	-
Município do Bombarral	236 128	-	-	-	-	-	-	-
Município do Cadaval	291 627	-	-	-	-	-	-	-
Município da Lourinhã	459 339	-	-	-	-	-	-	-
Município de Óbidos	245 821	-	4 026	-	-	-	-	-
Município de Peniche	713 230	-	172 102	-	-	-	6 638	-
Município de Rio Maior	376 184	-	2 052	12	-	-	-	-
Município de Sobral de Monte Agraço	166 497	-	451	-	-	-	-	-
Serv.Int.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	6 025 550	1 078 007	323 343	15 566	451	-	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Concelho Nazaré	414 546	-	2 619	-	-	-	-	-
Serv. Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	941 828	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	1 467 074	-	19 431	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	-	-	1 083 547	-	-	-	-	-
Mota-Engil,Serv.Partilhados Adm.e de Gestão,SA	-	-	133 249	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sgps, SA	-	-	995	-	-	-	-	-
Mota-Engil ATIV, SA	349	-	258 451	1 350	-	-	-	1 867 359
Suma - Serv.Urbanos e Meio Ambiente, SA	-	-	1 423 463	-	-	-	-	-
Sumalab,S.A.	-	-	33 030	-	-	-	-	-
Correia & Correia, Lda	-	-	27 919	-	-	-	-	-
Triu - Téc.de Resíduos Industriais e Urbanos, SA	50 781	-	-	-	-	-	-	-
	28 450 238	8 500 416	8 011 618	438 292	135 997	201 351	7 657	1 905 197

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "W", "M", "FMP", and others, along with a large blue checkmark.

	2022							
	Vendas e prestação de serviços	Custo das Merc.Vend.e das Matérias Cons.	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares suportados	Juros e rendimentos similares obtidos	Ativos Intangíveis
Órgãos de Gestão:	-	-	-	435 965	-	-	-	-
Accionistas:								
Empresa Geral do Fomento, SA	-	-	1 570 736	-	105 837	169 845	-	-
Município de Lisboa	8 770 353	6 273 648	927 896	1 712	80 798	-	-	-
Município de Loures	78 786	-	-	-	-	-	-	-
Município de Odivelas	24 309	-	-	-	-	-	-	-
Município da Amadora	2 064 462	382 629	120 212	-	8 030	-	-	-
Município de Vila Franca de Xira	1 734 916	645 973	-	-	7 320	-	-	-
Outras partes relacionadas:								
Valorlis -Valorização e Trat.Resíduos Sólidos, SA	-	-	1 691 175	-	19 913	-	-	-
Suldouro-Valoriz.Trat.Resíduos Sólidos Urbanos, SA	-	-	-	3 016	-	-	-	-
Amarsul - Valoriz. e Trat. de Resíduos Sólidos, SA	-	-	25 190	-	40 361	-	-	-
Município de Alcabça	837 154	-	-	-	-	-	-	-
Município de Alenquer	627 153	-	-	-	-	-	-	-
Município de Arruda dos Vinhos	204 593	-	-	-	608	-	1 219	-
Município de Azambuja	386 200	-	-	-	-	-	-	-
Município do Bombarral	194 633	-	-	-	-	-	-	-
Município do Cadaval	256 457	-	-	-	-	-	-	-
Município da Lourinhã	377 769	-	-	-	-	-	-	-
Município de Óbidos	200 679	-	3 189	-	-	-	-	-
Município de Peniche	607 944	-	130 827	-	5	-	-	-
Município de Rio Maior	316 987	-	1 796	12	-	-	-	-
Município de Sobral de Monte Agraço	141 174	-	-	-	30	-	-	-
Serv.Int.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	5 200 105	1 085 902	327 957	20 953	16 292	-	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Concelho Nazaré	345 278	-	2 406	-	329	-	329	-
Serv. Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	778 340	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	1 255 005	-	6 796	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	-	-	1 377 788	-	-	-	-	10 249
Mota-Engil,Serv.Partilhados Adm.e de Gestão,SA	-	-	121 570	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sgpps, SA	-	-	712	97	-	-	-	-
Agrimota-Soc.Agrícola e Florestal, SA	-	-	-	5 631	-	-	-	-
Suma - Serv.Urbanos e Meio Ambiente, SA	-	-	723 602	-	-	-	-	-
Sumalab,S.A.	-	-	36 369	-	-	-	-	-
Mota-Engil ATIV, SA	-	-	25 650	-	-	-	-	176 988
Correia & Correia, Lda	-	-	1 064	-	-	-	-	-
Triu - Téc.de Resíduos Industriais e Urbanos, SA	55 821	-	-	-	-	-	-	-
	24 458 120	8 388 153	7 094 935	467 385	279 523	169 845	1 548	187 237

As prestações de serviço de tratamento e valorização de resíduos são transacionadas à tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), conforme regime regulatório aplicável à concessão.

As aquisições de serviço são transacionadas a preços de mercado.

Salienta-se o facto dos serviços contratados à Mota-Engil ATIV (Manvia) e Suma, terem por base consultas efetuadas ao mercado e o valor dos serviços de administração e gestão, contratados à EGF, tendo por base um Despacho do Ministério do Ambiente, datado de setembro de 2009, atualizado contratualmente com a EGF em 2018.

Apresentam-se abaixo os vários tipos de operações mais relevantes que compõem estas transações:

Rendimentos	2023	2022
Serviços de tratamento e valorização de resíduos	27 518 924	23 352 708
Venda de Gás Natural	931 314	1 102 975
	<u>28 450 238</u>	<u>24 455 684</u>
Gastos	2023	2022
Materiais recicláveis	8 500 416	8 388 153
50% Exploração CVO Valorlis	1 762 148	1 691 175
Recolha selectiva	1 356 110	723 602
Serviços de administração e gestão	1 315 049	1 271 607
Protocolo Orgânicos	1 127 896	1 127 896
Transporte Subprodutos e Agregado	1 049 431	1 346 856
Manutenção Equipamentos	262 770	18 157
Serviços de back-office	236 719	255 425
Serviços informáticos	127 310	118 290
Monitorização ambiental	33 030	36 369
	<u>15 770 880</u>	<u>14 977 530</u>

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2023				
	Clientes (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Diferimentos (Nota 10)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
Acionistas:					
Empresa Geral do Fomento, SA	20 386	-	39 260	549 327	-
Município de Lisboa	3 763 308	55 000	-	1 012 373	2 563 536
Município de Loures	3 156	-	-	-	-
Município de Odivelas	14 830	-	-	-	-
Município da Amadora	313 686	-	-	6 029	488 595
Município de Vila Franca de Xira	238 217	-	-	61 442	64 296
Outras partes relacionadas:					
Valorlis -Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	90 804	225 602
Valnor- Valoriz Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	-	-
Amarsul - Valoriz. e Trat. de Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	-	-
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, SA	-	-	-	-	-
Valorminho-Valoriz.Tratamento Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	-	-
Resiestrela-Valoriz.Tratamento Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	-	-
Município de Alcobaça	108 302	-	-	13	-
Município de Alenquer	252 361	-	-	-	-
Município de Arruda dos Vinhos	57 377	-	-	-	-
Município de Azambuja	97 571	-	-	-	-
Município do Bombarral	52 416	-	-	-	-
Município do Cadaval	20 403	-	-	-	-
Município da Lourinhã	47 636	-	-	-	-
Município de Óbidos	27 362	-	-	404	-
Município de Peniche	424 990	-	-	-	6 089
Município de Rio Maior	41 664	-	-	214	-
Município de Sobral de Monte Agraço	57 699	-	-	-	-
Serv.Intermunicip.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	1 438 537	23 902	-	108 351	432 073
Serviços Municipalizados Câmara Municipal Concelho Nazaré	81 834	-	-	174	-
Serv. Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	102 774	-	-	-	-
Serviços Municip. Câmara Municipal Torres Vedras	318 401	-	-	128	-
Mota-Engil Engenharia e Construção, SA	-	-	-	188 263	5 689
Mota-Engil, Serv. Partilhados Adm. e de Gestão, SA	-	-	372	14 858	-
Mota-Engil Sgps, SA	-	-	-	188	-
Suma - Serv. Urbanos e Meio Ambiente, SA	-	-	-	494 152	142 200
Sumalab, S.A.	-	-	-	14 542	-
Mota-Engil ATIV, SA	47	-	9 233	708 576	-
Correia & Correia, Lda	-	-	-	-	-
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, SA	-	-	-	-	-
Triu - Téc.de Resíduos Industriais e Urbanos, SA	12	-	-	-	479
	7 482 973	78 902	48 865	3 249 837	3 928 559

Handwritten signatures and initials:

- ll.
- FMP
- off
- P
- z

	2022				Acionistas
	Clientes (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	
Acionistas:					
Empresa Geral do Fomento, SA	48 056	-	422 196	21 521	-
Município de Lisboa	1 070 457	55 000	90	1 575 619	337
Município de Loures	10 925	-	-	-	-
Município de Odivelas	5 347	-	-	-	-
Município da Amadora	231 013	-	55 905	396 253	-
Município de Vila Franca de Xira	199 284	-	49 277	56 902	-
Outras partes relacionadas:					
Valorlis -Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	5 265	-	528 887	99 974	-
Valnor- Valoriz Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	2 120	-
Amarsul - Valoriz. e Trat. de Resíduos Sólidos, SA	9 193	-	10 305	-	-
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, SA	-	-	-	2 120	-
Valorminho-Valoriz.Tratamento Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	2 120	-
Resiestrela-Valoriz.Tratamento Resíduos Sólidos, SA	-	-	-	2 120	-
Município de Alcobaça	89 301	-	-	-	-
Município de Alenquer	71 660	-	-	-	-
Município de Arruda dos Vinhos	84 085	-	-	-	-
Município de Azambuja	41 818	-	-	-	-
Município do Bombarral	20 486	-	-	-	-
Município do Cadaval	27 544	-	-	-	-
Município da Lourinhã	40 581	-	-	-	-
Município de Óbidos	21 238	-	320	-	-
Município de Peniche	180 950	-	12 710	6 056	-
Município de Rio Maior	35 004	-	282	-	-
Município de Sobral de Monte Agraço	30 390	-	-	-	-
Serv.Intermunicip.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	1 339 359	58 500	118 306	428 827	-
Serviços Municipalizados Câmara Municipal Concelho Nazaré	64 839	-	279	-	-
Serv Mun. Agua e Saneamento CM Caldas Rainha	84 639	-	-	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	261 091	-	235	-	-
Mota-Engil Engenharia e Construção, SA	-	-	343 981	-	-
Mota-Engil,Serv.Partilhados Adm.e de Gestão,SA	-	-	400	-	-
Mota-Engil Sgps, SA	-	-	119	-	-
Suma - Serv.Urbanos e Meio Ambiente, SA	-	-	137 334	-	-
Sumalab,S.A.	-	-	16 005	-	-
Mota-Engil ATIV, SA	-	-	79 021	-	-
Correia & Correia, Lda	-	-	1 128	-	-
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas,SA	-	-	-	-	-
Triu - Téc.de Resíduos Industriais e Urbanos, SA	7 161	-	-	-	-
	3 979 687	113 500	1 776 778	2 593 632	337

20. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica vendas e serviços prestados foram:

	2023	2022
Vendas	41 968 655	48 145 287
Serviços prestados	40 221 929	31 330 159
	82 190 583	79 475 446

Em 2023 verificou-se uma redução na venda energia por via da grande paragem programada ocorrida no último trimestre do ano, período durante o qual não houve produção de energia. No que diz respeito à prestação de serviços o aumento é justificado quer pelo consumo do desvio tarifário de 2021 quer pelo registo do saldo regulatório ativo.

Vendas

As vendas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se, essencialmente, a materiais recicláveis, resultantes tanto da recolha seletiva como do tratamento dos resíduos provenientes da recolha indiferenciada, energia e composto.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, a rubrica Vendas detalha-se do seguinte modo:

	2023	2022
Energia	22 388 534	29 066 365
Material reciclável	17 734 122	17 118 754
Gás natural	962 155	1 138 246
Aço e alumínio de escórias	764 973	751 570
Outros	118 870	70 351
	<u>41 968 655</u>	<u>48 145 287</u>

Prestação de serviços

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se, essencialmente, ao tratamento e valorização de resíduos provenientes da recolha indiferenciada a clientes municipais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Prestação de serviços detalha-se conforme segue:

	2023	2022
Tratamento de resíduos a municípios	27 476 432	23 312 136
Tratamento de resíduos a particulares	546 088	632 396
Ajustamento tarifário	12 199 409	7 385 627
	<u>40 221 929</u>	<u>31 330 159</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tal como referido na Nota 1.1, a Empresa refletiu nas suas prestações de serviços o desvio tarifário estimado de 2023 no montante de 1.788.461 Euros por contrapartida de diferimentos passivos (Nota 10).

21. CUSTO DAS VENDAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a recolha seletiva na área de Lisboa é efetuada, na sua maioria, pelos respetivos municípios, os quais faturam à Valorsul pelo montante correspondente a 75% das receitas recicláveis obtidas junto da Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Electrão.

O custo das vendas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinha o seguinte detalhe:

	2023	2022
Embalagens	5 534 803	5 310 288
Papel cartão	2 443 029	2 546 531
Casco de vidro	520 218	531 129
Gás natural	493 197	899 383
Outros	2 366	205
	<u>8 993 613</u>	<u>9 287 536</u>

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Conservação e reparação	13 161 292	9 905 175
Subcontratos	8 540 044	8 114 688
Energia e fluídos	3 451 987	3 156 695
Trabalhos especializados	3 329 661	3 201 235
Materiais	3 188 795	7 013 488
Seguros	2 428 281	1 971 465
Fee de Gestão	1 315 049	1 271 607
Limpeza, higiene e conforto	766 089	381 489
Vigilância e segurança	678 593	661 834
Rendas e alugueres	540 111	501 845
Deslocações, estadas e transportes	366 998	458 317
Outros fornecimentos e serviços externos	117 861	100 637
	<u>37 884 762</u>	<u>36 738 476</u>

No exercício de 2023, salienta-se:

- Conservação e reparação: inclui manutenções plurianuais no montante de 8.106.128 Euros e 5.737.402 Euros em 2023 e 2022, respetivamente. De referir que em 2023, foi efetuada a maior paragem programada realizada na incineradora;
- Subcontratos: o aumento registado nesta rubrica deve-se fundamentalmente ao alargamento da recolha seletiva na região de Lisboa, nomeadamente Loures, Odivelas e Amadora;
- Materiais: a diminuição registada deve-se, essencialmente, ao menor consumo de gás natural (paragem programada da incineradora referida anteriormente) e à variação de preço face ao ano anterior.

23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	557 561	567 839
Remunerações do pessoal	14 431 145	13 245 545
Encargos sobre as remunerações	3 304 713	3 059 939
Seguros	1 088 861	865 649
Outros gastos com o pessoal	809 289	715 521
	<u>20 191 569</u>	<u>18 454 493</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa teve em média 460 e 442 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente.

24. OUTROS RENDIMENTOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos de construção em Direito de Utilização de Infraestruturas	24 099 314	13 000 623
Alienação de equipamentos	86 600	105 225
Indemnizações associadas a sinistros	153 452	19 316
Rendimentos suplementares	182 582	177 371
Juros de mora	7 657	926
Outros rendimentos e ganhos	201 346	422 505
	<u>24 730 951</u>	<u>13 725 966</u>

A rubrica de “Subsídios à exploração” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Subsídios de exploração	68 590	81 642
	<u>68 590</u>	<u>81 642</u>

25. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Gastos de construção em Direito de Utilização de Infraestrutura	24 099 314	13 000 623
Impostos	838 819	868 335
Donativos	5 774	13 102
Gastos investimentos não financeiros	2 061	396 056
Correções relativas a exercícios anteriores	18 546	231 053
Outros gastos e perdas	51 420	46 404
	<u>25 015 933</u>	<u>14 555 573</u>

26. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Ativos intangíveis (Nota 6)	11 311 562	13 592 901
Regularizações (Nota 6)	(88 381)	-
	<u>11 223 181</u>	<u>13 592 901</u>

27. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares suportados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Juros suportados	1 364 587	527 593
Comissões bancárias	311 496	223 123
Outros gastos e perdas financeiros	4 286	2 406
	<u>1 680 369</u>	<u>753 122</u>

A rubrica de juros suportados inclui 141.646 Euros de atualização financeira inerente ao registo do desvio tarifário.

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Juros obtidos de aplicações financeiras	410 133	13 333
Outros	268 003	111 134
	<u>678 136</u>	<u>124 467</u>

A rubrica de outros rendimentos financeiros é referente à atualização financeira inerente ao registo dos ajustamentos ao desvio tarifário e saldo regulatório.

28. PASSIVOS CONTINGENTES E RESPONSABILIDADES NÃO ASSUMIDAS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa tinha solicitado a prestação a favor de terceiros de garantias, como segue:

	2023	2022
Garantias bancárias de execução	2 756 077	2 756 077
Depósito caução	78 902	113 500
	<u>2 834 980</u>	<u>2 869 577</u>

O detalhe das garantias apresenta-se de seguida:

Beneficiário	Montante	Banco	Natureza
Garantias bancárias de execução:			
Agência Portuguesa do Ambiente	100 000	Millennium BCP	Garantir o cumprimento das obrigações da Valorsul, resultantes da emissão de licenças de descarga de águas residuais
EDP Distribuição - Energia SA	918	Banco BPI	Caução para a linha de interligação das instalações elétricas do ASMC
EDP Distribuição - Energia SA	13 485	CGD	Garantir as obrigações decorrentes do estabelecido no artigo 17º do decreto lei nº 312/2002 e do nº 3 da portaria 62/2002
Estado Português	2 641 674	Millennium BCP	Garantir o cumprimento das obrigações da Valorsul, resultantes do contrato de concessão
	<u>2 756 077</u>		

Ordenante	Montante	Banco	Natureza
Depósitos Caução:			
Município de Lisboa	55 000	CGD	Garantir o fornecimento de gás natural comprimido para veículos da frota municipal
Simar de Loures e Odivelas	23 902	CGD	Garantir o fornecimento de gás natural comprimido para veículos da frota municipal
	<u>78 902</u>		

29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	4 828 410	1 959 225
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	5 040 000	5 040 000
Resultado líquido por ação básico e diluído	<u>0,96</u>	<u>0,39</u>

30. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

30.1 Risco de taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

30.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. No entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração as principais projeções de *cash-flow* para 2024 e a estrutura e tipologia dos seus ativos, o Grupo não antevê dificuldades em liquidar as suas responsabilidades financeiras correntes.

30.3 Risco Regulatório

Os ganhos registados em cada exercício por cada concessionária resultam essencialmente dos pressupostos considerados pelo regulador (ERSAR), na definição das tarifas reguladas para o setor do tratamento e gestão de resíduos.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da ERSAR. Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização, no setor dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constituiu um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. Era e é expetativa que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o RTR - regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Este regulamento produziu efeitos em 1 de janeiro de 2016, e acarretou uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando-se de um modelo de custo de serviço (*cost plus*) para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), o qual remunera uma base de ativos ao custo de capital e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Ao longo dos anos 2016 e 2017, foram publicados três Documentos complementares ao RTR com clarificações acerca das metodologias regulatórias, e já em finais de 2017, foi publicitada uma Consulta Pública pela ERSAR, n.º 05/2017 do “Projeto de alteração do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos”, tendo decorrido um período para envio de contributos à consulta entre 07 de novembro e 20 de dezembro de 2017. As alterações previstas neste documento foram muito significativas, alterando conceptualmente o modelo regulatório então vigente.

Já durante 2018, foi publicado pela ERSAR uma Revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, face à experiência do primeiro período regulatório se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR

tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições. A revisão ao RTR veio exigir a revisão e adaptação também dos modelos de reporte, assim, ainda em 2018 foram aprovados e revistos dois dos Documentos Complementares, a saber:

(a) Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril (1º Documento Complementar) com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais sendo revogado o anterior Documento complementar 1, Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto.

(b) Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho (3º Documento Complementar) onde se consagraram mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas.

A ERSAR realizou uma consulta pública no final de 2021, sobre os Indicadores da Qualidade de Serviço e no final de 2022 sobre o regulamento de procedimentos regulatórios.

Em 2024 a ERSAR pretende efetuar revisão do regulamento tarifário dos resíduos.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram ainda submetidas as Contas Reguladas Reais referentes ao ano de 2023, que serão submetidas à ERSAR até finais de abril de 2024, e consequentemente não é conhecida a decisão da ERSAR sobre as mesmas (Nota 20). Também não existe uma decisão final por parte da ERSAR relativamente às de 2022.

31. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO

A concessão em regime exclusivo por um período de 25 anos, com termo em 2034, da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro em regime de serviço público, foi atribuída à Valorsul através da celebração de um contrato de concessão entre o Estado Português e a Valorsul a 8 de abril de 2011, reconfigurado em 30 de setembro de 2015.

A atividade objeto da concessão compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios e empresas municipais obrigados a entregar à Empresa todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização da concessão é da competência da ERSAR, tendo esta a competência na definição dos proveitos permitidos e consequentemente das tarifas a aplicar, assim como na aprovação das Contas Reguladas e nos planos de investimento da Empresa a aprovação é efetuada pelo concedente após apreciação da ERSAR.

A exploração e a gestão, anteriormente referida, compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade da Empresa.

As bases da concessão definem que a Empresa terá como atividade principal, a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares, as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades

complementares depende de autorização do concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima;
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos;

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a Empresa seja titular;
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração da concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

A Empresa deve elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos à concessão, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

A Empresa tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A Empresa mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos revertem para uma Entidade Intermunicipal, Associação de municípios, o conjunto dos Municípios utilizadores, ou o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento à concessionária, nos termos previstos nas Bases e no contrato de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O regime remuneratório da concessão baseia-se no reconhecimento à Empresa dos proveitos permitidos, a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema. A Empresa é responsável pelos riscos inerentes à concessão nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. A Empresa é responsável pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas no contrato de concessão, assumindo os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proveitos permitidos anualmente à Empresa, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos ("Período regulatório"). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos à concessão, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência;
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues à Empresa.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pela Empresa, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar à Empresa os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente à Empresa pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

O contrato de concessão em vigor, permite um equilíbrio contratual nas condições de uma gestão eficiente, promovendo um investimento mais racional e uma maior eficiência operacional, através do reconhecimento dos custos de investimento, de operação e manutenção e na adequada remuneração dos ativos afetos à concessão, a serem refletidos nas tarifas aplicáveis à Empresa, as quais permitirão recuperar os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para os Municípios ou para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável à Empresa; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência da Empresa; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital da Empresa; oneração de participações no capital da Empresa em inobservância do disposto no contrato de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social da Empresa; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade da Empresa em retomar a concessão.

O concedente pode resgatar a concessão, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, mediante aviso prévio feito à Empresa, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "W" and various initials and marks.

13

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, a series of smaller signatures in the middle, and initials at the bottom right.

Pelo resgate, a Empresa tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, do valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Subsequentemente a 31 de dezembro de 2023, não ocorreram acontecimentos relevantes que resultem em alterações contabilísticas com referência a 31 de dezembro de 2023.

33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Segurança Social e Autoridade Tributária:

Nos termos do n.º 1 do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social. Adicionalmente, a Empresa confirma não ser devedora de qualquer dívida em mora perante a Autoridade Tributária.

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

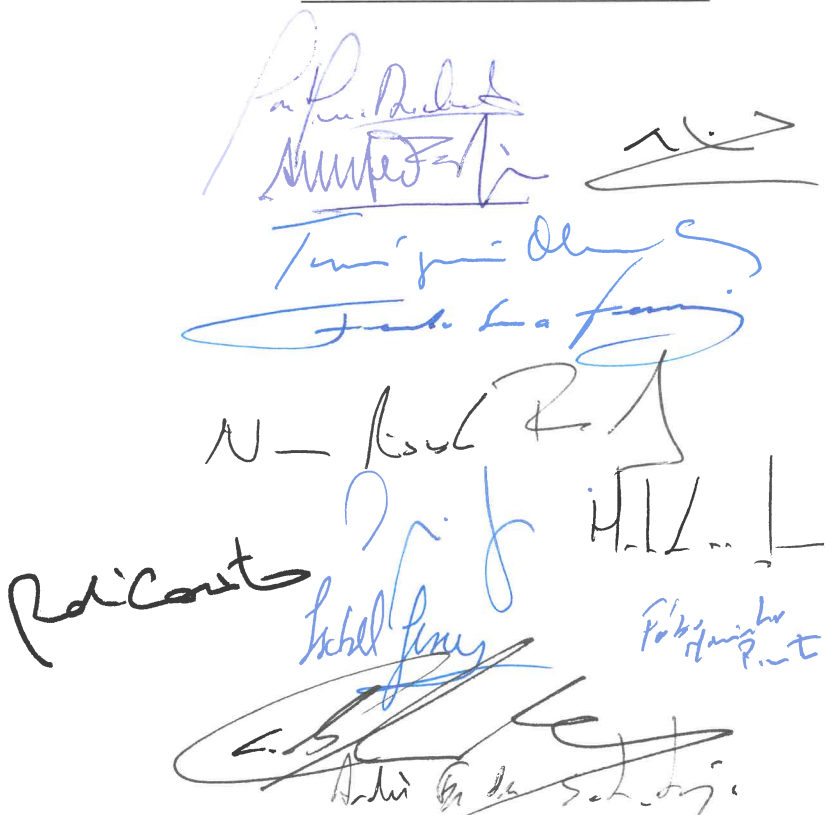
Os honorários contratados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com o Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão legal das contas anuais ascenderam a 15.723 Euros.

São João da Talha, 11 de março de 2024

O CONTABILÍSTICA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 146.388.275 euros e um total de capital próprio de 62.679.622 euros, incluindo um resultado líquido de 4.828.410 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

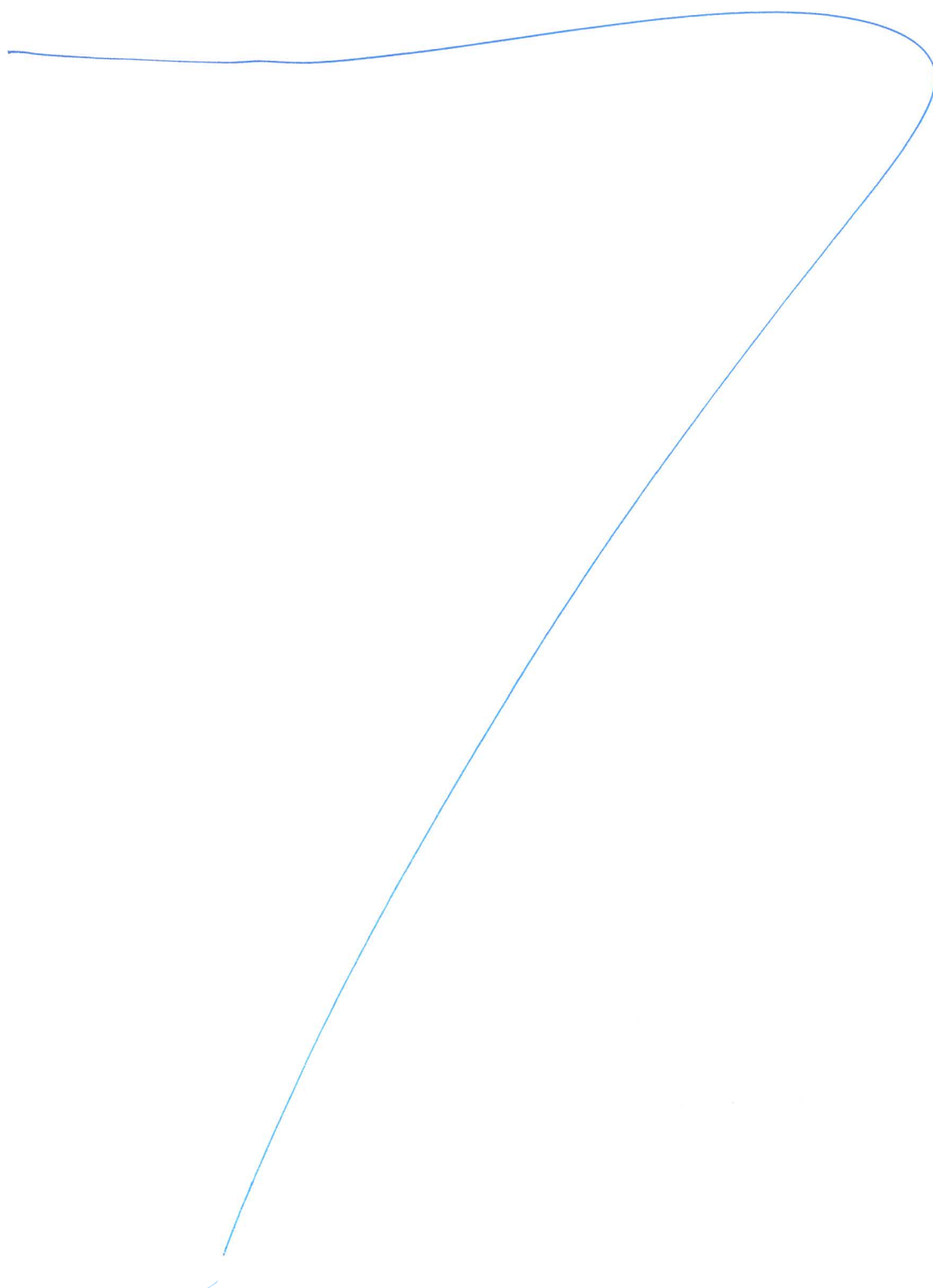
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

12 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, ROC nº 1432
Registado na CMVM com o nº 20161042



W-
13
X
4
S
WA

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da

VALORSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, S.A.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o seu relatório e parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras da VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("Entidade"), emitidos pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

FISCALIZAÇÃO

O Conselho Fiscal acompanhou a gestão e a evolução da atividade da Entidade através de reuniões formais e informais com os seus responsáveis com a frequência e extensão que considerou adequadas, mantendo igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos informou da planificação das suas intervenções, do seu âmbito e natureza, bem como das conclusões dos trabalhos realizados. Foi ainda este Conselho Fiscal informado do desenvolvimento do processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das demonstrações financeiras.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo para o exercício findo naquela data, os quais mereceram a sua concordância.

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração e da Certificação Legal de Contas, sem qualquer qualificação, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, os quais merecem igualmente a concordância do Conselho Fiscal.

No cumprimento das suas funções o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, dos Serviços da Entidade e do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, cobrindo a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, não tendo tomado conhecimento de violações à Lei ou aos Estatutos da Entidade.




PARECER

Tendo em consideração o exposto acima, somos de parecer que sejam aprovados:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2023;
2. A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

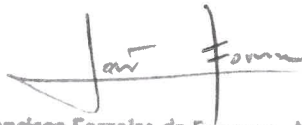
O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos Responsáveis da Entidade e, bem assim, do Revisor Oficial de Contas.

Loures, 12 de março de 2024

O CONSELHO FISCAL


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - Presidente


João Duarte Anastácio de Carvalho - Vogal


João Francisco Ferreira da Fonseca - Vogal

